

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

MARIA ROSÂNGELA DE ALMEIDA

**O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR: RECOMENDAÇÕES PARA O LEVANTAMENTO DA PERCEPÇÃO DE
ESTUDANTES NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

Juiz de Fora

2024

MARIA ROSÂNGELA DE ALMEIDA

**O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR: RECOMENDAÇÕES PARA O LEVANTAMENTO DA PERCEPÇÃO DE
ESTUDANTES NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Denis Alves Perdigão

Coorientador: Prof. Dr. Virgílio César da Silva e Oliveira

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Almeida, Maria Rosângela de .
O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR : RECOMENDAÇÕES PARA O LEVANTAMENTO DA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA / Maria Rosângela de Almeida. -- 2024.
148 f.

Orientador: Denis Alves Perdigão
Coorientador: Virgílio César da Silva e Oliveira
Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP, 2024.

1. Administração Pública. 2. Avaliação de Políticas Públicas. I. Perdigão, Denis Alves, orient. II. Oliveira, Virgílio César da Silva e, coorient. III. Título.

Maria Rosângela de Almeida

**O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR: PROPOSIÇÃO DE INSTRUMENTO PARA LEVANTAMENTO DA
PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado Profissional em Administração
Pública da Universidade Federal de Juiz
de Fora como requisito parcial à obtenção
do título de Mestre em Administração
Pública

Aprovado em 17 de janeiro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Denis Alves Perdigão
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Virgílio César da Silva e Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a. Dra. Pamela Souza Almeida Silva Gerheim
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Júlio Cesar Andrade de Abreu
Universidade Federal Fluminense

Juiz de Fora, 16/01/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Denis Alves Perdigao, Professor(a)**, em 18/01/2024, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pamela Souza Almeida Silva Gerheim, Professor(a)**, em 18/01/2024, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar Andrade de Abreu, Usuário Externo**, em 18/01/2024, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Virgilio Cezar da Silva e Oliveira, Professor(a)**, em 18/01/2024, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosangela de Almeida, Servidor(a)**, em 19/01/2024, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1666166** e o código CRC **3C87294D**.

Dedico esse trabalho à minha mãe, Maria Divina, que sempre fez tudo o que pode para que eu estudasse, mas não viveu para me ver concretizando esse sonho.

AGRADECIMENTOS

A finalização de mais uma etapa acadêmica na minha vida só foi possível pela grande colaboração de diversas pessoas as quais necessito agradecer.

Em primeiro lugar, agradeço meus orientadores o professor doutor Denis Alves Perdigão e o professor doutor Virgílio César da Silva e Oliveira que, além de me orientarem de maneira atenciosa, me apoiaram nos momentos de dificuldade, me ajudando a ser firme no propósito de desenvolver esse trabalho.

Agradeço a todos os professores responsáveis pelo Mestrado Profissional em Administração Pública da UFJF pelas excelentes aulas que foram ministradas durante o curso. Certamente são inesquecíveis e de grande valor para todas as áreas da minha vida. Aprendi coisas extraordinárias com vocês.

Agradeço aos demais funcionários da Faculdade de Administração pelo atendimento prestativo que tive durante o curso, me fornecendo todas as informações e recursos necessários para desenvolver meus estudos.

Deixo meus agradecimentos e cumprimentos aos meus colegas de turma do mestrado, que além de colaborarem com o meu conhecimento, oportunizaram momentos únicos de divertimento, tornando a dura carga de estudos mais leve e prazerosa.

Gostaria de expressar minha sincera gratidão aos meus estimados colegas de trabalho do CGCO/UFJF, cujo apoio e colaboração foram fundamentais para a realização deste trabalho. Agradeço sinceramente pela atmosfera colaborativa que permeia nosso ambiente de trabalho, proporcionando um cenário propício para o crescimento acadêmico e profissional.

Por fim, agradeço a todos meus familiares que sempre me apoiaram e incentivaram meus estudos. Além disso, são uma motivação para que eu continue na vida acadêmica e profissional a cada dia com mais dedicação.

Quando os justos governam, o povo se alegra; quando os perversos estão no poder, o povo geme (Provérbios, 29:2).

RESUMO

A autoavaliação é um processo essencial para que a universidade possa se desenvolver através da identificação de suas fraquezas e potencialidades. No empreendimento dessa atividade, a percepção dos discentes, como beneficiários da política pública de educação superior, é indispensável para oportunizar a análise da qualidade e das possibilidades de aprimoramentos. No entanto, cada instituição tem suas particularidades, o que faz com que essa obrigação não seja uma tarefa fácil. Nesse sentido, este trabalho realiza um levantamento dos principais pontos críticos no processo de autoavaliação de universidades públicas, indicados em seus relatórios de autoavaliação institucional. A partir do reconhecimento das informações mais relevantes, os dados foram analisados pela aplicação da técnica de análise temática explicitada por Souza (2019). Dessa forma, foram detectados e discutidos cinco assuntos indicados como pontos de sucesso ou fracasso na autoavaliação. Após a indicação dos temas, foi realizada uma comparação entre as ações empreendidas pelas universidades que apresentaram boas práticas, na temática explorada, e a situação atual da UFJF. Essa verificação buscou, especialmente, evidenciar os pontos de possíveis melhorias no processo autoavaliativo da UFJF. Como resultado, percebeu-se que a UFJF, alinhada com o SINAES, avançou de maneira significativa na qualidade de seu processo avaliativo e na clareza do relatório de autoavaliação resultante desse trabalho, mas pode implantar melhorias no seu processo. Assim, esta pesquisa desenvolveu um plano de ações para a UFJF com as considerações de possíveis melhorias na metodologia utilizada pela instituição.

Palavras-chave: Autoavaliação, percepção de discentes, gestão universitária, qualidade de instituições públicas de ensino superior.

ABSTRACT

A self-evaluation is an essential process for the university's development through the identification of its weaknesses and strengths. In undertaking this activity, the perception of students, as beneficiaries of the public policy for higher education, is indispensable to enable the analysis of quality and possibilities for improvements. However, each institution has its peculiarities, making this obligation not an easy task. In this sense, this work conducts a survey of the main critical points in the self-evaluation process of public universities, as indicated in their institutional self-evaluation reports. Recognizing the most relevant information, the data were analyzed using the thematic analysis technique outlined by Souza (2019). In this way, five issues were identified and discussed as points of success or failure in self-evaluation. After indicating the themes, a comparison was made between the actions taken by universities that showed good practices in the explored theme and the current situation of UFJF. This verification aimed, especially, to highlight possible improvements in UFJF's self-evaluation process. As a result, it was noticed that UFJF, aligned with SINAES, made significant progress in the quality of its evaluation process and the clarity of the self-evaluation report resulting from this work, but improvements can be implemented in its process. Thus, this research developed an action plan for UFJF with considerations for possible improvements in the methodology used by the institution.

Keywords: Self-evaluation, perception of students, university management, quality of public higher education institutions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Ciclo de Políticas Públicas.....	30
Figura 2	Percentual da população com educação superior.....	43
Figura 3	Matrículas na rede pública de educação superior.....	52
Figura 4	Número de matrículas na graduação por modalidade.....	53
Figura 5	Total de matrículas nos cursos superiores.....	54
Figura 6	Etapas da autoavaliação institucional.....	69
Figura 7	Questão do questionário de percepção dos discentes da UFV....	88
Figura 8	Questão aberta do questionário 2022 - UFJF.....	89
Figura 9	Comparativo anual de resultados UFABC.....	92
Figura 10	Percentual de Satisfação da UFJF.....	92
Figura 11	Escala de cores do relatório de autoavaliação da UFJF.....	93
Figura 12	Questões da metodologia 5W2H.....	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Critérios para avaliação de políticas públicas.....	39
Quadro 2	Dimensões avaliativas estabelecidas pelo SINAES.....	57
Quadro 3	Dimensões avaliativas do SINAES agrupadas por eixo.....	62
Quadro 4	Instituições selecionadas para a pesquisa.....	75
Quadro 5	Ação 1	98
Quadro 6	Ação 2	98
Quadro 7	Ação 3	99
Quadro 8	Ação 4	100
Quadro 9	Ação 5	101
Quadro 10	Ação 6	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
DCE	Diretório Central dos Estudantes
EaD	Educação a distância
ECOGRAD	Ecosistema de Gestão dos Dados da Graduação
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior
IES	Instituições de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PROGEPE	Pró-reitoria de Gestão de Pessoas
PROPLAN	Pró-reitoria de Planejamento
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RAAI	Relatório de Autoavaliação Institucional
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SIGA	Sistema de Gestão Acadêmica
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UAB	Sistema Universidade Aberta do Brasil
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNICEF	United Nations International Children's Emergency Fund (Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância)
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	15
1.2	PROBLEMATIZAÇÃO.....	17
1.3	PROBLEMA DE PESQUISA.....	20
1.4	OBJETIVO GERAL	20
1.5	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	20
1.6	JUSTIFICATIVA.....	21
2	REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO.....	25
2.1.1	O que são Políticas Públicas?.....	26
2.1.2	O Ciclo de Políticas Públicas.....	28
2.1.3	Avaliação de Políticas Públicas.....	34
2.1.4	Avaliação de Políticas Públicas pelo beneficiário	40
2.1.5	Avaliação de Políticas Públicas educacionais.....	41
2.2	UNIVERSIDADES PÚBLICAS E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	43
2.2.1	A universidade pública brasileira.....	43
2.2.2	O crescimento recente das universidades no Brasil.....	46
2.2.3	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.....	55
2.2.4	O processo de autoavaliação nas universidades	65
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	72
3.1	NATUREZA DA PESQUISA.....	72
3.2	INSTRUMENTOS DE COLETA DE INFORMAÇÕES.....	74
3.3	ANÁLISE DE INFORMAÇÕES	78
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	81
4.1	PERCEPÇÃO DOS DISCENTES NO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO.....	81
4.2	CAPTAÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS DISCENTES SEGMENTADA EM DIMENSÕES/EIXOS.....	82
4.3	DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DE AUTOAVALIAÇÃO.....	83

4.4	ABORDAGEM QUALITATIVA NOS INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS DISCENTES.....	87
4.5	UTILIZAÇÃO DE INDICADORES PARA APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	90
4.6	POLÍTICA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS	94
5	PLANO DE AÇÕES PARA A UFJF	96
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
	REFERÊNCIAS	106
	APÊNDICE A - Produto técnico-tecnológico.....	114
	APÊNDICE B - Protocolo de análise documental.....	133
	ANEXO A - Questionário Docentes - Presencial.....	136
	ANEXO B - Questionário Docentes - EAD.....	137
	ANEXO C - Questionário Discentes - Presencial.....	138
	ANEXO D - Questionário Discentes - EAD.....	139
	ANEXO E - Questionário Discentes - 2022.....	140

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Nos últimos anos, especialmente a partir da década de 1990, a educação superior brasileira passou por diversas transformações. Além do crescimento no número de instituições de ensino, segundo o Censo da Educação Superior de 2019 (BRASIL, 2020a), ocorreu um aumento significativo do número de estudantes, passando de menos de 2 milhões em 1990 para um total de mais de 8 milhões de matriculados em 2019.

O crescimento foi verificado tanto em instituições de ensino públicas quanto privadas. Na década de 1990, o avanço teve como base os investimentos e incentivos ao setor privado, o que ia ao encontro do paradigma gerencialista da administração pública implementada pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Com o propósito de ampliar o acesso à educação superior, foi criado em 2001 o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES).

A partir de 2003, com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, verificou-se a criação e ampliação de políticas públicas de acesso e permanência dos estudantes na educação superior. As regras do FIES foram modificadas, permitindo o financiamento de até 100% do curso, o que promoveu uma ampliação do número de discentes atendidos pelo programa.

Com o objetivo de oferecer, igualmente, uma resposta à demanda social da ampliação de acesso universitário, foi criado em 2005 o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que concede bolsas de estudo parciais e integrais aos discentes oriundos de escolas públicas, estudantes com deficiência e professores da rede pública de ensino. O programa favoreceu a busca pela democratização do ensino superior no país e oportunizou meios de introduzir grupos minoritários na educação superior, beneficiando a capacitação dessa população e possibilitando sua melhor inserção no mercado de trabalho. Apesar dos avanços em meios de acesso ao ensino superior, o programa manteve a lógica de ampliação da educação superior por meio das instituições privadas.

Outro significativo mecanismo de acesso e permanência foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Também implementado pelo governo Lula, o programa, criado em 2007, foi

responsável pela instituição de novas universidades e crescimento das já existentes. Através da utilização da estrutura física e dos recursos já disponíveis nas universidades, o programa buscou elevar as taxas de conclusão e médias de discentes por professor nas universidades federais. O Programa apresentou um paradigma antagônico em relação às ações anteriores, já que propiciou investimentos no crescimento das instituições públicas.

Em outra vertente, mas também objetivando a promoção de meios de acesso ao ensino superior, foi criado em 2006 o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que além de promover ampliação dos meios de acesso, oportunizou a expansão universitária em regiões do interior do país, derrubando fronteiras educacionais em regiões menos favorecidas socialmente.

De modo geral, essas políticas buscaram democratizar a educação superior através da inserção de um conjunto mais variado de atores sociais nas universidades. Para atingir esse objetivo, os programas instituíram mecanismos para utilização de cotas, bolsas de estudo em instituições privadas e bolsas de permanência em universidades públicas e privadas para um determinado público beneficiário dessas ações.

Diante da implementação de tantas políticas públicas de acesso e permanência ao ensino superior, assim como qualquer outra ação governamental, é necessário que se realize uma constante verificação da qualidade do serviço entregue aos seus beneficiários. Além disso, os recursos públicos não são ilimitados, sendo muitas vezes escassos. Tendo em consideração tanto a necessidade de oferecer uma qualidade adequada, quanto realizar a melhor gestão dos recursos e instrumentos públicos, pode-se identificar a real necessidade de implantação de processos avaliativos capazes de apresentar um panorama concreto da política pública disponibilizada aos cidadãos.

Costa e Castanhar (2003) acreditam que um processo avaliativo realizado de maneira sistemática, continuada e eficaz é uma ferramenta essencial para que as políticas públicas sejam executadas de maneira mais adequada na busca pelos objetivos propostos. Além disso, os autores destacam que a avaliação dos programas favorece uma melhor utilização dos recursos neles empregados, além de proporcionar dados significativos para que os gestores e formuladores de políticas possam estabelecer ações mais consistentes e uma gestão pública que atenda de maneira eficaz a necessidade de seus beneficiários.

Na busca pelo estabelecimento de uma legislação mais adequada e padronizada para o processo de avaliação das universidades brasileiras, foi criado, em 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Pela legislação do sistema, são estabelecidas dez dimensões a serem analisadas no processo avaliativo, tendo como objetivo assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes (Brasil, 2004a).

Para que o processo avaliativo seja colocado em prática é possível a utilização de um conjunto diversificado de instrumentos, dentre os quais está o mecanismo de autoavaliação, considerado uma importante ferramenta de avaliação interna das universidades. Pela determinação do SINAES, a autoavaliação deve ser desenvolvida por todas as instituições de ensino superior brasileiras, através do trabalho de uma comissão formada especificamente para essa finalidade.

Nesse sentido, a regulamentação do sistema estabelece que cada universidade é responsável pela criação de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (BRASIL, 2004a).

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a CPA, como determina a legislação e deve ser praticada por todas as instituições de ensino superior, tem autonomia de planejamento e execução de suas ações na realização do processo de Autoavaliação Institucional. Para isso, possui em seu grupo de trabalho representantes de técnicos administrativos em educação, de docentes, de discentes, da administração universitária, das comissões setoriais próprias de avaliação e membro da sociedade civil.

A UFJF (2021) apresentou avaliações realizadas nos anos 2018, 2019 e 2020. Em 2018 e 2019, a universidade indica que foram aplicados quatro modelos de formulários avaliativos distintos. Dois desses formulários foram direcionados aos docentes de turmas de graduação, um formulário para turmas de educação presencial (Anexo A) e outro para turmas de educação à distância (Anexo B).

Nesses formulários foram levantadas informações sobre o trabalho desenvolvido pelos professores, interação com turma e uma autoavaliação do docente. Dessa forma, o docente foi convidado a preencher um questionário por cada turma ministrada.

Os outros dois questionários foram respondidos por discentes, um questionário para discentes de graduação presencial (Anexo C) e outro para discentes de graduação à distância (Anexo D). Onde foram abordadas questões referentes à atuação do professor e a relevância da disciplina no processo de formação do estudante.

A integração desses questionários no processo de autoavaliação da UFJF foi um marco significativo para o aprimoramento dos processos de avaliação na universidade, pois a partir desse momento, avaliações acadêmicas passaram a ser conduzidas de maneira sistemática.

Já em 2020, além das avaliações de discentes e docentes, foi realizada, de maneira excepcional, a avaliação do Ensino Remoto Emergencial, oferecido pela universidade como medida de manutenção das atividades presenciais durante a pandemia do novo coronavírus.

Nos últimos anos, a UFJF está atualizando seu processo de autoavaliação institucional. A UFJF (2022a) apresenta o panorama da instituição juntamente com a metodologia de autoavaliação definida para o triênio do ciclo avaliativo. Além disso, a UFJF (2022b), exibe os resultados da pesquisa de satisfação aplicada pela universidade no período entre 17 de janeiro e 13 de fevereiro de 2022. A pesquisa contou com a participação de servidores e discentes da instituição tendo um formulário específico para cada público.

Segundo a CPA da UFJF (2022a), o foco da pesquisa foram as 3 dimensões que englobam o eixo de Políticas de Gestão (Políticas de Pessoal, Organização e Gestão Institucional e Sustentabilidade Financeira). No caso dos estudantes, a pesquisa abordou a dimensão Organização e Gestão da Instituição e a dimensão de Sustentabilidade Financeira. As questões debatidas podem ser visualizadas no ANEXO E.

Pode-se verificar que, até o momento, não foi realizado um processo avaliativo completo, na UFJF, que contemple uma reflexão universal de seus estudantes sobre todas as 10 dimensões do SINAES pertinentes a esse público.

Isso está ocorrendo pelo fato da UFJF estar dentro do ciclo avaliativo 2021-2023, que ainda não foi finalizado.

Além disso, entendendo a UFJF como promotora da política pública de ensino superior, como qualquer outra política pública, é necessário que seja realizada uma permanente rotina de avaliação, que tenha como foco a melhoria da qualidade oferecida aos seus beneficiários. Dessa forma, a instituição pode evoluir na qualidade e aperfeiçoar seus mecanismos de gestão através do aprimoramento de seus meios de diagnóstico, oportunizando a participação dos estudantes na análise global de suas ações educacionais.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2020 da UFJF (2015), uma das principais ferramentas de planejamento estratégico utilizadas pelas instituições, incluiu como uma das ações a serem implantadas a partir de 2016 a criação de um questionário a ser aplicado a todos os segmentos da UFJF com o objetivo de aferir a percepção sobre a avaliação e sobre as dimensões dessa avaliação na instituição. Além disso, o documento enfatiza que as atividades exercidas pelos responsáveis pela avaliação institucional devem estar em consonância com as diretrizes gerais da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior¹ (CONAES) e da UFJF, sendo capazes de “tornar a atividade de Avaliação da UFJF não só um instrumento de melhoria da qualidade, mas também um instrumento norteador da implementação de projetos e de estratégias de gestão”.

Segundo a UFJF (2021), a universidade possuía 18.967 discentes de graduação presencial e 1.135 discentes de graduação à distância matriculados no último período letivo de 2020. Esses discentes regularmente matriculados em um amplo conjunto de cursos oferecidos pela instituição, sendo 53 cursos de graduação presencial no campus Juiz de Fora, 10 cursos de graduação no campus Governador Valadares e 7 cursos de graduação na modalidade à distância. Além disso, a instituição indica que, naquele ano, havia 1.341 docentes atuando no campus Juiz de fora e 296 no campus Governador Valadares, sendo apoiados por 1.324 técnicos administrativos em educação no campus Juiz de Fora e 197 no campus Governador Valadares.

¹Órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior SINAES.

Diante dessa abrangente instituição de ensino superior, que conta com o trabalho de muitos servidores e que atende mais de 20 mil beneficiários matriculados em seus cursos de graduação, pode-se perceber que a política de formação de profissionais é relevante, ampla e onerosa demais para não ser avaliada de forma sistemática e completa, incorporando a perspectiva de seus múltiplos atores.

1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante da necessidade em atender as demandas estabelecidas pelo SINAES no aprimoramento do recurso de autoavaliação da UFJF, a busca sistemática pela melhoria da qualidade de uma política pública oferecida a seus beneficiários e do dever em atender as determinações estipuladas pelo PDI 2022-2207², elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: Como é possível aprimorar os meios de autoavaliação institucional da UFJF que se fundamentam na perspectiva discente?

1.4 OBJETIVO GERAL

- Propor ações de aprimoramento dos meios de autoavaliação institucional da UFJF, em perspectiva discente, após diagnóstico e análise de relatórios de autoavaliação institucional em universidades públicas brasileiras.

1.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Diagnosticar, a partir dos elementos definidos pelo SINAES, como as universidades públicas (com IGC³ igual a 5) estão conhecendo as percepções dos estudantes da graduação em seus processos de autoavaliação;

² AÇÃO 1: Aprimorar a política de avaliação da UFJF.

³ Entre as instituições públicas de ensino superior, este trabalho propõe uma delimitação relacionada ao IGC (Índice Geral de Curso). O Estudo partirá de um diagnóstico das instituições com índice igual a 5, por acreditar que instituições mais bem avaliadas por esse parâmetro possam evidenciar práticas autoavaliativas mais maduras. O que pode oportunizar o alcance dos objetivos definidos a partir da análise de um número menor de universidades, o que pode facilitar o processo de elucidação dos resultados deste trabalho.

- Analisar os meios de conhecimento da percepção discente com a finalidade de destacar e compreender os mais consistentes;
- Propor, quando oportuno, ações de aprimoramento dos meios de autoavaliação institucional da UFJF, em perspectiva discente, considerando ações existentes (UFJF) e ideais (originários de outras instituições).

1.6 JUSTIFICATIVA

Essa pesquisa pode ser considerada relevante por diversas razões e em muitas vertentes diferentes. Em relação à legislação, a lei de criação do SINAES determina que podem ser utilizados variados mecanismos de análise no processo da avaliação da instituição de ensino superior. No entanto, introduz a ferramenta de autoavaliação como metodologia obrigatória do sistema avaliativo.

Como é determinado pela legislação, cabe a cada instituição criar e proporcionar meios consistentes para a atuação de sua comissão que, de acordo com as dimensões delineadas pelo SINAES, tem a responsabilidade de conduzir o processo de autoavaliação de acordo com as perspectivas e diversidades de cada universidade.

Nesse sentido, as ações de aprimoramento da avaliação discente que foram propostas por esse estudo buscam incorporar a percepção de todos os discentes de graduação da universidade, de modo que considerem a regulamentação e diretrizes definidas pelas CONAES e, especialmente, pela UFJF. Dessa forma, a universidade tem a possibilidade de se adequar de maneira efetiva à legislação que trata da metodologia de autoavaliação institucional.

Além disso, a autoavaliação aspira refletir, utilizando as dimensões determinadas pelo SINAES, um panorama universal e recorrente da ação pública na universidade. Essa necessidade de aprimoramento, além de ser muito importante para os mecanismos de tomada de decisão da UFJF, vai ao encontro da demanda, definida pelo PDI, de tornar o processo avaliativo da instituição capaz de instrumentalizar a implementação de estratégias de gestão.

O PDI vigente da UFJF (2022-2027) é um instrumento de gestão utilizado pela universidade e pode ser considerado outro ponto que justifica este estudo. O documento foi elaborado de modo transparente e participativo pela comunidade

acadêmica, em 2022, e apresenta diretrizes estabelecidas pela universidade no período de 2022 a 2026.

Segundo a UFJF (2022c), as atividades do plano são definidas de acordo com a missão da instituição e suas determinações devem nortear todas as intervenções realizadas pela universidade, fazendo com que cada ação atenda algum objetivo ou diretriz especificada no PDI ou que esteja rigorosamente em concordância com essas definições e destacando que todas as unidades acadêmicas e administrativas observem essa conduta.

Nesse sentido, o PDI 2022-2027 apresenta um olhar estratégico para a atuação cuidadosa e orientada com relação a macro objetivos e a preparação do terreno institucional para sua realização (UFJF, 2022c, p.21). O documento ainda destaca a necessidade da observância das normativas legais, indicando que o PDI deve estar associado diametralmente à avaliação institucional da Universidade como um todo, dos procedimentos e processos, dos cursos de graduação e de pós-graduação e indicação para a atuação das auditorias (UFJF, 2022c, p.20).

Em relação ao processo de avaliação institucional, a UFJF ressalta a necessidade de se desenvolver uma avaliação contínua das atividades por instrumentos mensuráveis de avaliação e autoavaliação, visando à autocompreensão e ao cumprimento dos objetivos institucionais (UFJF, 2022c, p.67).

Com esse propósito, o documento apresenta uma ação específica voltada para o aprimoramento da política de avaliação da UFJF. Essa ação indica, entre outros, o objetivo de “aprimorar os processos de avaliação interna e a apropriação dos resultados das avaliações próprias e externas como instrumentos de gestão institucional” (UFJF, 2022c, p.456).

Nessa conjuntura, o plano de ações desenvolvido nesta pesquisa corrobora as atividades de melhoria da política de avaliação da UFJF, favorecendo o cumprimento dos propósitos definidos no PDI.

Sobre os aspectos sociais, esse estudo se justifica pela necessidade da universidade pública brasileira, especialmente a UFJF, como promotora de política pública de educação superior e custeada pelo Estado, entregar uma resposta à sociedade relacionada à aplicação e à utilização do orçamento público empregado em suas ações de desenvolvimento intelectual nacional. Já que os recursos públicos não são ilimitados e a sociedade brasileira abrange muitos atores e suas variadas

demandas sociais, é imprescindível que o capital seja investido da maneira mais adequada possível, favorecendo um maior retorno à coletividade.

Nesse ponto, é uma proposta que se justifica pela necessidade de avaliar a instituição de maneira apropriada, com a finalidade de viabilizar a transparência sobre o resultado das ações da UFJF para toda sociedade.

Por fim, outro ponto de justificativa dessa pesquisa é que, para além da instituição e o tipo de serviço prestado à população, a fase avaliação é uma etapa essencial no ciclo de políticas públicas, favorecendo que os programas alcancem os resultados a que se propõem e propiciando o desenvolvimento das intervenções públicas na implementação e uma melhor condução dos programas.

Essa justificativa vai ao encontro do entendimento dos autores da literatura, que consideram a etapa de avaliação de uma política pública primordial para qualquer instituição ou órgão prestador de serviço público. No entanto, pelo fato do serviço público muitas vezes executar uma atividade de modo exclusivo e não experimentar uma avaliação externa, em geral, muito rigorosa, os processos de autoavaliação podem e devem ocupar esse espaço, com o objetivo de buscar um aprimoramento constante da qualidade e a eficácia das ações desenvolvidas pela instituição.

Dessa forma, esse estudo é motivado pela necessidade da UFJF evoluir seus modelos autoavaliativos e analisar os resultados das suas ações, oportunizando o levantamento da percepção dos estudantes de graduação em seus processos avaliativos, na busca pela evolução constante da qualidade e eficácia dos serviços públicos que a instituição oferece.

1.7 ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

Para alcançar os propósitos determinados, o estudo foi iniciado através deste primeiro capítulo no qual é exibida uma breve introdução, com o foco na contextualização do problema e suas principais justificativas, além da enunciação do objetivo geral e dos objetivos específicos.

No segundo capítulo, é apresentado um referencial teórico sobre os assuntos correlacionados a essa pesquisa. Nessa parte, são expressas as considerações dos principais autores da literatura que tratam dos temas de interesse desta dissertação. Na primeira seção do capítulo, intitulada de “Políticas públicas e avaliação”, é

exposta a temática conceitual das políticas públicas e a importância dos processos avaliativos nas instituições e órgãos prestadores de serviços públicos. Já na segunda seção, intitulada de “Universidades públicas e avaliação”, é apontado um panorama da educação superior brasileira e as legislações e diretrizes avaliativas para esse tipo específico de organização.

O terceiro capítulo indica a metodologia utilizada para a realização da pesquisa e está dividido em três seções. A primeira, intitulada de “Natureza da pesquisa”, identifica as categorias nas quais o estudo se insere, elencando suas principais características. A segunda seção, intitulada de “Instrumentos de coleta de dados”, apresenta os meios utilizados para reunir os dados a serem analisados na pesquisa, que é a base do conhecimento a ser empregado neste estudo. A terceira seção, intitulada de “Técnica de análise de dados” revela como os dados serão apreciados e de que maneira poderão ser transformados em informação relevante para atingir os objetivos desta pesquisa.

O quarto capítulo se concentra na apresentação detalhada das informações de destaque relacionadas à autoavaliação das universidades públicas brasileiras. Nesse cenário, foi dedicada atenção especial à análise comparativa, cujo ponto focal foi a UFJF. A inclusão dessa comparação objetiva contextualizar as particularidades da autoavaliação no âmbito nacional e, simultaneamente, oferecer uma visão mais específica e palpável por meio do referencial da UFJF.

No quinto capítulo, é apresentado um plano de ações, elaborado para traduzir de maneira aplicável as conclusões obtidas ao longo deste trabalho. Este plano de ações busca oferecer não apenas uma visão crítica dos desafios identificados, mas também prover soluções tangíveis e estratégias propositivas que possam contribuir para o contínuo aprimoramento do processo de autoavaliação no contexto da UFJF.

Por fim, no sexto capítulo, são consolidadas as reflexões centrais resultantes da investigação sobre a autoavaliação nas universidades públicas brasileiras, com destaque para a análise comparativa com a UFJF. Neste capítulo, foram sintetizadas as descobertas essenciais e suas implicações, contextualizando-as no cenário mais amplo da educação superior. Nesse ponto foi visão prospectiva, delineando possíveis direções para pesquisas futuras e instigando uma reflexão mais ampla sobre os desafios e oportunidades inerentes à avaliação institucional no contexto educacional brasileiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa bibliográfica é a base para a constituição de uma pesquisa científica consistente e busca aprimorar a qualidade do trabalho desenvolvido. Neste capítulo, são apresentadas discussões realizadas por autores dos temas relacionados à proposta deste estudo. A seção 2.1 trata da temática das políticas públicas e seus mecanismos de avaliação. Já a seção 2.2 tem como objeto de discussão as universidades públicas e a legislação específica de avaliação no contexto dessas instituições.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO

O papel do Estado, não só na sociedade brasileira, como em todas as nações, passa por constantes mudanças e adaptações. Com o avanço da democracia, em especial, a partir da Constituição de 1988, as atribuições do Estado refletem uma opção político-institucional no sentido da garantia de direitos sociais.

Fundamentado nessa perspectiva, surgem modelos de atuação governamental intrinsecamente direcionados ao atendimento de demandas sociais como saúde, educação, segurança pública e preservação do meio ambiente. Cada vez mais as ações políticas nacionais fogem de seus propósitos iniciais, voltados para modelos que garantiriam proteção e defesa contra ataques externos. Esse fato não é observável somente no Brasil, mas acabou por se tornar paradigma em diversos países. Nos Estados Unidos, por exemplo, a partir da Segunda Guerra Mundial, foi iniciada a implementação do conceito do “estado do bem estar social”, com o objetivo de promover políticas públicas, especialmente assistenciais, voltadas ao desenvolvimento econômico e social para a população americana.

Para Santos *et al.*(2017), esse papel intervencionista do Estado e seus novos modelos de ação não representam uma novidade, já que existem registros gregos milenares sobre esses mecanismos, mas destacam a questão de novas abordagens mais complexas sobre o assunto no século XX. Os autores ainda revelam que, pelo motivo das relações entre Estado e sociedade serem multifacetadas, a temática de políticas públicas ganha notoriedade e exige investimentos em pesquisas e capacitação de gestores públicos.

Nesse contexto, a área de políticas públicas se apresenta inserida no extenso campo de ciências políticas que, apesar de ter ganhado destaque apenas nas últimas décadas, se constitui em um amplo campo de temáticas e componentes. Dada sua relevância para os cidadãos, a sua visibilidade adquirida nas sociedades democráticas e sua abundante gama de variáveis e perspectivas, a área vem crescendo em trabalhos científicos e tornando-se foco de diferentes abordagens na literatura nacional.

Brasil e Capella (2016) salientam que, no caso do Brasil, o estabelecimento da institucionalização da área de políticas públicas ocorreu de maneira tardia em relação ao cenário internacional, com um atraso próximo de 20 anos e, em especial, com as reconfigurações implementadas pelo novo regime político do final dos anos 1980. Os autores entendem que essa condição não foi determinante para que esses meios de tratamento às demandas públicas fossem consolidados e sustentam que esse acontecimento ocorreu mais tarde, já que “a valorização e a consolidação das políticas públicas no Brasil está diretamente vinculado aos processos de descentralização e de gerenciamento, típicos da Reforma Administrativa ocorrida no Brasil em meados nos anos 1990” (BRASIL e CAPELLA, 2016, p.79).

Para Faria (2003), nas décadas de 1980 e 1990, as pesquisas empíricas realizadas revelaram que os modelos de relacionamento entre os atores envolvidos na produção de políticas públicas se mostraram incapazes de compreender o pluralismo de atores públicos e privados abrangidos. Diante dessas múltiplas possibilidades demandadas pela participação de um variado grupo de atores, o autor verificou que as diferentes reformulações que a área de políticas públicas passou objetivam aprimorar a transparência nas transferências de recursos e informações desses processos, trazendo novos participantes com a finalidade de intermediar esse pluralismo e criar uma rede de participantes especialistas.

2.1.1 O que são Políticas Públicas?

Mesmo sendo apresentada anteriormente como um campo recente de estudos, a área conta com definições variadas com a contribuição de diversos estudiosos. Souza (2006) acredita que a política pública tenha sido introduzida no governo como um produto da Guerra Fria e representou um mecanismo tecnocrático

de lidar com suas consequências e se constituiu em uma ferramenta de tomada de decisões. Além disso, a autora traz uma definição de política pública:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p.26).

Para definir o termo “políticas públicas” os autores do tema utilizam múltiplos conceitos, mas a expressão pode ser entendida, de modo geral, como um conjunto de decisões e ações dos governos federal, estadual, municipal ou organizações não estatais voltadas para o atendimento das demandas dos cidadãos de modo que visem alcançar um resultado desejado. Essas ações ocorrem em cada uma dessas esferas governamentais de maneira individual ou em parcerias, por exemplo, entre estados e municípios. Além dessas possibilidades, os governos também podem estabelecer parcerias com organizações não governamentais. Dessa forma, a totalidade desse conjunto de resoluções, decisões e ações públicas é o que torna possível a busca por soluções ao enfrentamento do problema público que pode ser solucionado ou, pelo menos, amenizado alcançando níveis mais aceitáveis.

Não existe uma definição que pode ser considerada única, melhor ou completa. No entanto, pode-se perceber que, de maneira geral e minimalista, os autores elucidam que política pública é um conjunto de decisões acompanhadas da implementação de ferramentas utilizadas pelos gestores públicos para o controle de demandas, dos problemas ou interesses dos mais variados grupos da sociedade, com o objetivo de oportunizar o bem-estar coletivo.

Vale ressaltar que, apesar de muitas dessas determinações estarem ligadas diretamente a um grupo específico, as políticas públicas relacionam-se a todos os cidadãos independente de escolaridade, etnia, sexo ou classe social. Além disso, elas podem ser direcionadas a diferentes áreas como saúde, educação, assistência

social, lazer e segurança pública, ou qualquer outra necessidade de promoção do bem estar da sociedade.

Por se tratar de interesse de todos, estado e sociedade devem discutir de maneira pacífica, objetivando a solução de conflitos coletivos por meio da adoção de práticas democráticas. Apesar de ser um caminho lógico e racional, nem todas as demandas são colocadas em pauta nas agendas oficiais, já que é uma arena de disputas e interesses, dependendo de múltiplas variáveis e até mesmo de uma autonomia governamental.

Na atualidade dos anos 2020 e 2021, a sociedade, de modo geral, está tendo uma real dimensão da implicação das políticas públicas em todo o mundo, já que a todos vem enfrentando um transtorno que está afetando toda a população em diversos níveis. Cada país tem lidado com a pandemia da Covid-19 de uma maneira particular e adotando seus próprios meios de contenção da disseminação da doença. No Brasil, esses mecanismos também diferem de cidade para cidade e cada localidade tem obtido resultados distintos em resposta às abordagens utilizadas por seus gestores públicos. Assim, pode-se verificar que as múltiplas condutas operadas geraram resultados distintos de sucesso ou fracasso e algumas políticas públicas se mostram mais eficazes no combate à disseminação do vírus.

2.1.2 O Ciclo de Políticas Públicas

Para que uma Política Pública seja executada e o cidadão possa ser beneficiado de suas atuações, é necessário que vários caminhos sejam percorridos e muitos processos sejam realizados. Esse percurso pode ser longo e nem sempre é simples e direto, e na literatura, ele é conhecido por “ciclo de políticas públicas”. O ciclo de políticas possui diversas fases que, de modo geral, podem ser divididas em etapas como: definição de agenda, formulação, implementação e avaliação da política. Além disso, essas fases podem ter diversas subdivisões em outras etapas dependendo de quem conduz o processo de concepção e acompanhamento da política que se pretende concretizar.

Para Rua (2014), esse processo de políticas públicas é permeado por relações políticas de poder que ocorrem em um ambiente de conflito entre os atores do Estado e da sociedade. Para lidar com essa sistemática complexa, pode ser utilizado um recurso analítico conhecido como “ciclo de políticas públicas”, que

propõe uma abordagem dividida em etapas organizadas e sequenciais. No entanto, a autora alerta que não existe a necessidade que essas etapas ocorram de maneira sucessiva e linear, como pode retratar equivocadamente o modelo, mas como uma unidade contraditória, as etapas não precisam, necessariamente, ser divididas em atividades sequenciais, podendo ser executadas simultaneamente ou podem ser trabalhados de forma sobreposta. O essencial, para a autora, é que esse modelo apresenta ao gestor a correta compreensão do ciclo das políticas, oportunizando um melhor entendimento sobre a totalidade do processo e ilustrando com clareza uma reflexão sobre os instrumentos que devem ser aperfeiçoados.

Na figura 1, Rua (2014) apresenta um modelo ilustrativo de como ocorre esse ciclo e deixa evidente que cada fase do processo pode ter outras fragmentações em atividades que buscam dinamizar a metodologia de criação e acompanhamento de políticas públicas. Souza (2002) reconhece que essa tipologia considera o processo de política pública como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado. A autora elenca outros estágios como sendo a base formadora desse modelo de ciclo de políticas públicas: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

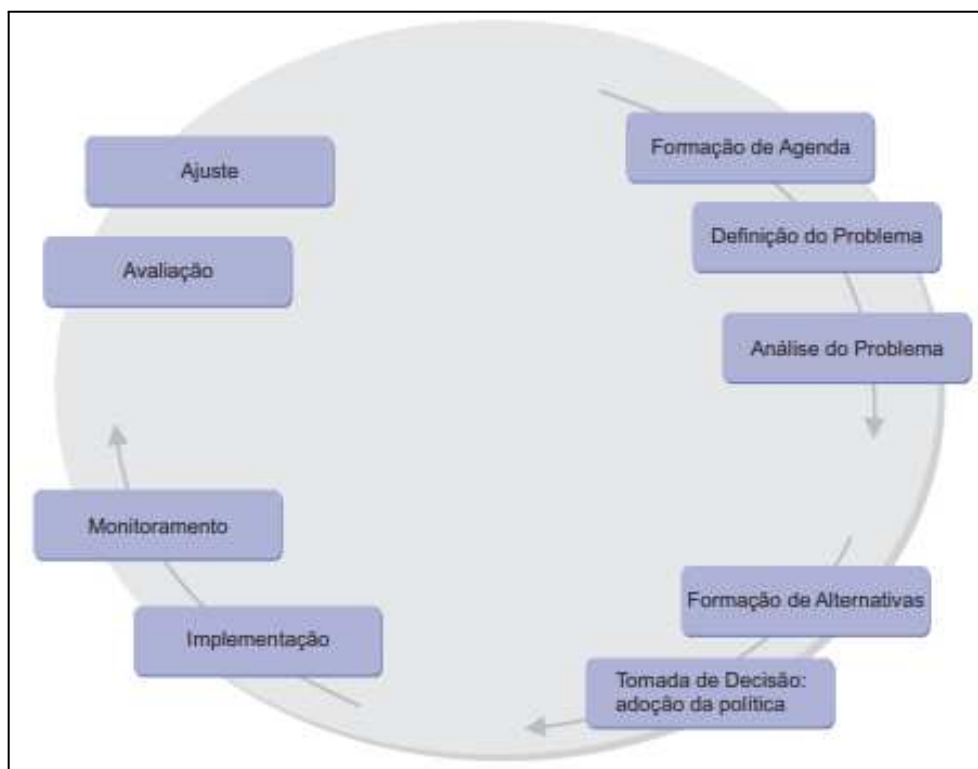
Para Mainardes (2006, p. 55-58), apesar da complexidade do ciclo de políticas, se comparado à simplicidade e linearidade de outros modelos, ele traz diversas contribuições para a análise de políticas públicas, “uma vez que o processo político é entendido como multifacetado e dialético, necessitando articular as perspectivas macro e micro”. Além disso, o autor destaca a flexibilidade dessa abordagem já que ela pode ser vista como uma “proposta de natureza aberta e como um instrumento heurístico”, que oportuniza aos gestores uma ferramenta para uma análise crítica da trajetória da política pública que foi ou será implementada.

Pode-se considerar que o percurso do ciclo de políticas públicas se inicia quando a demanda ganha destaque e entra na agenda pública. A agenda pode ser entendida como a relação de temas prioritários que o governo coloca em discussão, a fim de que sejam definidos os rumos de suas ações em relação aos assuntos reivindicados pela sociedade.

Rua (2014) esclarece que quando uma determinada situação ganha notoriedade na sociedade e passa a ser identificada como um problema político, ocorre a formação da agenda, sendo neste momento que um conjunto formado por

autoridades dentro e fora do governo oportuniza discussões relacionadas ao tema e sua intenção de intervenção por parte dos gestores públicos.

Figura 1: Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: Rua (2014, p.33).

Em outro estudo, Rua (1997) considera que a base da atividade política dos governos tenta satisfazer as demandas que lhes são dirigidas pelos atores sociais ou são elaboradas pelos agentes políticos que, além dessa função, são os responsáveis por articular apoios e instrumentos necessários à aprovação dessas reivindicações.

É possível verificar que, na sociedade, existem múltiplas questões e deficiências sociais que carecem de enfrentamento. No entanto, os recursos disponíveis para estabelecer soluções a essas demandas são escassos. Dessa forma, se faz necessária uma seleção das questões prioritárias a serem discutidas pelos atores políticos para o devido tratamento pelos gestores públicos. Esse processo de definição de uma listagem com problemas mais evidentes pode ser chamado de Formação da Agenda Pública. Assim, as demandas primordiais deixam

de ser entendidas como situação corriqueira e passam a ser visualizadas como problemas públicos, integrando a agenda governamental.

Diante da complexidade da sociedade e da multiplicidade de temas a serem discutidos, não é possível que o corpo político foque na solução de todos os empasses ao mesmo tempo. Para Capella (2006), o grau de atenção que é dado a cada questão a ser decidida depende da interpretação que os formuladores de políticas transferem a cada situação e, especialmente, o paradigma que eles utilizam para definir se uma temática é ou não um problema. Nesse momento, a situação recebe os olhares da administração pública sendo identificada como uma disfunção que merece fazer parte do processo decisório.

Quando o assunto é colocado em pauta e define-se que serão analisados meios para solucionar o problema, é iniciada a fase de formulação da política pública. Nesse momento, ocorre um amplo debate sobre as possibilidades das ações governamentais que podem ser implementadas e são estabelecidos instrumentos norteadores de atuação social, com a finalidade de solucionar a demanda apreciada.

Segundo Capella (2018), a formulação de uma política pública está fundamentada no processo de definição de alternativas. Nesse ensejo, abre-se a possibilidade de diversas trajetórias de ação (alternativas, propostas, soluções, ações) a serem analisadas para que sejam elencados meios para lidar com uma questão. Assim, como todo o ciclo de políticas públicas, esse processo não ocorre de maneira sequencial ou contínua e, ainda, inclui variados atores.

Kingdon (2003) destaca duas categorias nessa construção: os participantes visíveis e os participantes invisíveis. O autor identifica como atores visíveis quem recebe atenção da mídia e da sociedade como um todo. Esses são: o presidente, os assessores de alto escalão, membros mais importantes e influentes do congresso. Já entre os invisíveis, estão o que o autor chama de “especialistas”. Entre esses, estão os acadêmicos, burocratas de carreira e funcionários do congresso.

Os atores dispõem de uma numerosa variedade de alternativas, que são apresentadas a eles pelos especialistas, identificadas pelos assessores ou demandadas pela sociedade. Algumas dessas alternativas acabam se destacando influenciadas pelo poder que alguns líderes têm em persuadir os demais tomadores de decisão a optarem pela proposta deles. Assim, o processo de selecionar as

alternativas mais adequadas à construção de meios para solucionar o problema, ganha contornos diplomáticos e políticos.

Apesar da seleção de alternativas ser interpretada, na literatura, como um processo intrinsecamente político, Rua (1997) salienta que é necessário distinguir os conceitos de política pública e decisão política. Para a autora, a política pública vai além da decisão política e necessita que as ações sejam executadas de maneira estratégica a fim de implementar as decisões tomadas. Já a decisão política é representada pela escolha mais adequada dos instrumentos de efetivação da política, dentre os meios disponíveis, e que sejam os mais apropriados às finalidades desejadas. Assim, pode-se concluir que “embora uma política pública implique em uma decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública” (RUA, 1997, p. 2).

Capella(2018) apresenta a formulação de políticas públicas como uma fase pré-decisória, onde antecede a decisão formal dos atores. No entanto, a autora evidencia que boa parte da argumentação em torno da formulação já se relaciona com o momento de implementação da política, uma vez que a seleção de alternativas e, em especial, quais instrumentos serão utilizados, e quais consequências diretas sobre o desenho da política e seus resultados.

É através da seleção dos instrumentos que os formuladores propõem os meios operacionais para a execução das políticas e fornecem ferramentas elaboradas para que o governo lide com os problemas públicos. Pode-se verificar que um aspecto fundamental da formulação é compreender que as políticas públicas são desenhadas por meio dos instrumentos, capazes de traduzir as intenções dos formuladores de políticas em um conjunto de ações concretas (CAPELLA, 2018). A partir da definição dos instrumentos mais adequados ao trato do problema público, se inicia o processo de implementação da política pública.

Segundo Soares e Paim, o momento da implementação da política pública corresponde à:

Etapa em que a política formulada se transforma em programa, obedecendo a diretrizes e objetivos expressos em uma legislação de caráter geral e/ou em normas regulamentadoras. Trata-se de um esforço em explicar as intenções e ações, compreendendo o momento em que os conteúdos propositivos transformam-se em ação. Nesse momento, grupos interessados agem favorecendo ou

dificultando a execução das ações no interior da organização de saúde⁴. (Soares e Paim, 2011, p. 966).

Soares e Paim(2011) também destacam o papel da coordenação que gerencia o processo de implementação da política, visando alcançar os objetivos definidos e realizando as alterações desses propósitos de acordo com as circunstâncias e adversidades encontradas na sua execução. Para os autores, além de contornar todas as adversidades, os gestores precisam ser capazes de conduzir o sistema de maneira ativa e permanente, através da articulação de variáveis que favoreçam a implementação da política.

A última fase apresentada no ciclo de políticas públicas é a avaliação. Nessa etapa é realizada uma análise dos objetivos e metas das ações implementadas. Para executar essa verificação é estabelecido um conjunto de critérios a fim de julgar os resultados da política que expressam o andamento e o grau em que os propósitos foram ou não alcançados.

Da mesma forma que as outras fases, a etapa de avaliação da política pública é de relevante importância no ciclo, já que ela deve ser usada para direcionar e amparar as ações dos gestores quanto às adaptações contínuas que sejam necessárias. Na avaliação, pode-se verificar que os objetivos da política tenham sido auferidos e o ciclo da política pode ser encerrado ou, identificada a necessidade de continuidade ou correção, iniciando-se um novo ciclo.

Apesar de apresentada como fase final do ciclo de políticas públicas, essa atividade não é necessariamente realizada ao fim do processo de implementação e é estratégico que ocorra antes, durante e depois desse segmento. Quando a avaliação ocorre antes, ela pode indicar diretrizes e nuances da política que se pretende implementar. Durante, pode ser fonte de monitoramento e diagnóstico de possíveis problemas que devem ser contornados. Ao fim da implementação, a avaliação evidencia a repercussão da política verificando os seus resultados dentro dos indicadores estabelecidos para esse fim.

Assim, é possível observar que a avaliação é uma etapa do ciclo que merece atenção por parte dos agentes políticos e gestores de políticas públicas, já que

⁴ Nesse ponto, os autores destacam as organizações de saúde, uma vez que o estudo realizado por eles refere-se a implementação de uma política pública específica da área de saúde.

permeia todo o processo de implementação das políticas e dependem dela para que o programa trace um caminho de sucesso.

2.1.3 Avaliação de Políticas Públicas

Segundo Rua (2014) o processo que envolve a avaliação de políticas públicas consiste em:

“Um conjunto de procedimentos de julgamento dos resultados de uma política, segundo critérios que expressam valores. Juntamente com o monitoramento, destina-se a subsidiar as decisões dos gestores da política quanto aos ajustes necessários para que os resultados esperados sejam obtidos.” (Rua, 2014, p.35)

Costa e Castanhar (2003) e Rua (2014) evidenciam que nem sempre os governantes deram relevância efetiva na avaliação das políticas públicas. De modo geral, suas atenções sempre estiveram no processo de formulação sem dar a devida importância aos processos de implementação e avaliação. No entanto, a partir da segunda guerra mundial e do esforço de reconstrução, especialmente, em meados dos anos 1980 e, particularmente, na atualidade, ocorreram profundas transformações no papel do Estado.

Os autores Costa e Castanhar (2003) ainda apontam que o momento que se deu início em meados dos anos 1980 foi marcado por uma conjuntura econômica desfavorável, ocasionando o crescimento da demanda por ações e serviços sociais compensatórios. Além disso, eles relatam que verificou-se um agravamento da crise fiscal, ampliando a escassez de recursos do setor público, exatamente no momento em que a sociedade mais ansiava uma intervenção estatal voltada ao atendimento da população mais necessitada.

Diante desse panorama de escassez financeira e crescimento da demanda por serviços públicos, fica mais evidente a necessidade de uma melhor gestão de recursos. Dessa forma, é papel do Estado analisar constantemente os custos e os resultados de suas intervenções. Assim, Costa e Castanhar apresentam a importância do processo de avaliação:

A avaliação sistemática, contínua e eficaz desses programas pode ser um instrumento fundamental para se alcançar melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização e controle dos

recursos neles aplicados, além de fornecer aos formuladores de políticas sociais e aos gestores de programa dados importantes para o desenho de políticas mais consistentes e para a gestão pública mais eficaz. (COSTA e CASTANHAR, 2003, p. 971)

Mesmo em uma situação que não seja em um momento de escassez, Costa e Castanhar (2003) entendem que o processo de avaliação de políticas públicas é primordial no setor público, já que os serviços públicos não estão inseridos em um contexto de mercado consumidor competitivo. Dessa forma, os autores verificam que não existe um modelo de medida concreta capaz de certificar a qualidade e a eficácia da execução dessas atividades, sendo o Estado o responsável por efetuar uma avaliação regular de seus programas e atividades.

Muitas vezes confundido com a avaliação, Rua (2014, p. 104-105) diferencia, nesse processo, o conceito de monitoramento sobre cinco aspectos distintos. Primeiramente, “enquanto a avaliação é o exame discreto de processos, produtos, qualidade, efeitos, impactos, das ações realizadas, o monitoramento é o exame contínuo de processos, produtos, resultados e impactos das ações realizadas”. Em segundo lugar, a avaliação possibilita explorar, com profundidade que se faz necessária, as atividades e programas que se deseja apreciar. Já o monitoramento, não carece de tanta complexidade, devido à conveniência de sua celeridade dos achados, a fim de “subsidiar decisões sobre a condução das políticas, programas e projetos”. Em terceiro lugar, por ser mais profunda, a avaliação acarreta a produção de artefatos mais complexos e densos, já o monitoramento concebe documentos mais sucintos com pequenos sumários de dados parciais ou registros de decisões que foram tomadas pautadas nos achados da inspeção. Em quarto lugar, a avaliação não é, necessariamente, utilizada para subsidiar a tomada de decisões, já o monitoramento tem seu objetivo fundamentado nessa aplicação, seus processos são direcionados a imediata apropriação dos achados e sua incorporação aos mecanismos de gestão. Em quinto lugar, a autora esclarece que a avaliação não necessita ter relação com o desenho da atividade, podendo ser relevante, “sendo inclusive recomendável o uso de metodologias de avaliação independente de objetivos”, já o monitoramento, tem como pilar o desenho da política, do programa ou projeto explorando suas atividades, processos e produtos.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (1990, p. 2), igualmente, aborda essa perspectiva de distinção entre os conceitos de avaliação e

monitoramento. Segundo o documento, o monitoramento é um instrumento de inspeção das atividades desenvolvidas que, através da aferição sistemática de um conjunto de condições, verifica a execução das ações, entregas, cronogramas de trabalho e os resultados alcançados, levando em consideração o planejamento definido. Já a avaliação, é entendida, pela instituição, como “um processo que tenta determinar de forma tão sistemática e objetiva quanto possível a relevância, eficácia, eficiência e impacto das atividades à luz de objetivos”. A entidade acrescenta que a avaliação deve ser o caminho para a aprendizagem do processo organizacional, já que possibilita o constante aprimoramento da gestão, seja nos procedimentos correntes ou no planejamento, programação e tomada de decisões futuras.

Com as transformações sofridas pelo Estado, especialmente nos últimos anos, o campo de avaliação de políticas públicas vem se desenvolvendo, na busca de meios para melhor qualificar o desempenho do governo e almejando uma alocação racional dos recursos disponíveis, já que nem sempre os valores destinados são suficientes para cobrir integralmente a demanda. Além disso, os estudiosos elaboraram diversos conceitos capazes de expressar os modelos de avaliação que podem ser utilizados na busca constante de mecanismos de aprimoramento das políticas públicas.

Rua (2014) apresenta dois conceitos relacionados ao momento em que a avaliação deve ser realizada e seus objetivos de acordo com a ocasião da perspectiva adotada. Para a autora, a avaliação ex-ante é capaz de apreciar os modelos propostos de intervenção que, a partir de uma estimativa preliminar de eficiência e impacto, indique o caminho que deve ser seguido do ponto de vista lógico, na busca de atuações mais indicadas à solução das demandas. Já a avaliação ex-post, é entendida por ela como o momento em que se realiza o cálculo do custo efetivo de cada alternativa, com avaliações intermediárias e finais de efeitos e impactos, da mesma maneira como é realizada previsão de custos da avaliação ex-ante, contudo utilizando os valores reais empregados e tendo seus impactos avaliados através da comparação entre a situação inicial da população-alvo e a sua situação ao final de um período de tempo estipulado pelo estudo. Além disso, a autora complementa que a partir da avaliação ex-post é possível traçar um comparativo com os impactos predefinidos no processo de avaliação ex-ante, a fim de ponderar se a seleção de alternativas de intervenção foi a mais adequada à temática enfrentada.

Outra classificação apresentada por Rua (2014) indica a origem da equipe que realiza a avaliação. A autora enuncia que as avaliações internas são aquelas elaboradas pela mesma equipe responsável pela intervenção, podendo ter dificuldades de análise pela proximidade do escopo de estudo, causando distorções no resultado obtido. Já as avaliações externas, são enunciadas como as avaliações que são realizadas por uma equipe sem relação com a implementação da intervenção, podendo ser composta por consultores externos ou agentes de controle que não estejam envolvidos com a implementação das ações que, apesar de terem mais credibilidade na apresentação de resultados, terão mais dificuldade de compreender em profundidade o objeto avaliado. A autora ainda apresenta uma terceira classificação: as avaliações mistas, elaboradas pela equipe interna mas com parceria com outra externa. Nesse modelo de avaliação, ela salienta que são superadas tanto as distorções pertinentes à avaliação interna, quanto as dificuldades provenientes do distanciamento inerente ao modelo de avaliação externa.

A avaliação participativa, segundo Rua (2014), é formada por um conjunto de procedimentos que integram beneficiários e equipes de gestores na metodologia de monitoramento e avaliação de políticas públicas, destinando a eles um papel de protagonista no diagnóstico que se pretende elaborar. Laisner (2019, p. 93) acrescenta que o modelo de avaliação pautado nas metodologias participativas de diagnóstico dispõe de “forte potencial como instrumento estratégico de ação pública e de construção e fortalecimento da cidadania”, por ser apresentar como um paradigma mais abrangente, evidenciando diversos atores como os gestores, produtores e os beneficiários da política.

A avaliação de processos, segundo Rua (2014), tem como objetivo verificar se os resultados obtidos estão dentro do esperado ou, caso não estejam, em que medida se afastam dele, em consonância com a lógica de implementação e pela análise dos procedimentos adotados. A autora enfatiza que essa medida entre os resultados obtidos pode ser confrontada com procedimentos e valores de referência (parâmetros externos) pertinentes ao objeto da intervenção.

Pierantoni e Vianna (2003, p. 60) acreditam que a avaliação de processos “consiste na avaliação da engenharia institucional e dos aspectos que traduzem o desenvolvimento de um programa ou projeto”. As autoras complementam que esse tipo de averiguação é capaz de propiciar subsídios aos gestores para a correção das ações, já que ela não se restringe a “diagnósticos, à capacidade de ampliar a

efetividade da decisão relacionada aos programas públicos e à *accountability* desses programas”, mas constitui a integração entre distintos componentes da política.

A avaliação de resultados, segundo Rua (2014) tem como objeto de análise o produto final, que sempre pode ser dimensionada através de uma saída direta e exatamente determinada por dados concretos, como por exemplo, o número de doses de vacina aplicadas. Além disso, a autora esclarece que a diferença entre produto final e o efeito é que o efeito “sempre expressa uma mudança em uma situação preexistente”, sendo o efeito uma consequência do produto final.

Segundo Brasil (2018), o processo de análise utilizando o método de avaliação de resultados verifica a existência de indicadores que podem ser utilizados de maneira objetiva na metodologia de monitoramento da política pública e, a partir da definição de escopo do diagnóstico, é verificado se os resultados alcançados estão adequados aos objetivos previamente estabelecidos. O documento ainda esclarece que indicadores da percepção da população atendida e o seu nível de satisfação podem ser incluídos na análise de desempenho da política e destaca que a apreciação da perspectiva dos seus beneficiários diretos é um poderoso instrumento para o aprimoramento da política e a sua legitimidade. Além disso, a avaliação de resultados examina criteriosamente os indicadores:

“se foram indicadores com relevância (a relação entre o indicador e o objetivo da política), comparabilidade (se o indicador utiliza dados padronizados), periodicidade (se podem ser construídas séries históricas) e desagregabilidade (se podem ser extraídos do indicador microdados que podem ser tabulados conforme o que o avaliador deseja saber), ou se foram outros indicadores que podem ser incluídos no escopo do monitoramento da política pública.” (BRASIL, 2018, p.32).

Segundo Rua (2014), a avaliação de impacto analisa a política pública por meio de seus impactos, que podem ser previsíveis ou não, já que, diferentemente dos efeitos, não se relacionam diretamente com o produto ou a causa, trazendo grandes desafios ao diagnóstico e fundamentando o método em uma lógica quase experimental. A autora ainda evidencia que, como esses impactos podem ser previsíveis ou imprevisíveis, os impactos auferidos também pode ser positivos ou negativos e, devido sua suscetibilidade às diversas variações, os impactos podem se modificar no tempo, na intensidade e, ainda, se propagar por muitas áreas diversas ao campo que sofreu a intervenção.

Brasil (2018), define a avaliação de impacto como um subconjunto da avaliação de políticas públicas que se propõe a qualificar o impacto que a política ocasionou na vida de seus beneficiários de acordo com as intervenções realizadas. Além disso, o documento indica que o papel primordial desse paradigma de avaliação é isolar o efeito da política pública dos outros fatores que possivelmente tenham contribuído para a transformação examinada.

Para formalizar e criar uma métrica que, de fato, reflita o desempenho dos programas, a bibliografia sobre a temática de políticas públicas apresenta diversos conceitos que são capazes de proporcionar parâmetros de avaliação. Dessa forma, são definidos critérios que analisados individualmente ou em conjunto são capazes de mensurar o alcance do potencial de gestão do setor público. Costa e Castanhar (2003), a partir de uma análise do guia de monitoramento e avaliação do UNICEF, elencaram alguns dos principais critérios de avaliação e seus conceitos, que podem ser verificados no quadro 1.

Quadro 1: Critérios para avaliação de políticas públicas

Eficiência	Termo originado nas ciências econômicas que significa a menor relação custo/benefício possível para o alcance dos objetivos estabelecidos no programa.
Eficácia	Medida do grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas.
Impacto (ou efetividade)	Indica se o projeto tem efeitos (positivos) no ambiente externo em que interveio, em termos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais.
Sustentabilidade	Mede a capacidade de continuidade dos efeitos benéficos alcançados através do programa social, após o seu término.
Análise custo-efetividade	Similar à ideia de custo de oportunidade e ao conceito de pertinência; é feita a comparação de formas alternativas da ação social para a obtenção de determinados impactos, para ser selecionada aquela atividade/projeto que atenda os objetivos com o menor custo.

Satisfação do beneficiário	Avalia a atitude do usuário em relação à qualidade do atendimento que está obtendo do programa.
Equidade	Procura avaliar o grau em que os benefícios de um programa estão sendo distribuídos de maneira justa e compatível com as necessidades do usuário.

Fonte: COSTA e CASTANHAR (2003).

Os conceitos apresentados no quadro 1 são essenciais ao desenvolvimento de um processo avaliativo consistente e devem ser observados na elaboração de qualquer mecanismo que se busque analisar uma política pública com qualidade.

2.1.4 Avaliação de Políticas Públicas pelo beneficiário

Os beneficiários das políticas públicas podem ser seus melhores avaliadores, já que são suas vidas que recebem a repercussão da ação pública através dos programas. O UNICEF (1990) revela que toda avaliação deve ser orientada para ação e o parecer do beneficiário é de extrema importância para os gestores e formuladores das políticas, já que eles são os responsáveis por realizar implementações de possíveis alterações identificadas. Além disso, o documento posiciona o beneficiário como ator protagonista nas atividades do programa público, por sua relevante capacidade de proporcionar subsídios necessários aos gestores públicos no processo de avaliação.

SILVA, VALE e ALBUQUERQUE (2001) enfatizam que a sociedade espera que os programas públicos alcancem os resultados esperados e planejados na sua implementação, impactando diretamente os beneficiários pretendidos. Os autores ainda abordam a temática da participação desses beneficiários enfatizando sua importância como instrumento de legitimação de instituições e organizações democráticas, já que despertam o favorecimento da competência cívica e da eficácia política ampliando e induzindo sua participação cidadã no processo decisório.

O Brasil (2018) reforça o entendimento da relevância da percepção da população atendida e o seu nível de satisfação como métrica de desempenho da política pública, observados os critérios e metas estabelecidas para verificação do juízo da população atendida. O documento ainda apresenta o papel do avaliador nesse processo, sendo o responsável por sistematizar e analisar as informações

levantadas, verificando os resultados introduzidos pela ação pública. Assim, o documento conclui que o mecanismo de avaliação de resultados baseado na percepção dos beneficiados é essencial para o aprimoramento da política e a sua legitimidade no contexto social.

Em relação à participação social no processo de implantação e avaliação de políticas públicas, SILVA, VALE e ALBUQUERQUE (2001) evidenciam que a cooperação tem interação com todos os aspectos em todas as fases do programa, seja antes, durante ou depois de sua execução. Além disso, os autores evidenciam que programas e projetos que dispõem de participação social apresentam melhores resultados e ampliam o exercício da cidadania.

2.1.5 Avaliação de Políticas Públicas educacionais

O funcionamento adequado das instituições de ensino, bem como a qualidade da educação de um país é componente imprescindível para o seu desenvolvimento. Para estar sempre evoluindo nesse quesito, é imprescindível que a organização institua um processo permanente de avaliação institucional com a finalidade de revisar constantemente as ações públicas.

Segundo Cotta (2001), para que seja, de fato, implementada uma cultura de avaliação nas instituições de ensino é necessário um constante aprimoramento dos sistemas no que se refere à interpretação e divulgação de seus resultados, já que esse comportamento é um processo de aprendizado coletivo que tem sido realizado no Brasil. A autora ainda complementa que, por não ter uma cultura de avaliação consolidada, os gestores educacionais geralmente ignoram a dificuldade de identificar a metodologia de avaliação de políticas educacionais como instrumento essencial de implementação e alinhamento da ação pública voltada para a qualidade do atendimento ao beneficiário.

A interface entre Estado, sociedade e instituições públicas de ensino superior está passando por constantes transformações, especialmente pelas modificações administrativas sofridas nos paradigmas de gestão do Estado nos últimos anos. Esse processo parte do princípio que governo assume um papel de Estado-Avaliador e sinaliza “o facto de estar em curso a transição de uma forma de regulação burocrática e fortemente centralizada para uma forma de regulação

híbrida que conjuga o controle pelo Estado com estratégias de autonomia e auto-regulação das instituições educativas” (AFONSO , 2001, p.25).

Com os avanços da globalização e um mercado cada vez mais competitivo, espera-se que as Instituições de Ensino Superior (IES), responsáveis pela formação profissional, sejam capazes de entregar cidadãos aptos ao pleno exercício de suas atribuições trabalhistas. Assim, como o mais recente modelo de direção, a regulação universitária está mais direcionada aos produtos que ela entrega para a sociedade de acordo com sua missão estabelecida.

No modelo burocrático adotado na atualidade, apesar das universidades gozarem da prerrogativa constitucional de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, o governo assume uma postura reguladora e fortalece a ideia de que “o chamado Estado-Avaliador define uma centralidade substantiva para a avaliação, pois acredita que é ela a base da mudança, capaz de garantir, através da normatização, resultados e produtos que assegurem a eficiência das IES” (ANDRIOLA, 2008, p. 128). É através do processo de avaliação institucional que uma IES é analisada da perspectiva de resultados e eles são relacionados à qualidade educacional que entrega.

Segundo Cotta (2001), a definição de meios de avaliação do objeto almejado pode ser uma tarefa difícil, especialmente quando se depara com uma ausência de cultura de avaliação, já que não é possível saber o paradigma de avaliação é mais pertinente nem qual informação pode trazer, de fato, melhorias objetivas ao sistema educacional. Mesmo em condições desfavoráveis ao processo de avaliação, a autora enfatiza a necessidade de se considerar a perspectiva de seus usuários diretos na definição do objeto central e do propósito a ser alcançado pelo diagnóstico, na busca de aumentar a efetividade do programa.

Sobre os objetos de análise da avaliação dos resultados educacionais, Cotta (2001) afirma que pode ter foco no aluno, nas instituições de ensino ou no sistema educacional como um todo. No primeiro caso, a autora entende que o alvo é a avaliação que, a partir de uma metodologia previamente estabelecida, possa verificar o desempenho acadêmico dos discentes, apresentando uma apreciação dos conhecimentos, competências e habilidades adquiridas por eles através do aprendizado ofertado pela instituição. No caso da avaliação de uma instituição específica, a autora acredita que o desempenho dos discentes, como um todo, é capaz de determinar a qualidade dos serviços educacionais disponibilizados. Já para

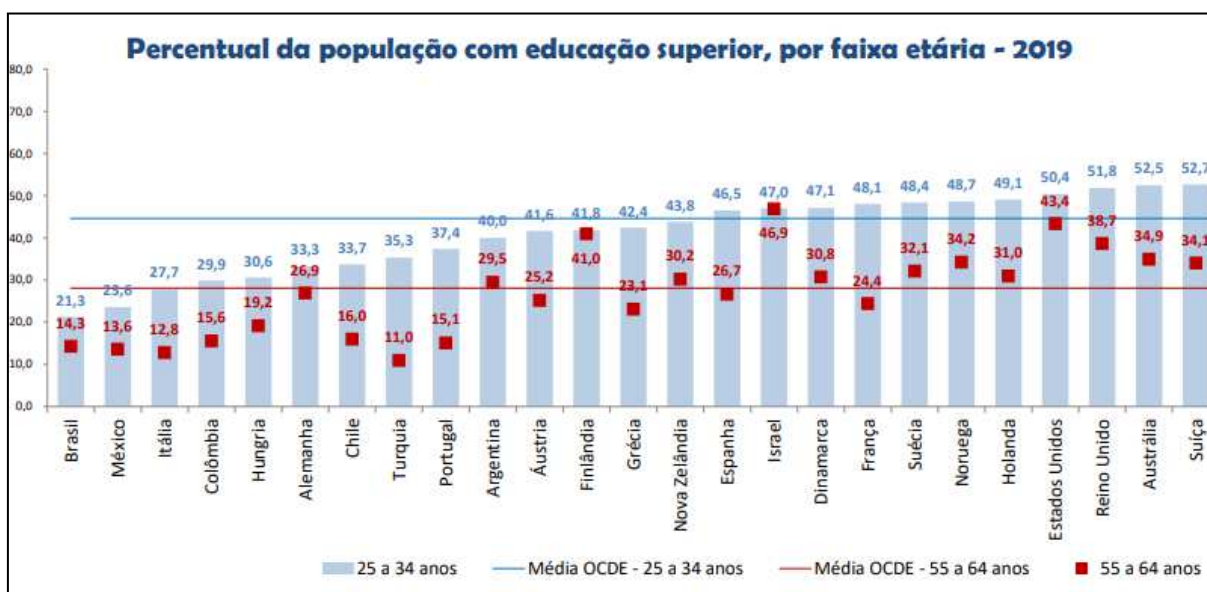
avaliar os resultados proporcionados por um sistema educacional, a autora evidencia a necessidade da utilização de procedimentos normatizados de avaliação em todo universo analisado a fim de classificar os resultados fundamentais alcançados pelo modelo adotado.

2.2 UNIVERSIDADES PÚBLICAS E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

2.2.1 A universidade pública brasileira

É notório que o Brasil apresenta uma grande desigualdade econômica entre os cidadãos. Esse desnivelamento é razão para outros impactos negativos na sociedade como as diferenças sociais e culturais. Com as limitações impostas por essas circunstâncias, o jovem brasileiro depara-se com profundos entraves ao tentar dar sequência em sua formação e ingressar na educação superior, já que tanto as condições de acesso, quando os meios de permanência ainda são bastante limitados. O Censo da Educação Superior de 2019 indica, como também é possível verificar na figura 2, que apenas 21,3% dos brasileiros entre 24 e 35 anos possuem educação de nível superior, bem abaixo de países desenvolvidos como os Estados Unidos que possui 50,4% ou de países vizinhos, como a Argentina que possui 40% da população nessa condição.

Figura 2: Percentual da população com educação superior



Fonte: Brasil (2020b, p.6) (Editada pela autora)

Segundo Rosa (2014), esse baixo grau de acesso da população brasileira à educação superior não é apenas um reflexo da falta de vagas nas instituições, mas consequência de numerosas adversidades que impossibilitam o acesso pleno à educação como o número de vagas consideravelmente abaixo da demanda de estudantes interessados e alto rigor dos processos seletivos. Em relação aos estudantes de classes sociais menos favorecidas e aos estudantes provenientes de escolas da rede pública, a autora evidencia obstáculos ainda maiores, seja em razão das dificuldades de ordem financeira, que impõem limitações de acesso desses estudantes nas instituições privadas obrigando-os a concentrar seu esforços apenas em seleções de organizações públicas, seja pela sua formação primária e secundária insatisfatória quando comparada à instrução recebida por estudantes de instituição de ensino particular.

Para Oliveira *et al.* (2008), apesar do número de matrículas no ensino superior parecer expressivo, o Brasil está longe de implementar essa política de maneira massiva, já que esse número tem pouca representatividade perante o total da população, sua diversidade cultural e significativa desigualdade social. Para contornar essa situação, os autores consideram essencial a implementação de políticas públicas voltadas ao acesso e permanência de segmentos menos favorecidos da sociedade como negros, índios e estudantes provenientes das escolas públicas. Além disso, os autores ainda revelam um uso reduzido do aproveitamento da infraestrutura das universidades públicas brasileiras no período noturno e indica que a ampliação de oportunidades nesses horários é uma forma pouco custosa de democratizar o acesso e permitir que estudantes que não tenham possibilidade de frequentar cursos diurnos possam obter educação superior gratuita.

Alexandre, Oliveira, e Bertonecello (2018) acreditam que a qualificação dos estudantes está diretamente relacionada ao seu desenvolvimento econômico e destacam que o impacto do ensino superior na trajetória de vida do acadêmico vai além da perspectiva financeira, transformando-os em cidadãos mais conscientes socialmente e como resultado promove o desenvolvimento de toda a região onde a universidade é instalada. Além disso, os autores apontam que países mais desenvolvidos nas políticas de fomento ao ensino superior são mais eficientes em gerir seus recursos, conquistam desenvolvimento econômico melhores, suas empresas auferem maiores lucros e seus trabalhadores são remunerados de

maneira superior, propiciando um ciclo virtuoso de bem-estar social para sua população.

A universidade pública brasileira, custeada pela sociedade e diretamente ligada ao interesse público, vem se desenvolvendo pautada sobre os pilares do ensino, extensão e pesquisa, aumentando seu relacionamento com toda a sociedade e promovendo o desenvolvimento intelectual nacional por meio de suas ações.

Nesse sentido, Peixoto (2004) esclarece que as intervenções da universidade estão além das questões de otimização educacional e científica, mas diante de um contexto de grandes carências e desigualdades sociais, buscam contribuir para modificar essa realidade de desarmonia, transcendendo os desafios intelectuais de cada campo de estudo. Além de ser esse personagem de transformação social, a autora coloca a universidade como peça chave na formação de cidadãos intelectualmente sofisticados e dotados de senso crítico, capazes de alcançar níveis profissionais arrojados a partir da capacitação recebida pela atividade acadêmica.

Sobre a questão da inclusão social, Peixoto (2004), reconhece a atribuição da universidade como instrumento essencial de inserção dessa população, ignorada por um modelo social de enormes desigualdades raciais resultantes da herança de uma longa experiência escravista. Dessa forma, a autora destaca a função das cotas raciais, dentro de um paradigma de ações afirmativas, como um importante mecanismo de inclusão e democratização da educação superior, buscando vencer barreiras da discriminação e do preconceito envolvidas no complexo plano das relações raciais de uma sociedade heterogênea como a brasileira.

Rosa (2014) esclarece que a evolução da democratização do ensino superior no Brasil é um processo impulsionado pela forte pressão dos movimentos sociais. Além disso, a autora indica que a inserção do país na política internacional tem agregado às políticas de educação superior dois parâmetros fundamentais ao seu crescimento: ampliação e democratização do acesso. Nesse ponto, a autora reconhece a importância de políticas voltadas para a democratização do acesso à educação superior pública e, também, a necessidade do estabelecimento de uma política de cotas com reserva de vagas específicas a grupos de estudantes com histórico de exclusão social. No entanto, ela acredita que as políticas voltadas para uma real democratização do ensino público superior devem ir para além dos

mecanismos que favorecem o ingresso na universidade, promovendo meios efetivos de permanência desses estudantes nas instituições.

Nesse contexto de necessidade do país em direção ao avanço da democratização da universidade, como resposta à uma demanda social, e busca por um desenvolvimento intelectual nacional, é possível verificar que ainda existe um extenso caminho a ser percorrido pelos gestores públicos com o objetivo de propiciar ações que efetivamente promovam a consolidação do acesso e da permanência dos estudantes no ensino público superior.

Para Oliveira et al. (2008), a implementação de uma política pública de transformação social acarreta, necessariamente, alterações no espaço de disposição dos atores sociais no campo de que trata o objeto de intervenção pública, promovendo uma reorganização das forças constituídas. Dessa forma, os autores constatarem que o continuado processo de lutas por efetivação de novas políticas se traduz na oportunização de mobilidade política dos atores no campo de disputa por ações sociais. Assim, eles concluem que para a efetiva democratização do acesso ao ensino público superior é necessário que sejam estabelecidas políticas públicas que integrem e beneficiem um variado conjunto de atores sociais.

2.2.2 O crescimento recente das universidades no Brasil

A criação da primeira universidade brasileira foi um fato que demorou bastante para ser concretizado. Apenas em 1920, com decreto Nº 14.343 foi formada a Universidade do Rio de Janeiro agrupando em uma única instituição a Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (BRASIL, 1920). Segundo Ésther (2015), no período em que o Brasil foi colônia portuguesa, a Coroa não permitiu a criação de nenhuma universidade por se tratar de uma instituição social que, diante de seu potencial contestatório como organização, segundo o entendimento da monarquia portuguesa, poderia capaz de desempenhar função política de impor, propor ou até transformar um modelo social.

Desde a criação da primeira universidade no país até o momento, o paradigma da educação superior brasileira experimentou diversas transformações. Segundo Oliveira *et al.* (2008), na década de 1990, especialmente a partir de 1995, as mudanças na organização acadêmica, nos processos de avaliação e nas

diretrizes curriculares dos cursos de graduação oportunizaram a ampliação da oferta de educação superior e sua diversificação, primordialmente, por incentivos de expansão do setor privado no segmento de ensino.

Para Ésther (2015), essa transição de modelo ocorrida na década de 1990 se deu pela lógica administrativa do momento, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que difundia a ideologia de que os serviços públicos são sempre de baixa qualidade e os privados apresentam um alto grau de excelência. O autor ainda ressalta que essa transformação não ocorreu apenas no paradigma de ensino superior, mas foi um padrão de gestão focado na ideologia gerencial do governo, o que impactou diretamente na política educacional, implantando a necessidade de aperfeiçoamento em busca da maior produtividade e eficiência das instituições públicas de ensino superior, especialmente as universidades federais.

Foi a mudança no modelo administrativo do governo que, segundo Santos (2014), em razão de uma transformação no cenário político internacional voltada para a redução do tamanho do estado, ocasionou o encolhimento dos investimentos públicos em direitos sociais básicos ocorrido na década de 1990. Como consequência desse novo contexto de gestão, o autor destaca a redução nos investimentos governamentais nas universidades públicas e um crescimento acelerado das instituições particulares de ensino superior.

A partir daí, segundo Ésther (2015), o Estado, pautado na missão de aumentar os meios de acesso dos estudantes no ensino superior, inicia a promoção de incentivos públicos direcionados a fomentar a criação de cursos superiores privados, voltados para as necessidades do mercado de trabalho e viabilizando, pela primeira vez, a oferta de ensino superior que objetivava a massificação.

Já em relação à política pública de ensino, Ésther (2015) destaca que a alteração dos processos de gestão ambicionava aprimorar a eficiência e disponibilização de novas vagas, mas que as ações foram apenas voltadas à abertura de cursos noturnos que não fossem repercutir na ampliação da necessidade de recursos. As instituições públicas brasileiras, na sua gênese, atenderam principalmente a uma juventude das classes mais abastadas, enquanto que parcela significativa da população trabalhadora e de origem popular completava seus estudos e formação nas instituições privadas de ensino (SANTOS , 2014, p. 117).

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no período de 2003 até 2010, foi marcado por variadas iniciativas voltadas a ampliar o acesso à educação superior. Através do comando do então ministro da educação Fernando Haddad, o campo da educação superior experimentou programas nacionais que iniciaram o processo de democratização do ensino universitário.

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) implementado em 2005 pela lei nº 11.096, Brasil (2005), sob a gestão do Ministério da Educação, foi responsável pela concessão de bolsas de estudo integrais, parciais de 50% e parciais de 25% para estudantes de cursos superiores em instituições de ensino privadas. Esse custeio foi destinado especificamente a três grupos de beneficiários:

I - a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II - a estudante portador de deficiência, nos termos da lei;

III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei.(Brasil, 2005)

Como mecanismo de seleção dos estudantes interessados em concorrer às bolsas oferecidas pelo PROUNI, o governo, Brasil (2005), adotou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para propiciar uma pré-seleção dos concorrentes. Além disso, as instituições credenciadas podem instituir meios próprios para eleger os selecionados e devem inspecionar as informações prestadas pelos candidatos na inscrição do processo seletivo.

Apesar de ser entendido, na literatura, como uma evolução brasileira no processo de criação de meios de acesso ao ensino superior, o PROUNI incorpora críticas de diversos estudiosos da temática. Santos (2014), aponta que o programa, ainda que tenha representado uma suposta intenção de ampliar a inclusão do ensino superior, continuou sendo orientado por um viés mercadológico, mantendo o ideário neoliberal do século XX, de redução do papel do Estado e do não entendimento do contexto educacional como bem público.

Catalani, Hey e Gilioli (2006), similarmente a outros autores, revelam críticas ao PROUNI relacionadas à manutenção dos paradigmas privatizantes do ensino superior no programa, entendendo que o serviço promove uma significativa política

pública de acesso à educação superior, especialmente por incorporar o mecanismo de acesso por cotas, mas que não incorpora meios de permanência do estudante, o que consideram elemento fundamental para sua democratização. Nesse sentido, os autores acreditam que o PROUNI faz uma inserção precária dos estudantes de camadas populares no espaço privado, o que acaba promovendo uma falsa noção de democratização, conservando a estratificação social já estabelecida.

Felicetti, Cabrera e Morosini (2014) não compartilham da opinião de que o PROUNI não favorece a democratização no ensino superior, acreditando que o programa exerce uma significativa contribuição na sociedade, já que proporciona educação universitária à pessoas oriundas de grupos minoritários, introduzindo um novo perfil de grupos de graduados no mercado de trabalho, oportunizando ascensão socioeconômica e melhoria de suas condições, impactando positivamente a sociedade brasileira como um todo.

Outro ponto que Felicetti, Cabrera e Morosini (2014) também têm posicionamento divergente é em relação aos meios de permanência introduzidos pelo PROUNI. Eles entendem que os estudantes confrontam com outros encargos como alimentação e transporte, mas o fato de não terem que custear a mensalidade da instituição proporciona a redução da evasão na universidade e oportuniza aos acadêmicos acesso a serviços e bens que sejam capazes de promover inclusão social sobre o viés educacional.

Nesse sentido, os autores enaltecem a trabalho desempenhado pelo programa, uma vez que o PROUNI promove a equidade relacionada às oportunidades de acesso aos meios de formação superior que, adotando um mecanismos de inclusão social, favorece a igualdade competitiva nas oportunidades do mercado de trabalho, modificando a realidade socioeconômica de indivíduos de diferentes origens e classes sociais e implantando uma realidade mais meritocrática, capaz de inserir esses estudantes em um novo patamar cívico e cultural.

Outra marcante ação do governo Lula direcionada a ampliação do acesso ao ensino superior foi a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Através do decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, o ministro da educação Fernando Haddad institui o programa o REUNI sobre as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (BRASIL, 2007)

O programa, além de criar vagas nas universidades de todo país, também foi responsável pela fundação de novas instituições de ensino superior e crescimento das já existentes. Santos (2014) considera esse movimento como uma tentativa de ruptura com o modelo anterior, já que o REUNI na qualidade de política pública, apesar de ser impulsionado por razões externas à universidade, estabelece o desenvolvimento de novos paradigmas e interpretações sobre a universidade, o conhecimento e o mercado, viabilizando a formação e a profissionalização.

Como consta no decreto, Brasil (2007), o programa dedica-se em aprimorar o aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, a fim de oportunizar meios de ampliar o acesso e a permanência nos cursos de graduação, proporcionando a elevação da taxa de conclusão média para noventa por cento e a relação de discentes por professor para dezoito, através do plano firmado com as instituições públicas de ensino superior, com prazo de cinco anos para a verificação e concretização do acordo pactuado. Tendo essas condições como propósito, Costa, Costa e Barbosa (2013) sustentam que o plano ampara as universidades com recursos necessários para potencializar as ações de redução da taxa de evasão, além de promover outras melhorias no processo de formação.

Por ter esses objetivos, Araújo e Pinheiro (2010) acreditam que o REUNI é um notável instrumento de reestruturação das universidades públicas, sendo o responsável por grande parte dos investimentos e reorganização interna das instituições, impactando diretamente nos modelos de tomada de decisão e estabelecendo novos paradigmas de poder dos atores tradicionais. Além disso, os

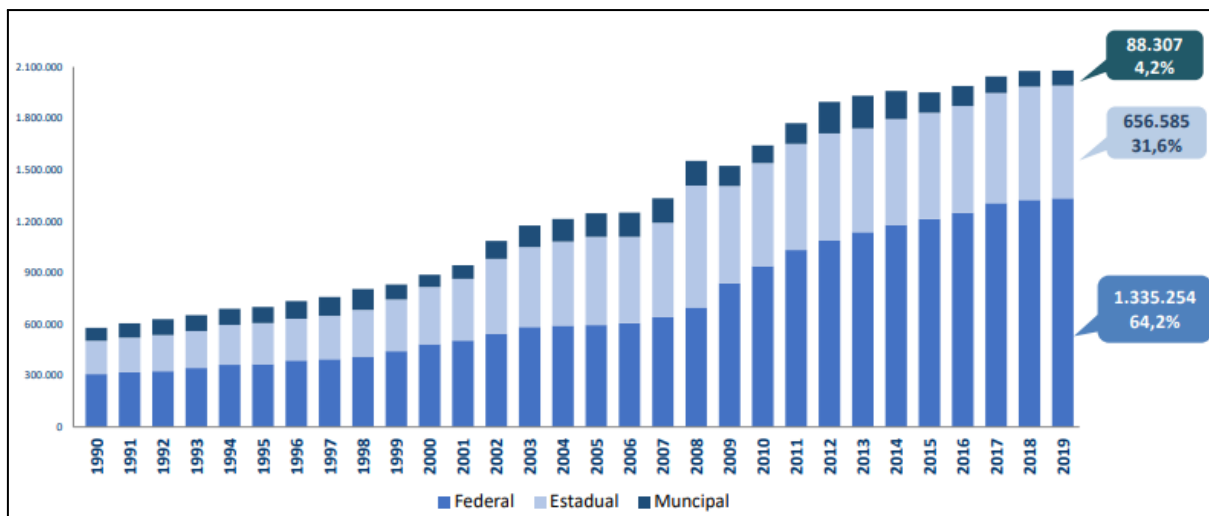
autores acreditam que o programa intenciona dar respostas à crise do sistema de ensino superior, vigente no período de sua implementação, já que introduz novos mecanismos de gestão na perspectiva de produzir maior eficiência no gasto público, vinculando-se diretamente à lógica gerencialista mediadora de diversas discussões a respeito da reforma do Estado, questionando os procedimentos das culturas burocráticas e concretizando modelos fundamentados na entrega de resultados.

Santos (2014) avalia que o REUNI aprimorou a concretização de conceitos de isonomia e equidade social com variadas ações promotoras da democratização, como a interiorização das universidades, promovida pela reestruturação e construção de novos campi, políticas de acesso, ações afirmativas e investimento em meios de permanência do estudantes através da disponibilização de bolsas. No entanto, o autor acredita que o programa provocou a destituição da autonomia universitária, já que submeteu as instituições a um padrão mais rígido e controlado de arquiteturas curriculares⁵, desenvolvendo a relação de centro e periferia e classificando as universidades como formadoras ou repetidoras do conhecimento concebido em outros centros.

Como pode ser observado na figura 3, disponibilizada na apresentação do censo da educação superior de 2019, o crescimento das vagas nas instituições públicas de ensino superior já vinha ocorrendo antes do REUNI. No entanto, a partir da criação do programa, em 2007, esse crescimento se tornou cada vez mais evidente.

⁵ Este ponto está ligado ao estímulo à adoção de um formato específico de curso: o bacharelado interdisciplinar – que possui períodos iniciais de formação básica e, posteriormente, a formação profissional específica.

Figura 3: Matrículas na rede pública de educação superior



Fonte: Brasil (2020b, p.20) (Editada pela autora)

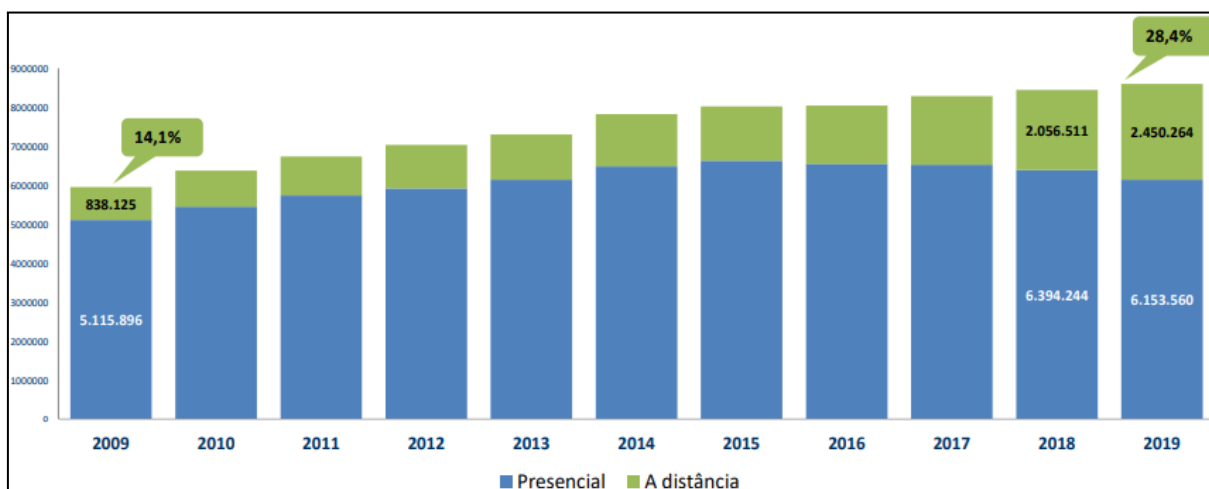
Ainda pautado na orientação para promoção de meios de acesso ao ensino superior, é lançado, por meio do decreto n° 5.800, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País (BRASIL, 2006).

O decreto define que sejam seguidas as diretrizes:

- I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2006).

Na figura 4, disponibilizada na apresentação do censo da educação superior de 2019, é possível verificar que, nos últimos dez anos, a educação superior na modalidade a distância vem crescendo nas instituições de ensino. O fato pode ser notado tanto pelos números totais, que passaram de um pouco mais de oitocentos mil para mais de dois milhões e quatrocentos mil, quanto pelos números relativos à participação no mercado, que passou de 14,1% para 28,4%.

Figura 4: Número de matrículas na graduação por modalidade



Fonte: Brasil (2020b, p.37) (Editada pela autora)

Para NUNES e SALES (2013), a mudança do modelo de ensino, abrindo espaço para a educação a distância (EaD), é reflexo da transformação promovida pelas tecnologias na sociedade assumindo a atribuição de socializar os indivíduos, o que faz com que o paradigma educacional também se remodele através dessas novas perspectivas e promovam maior flexibilidade de acesso à educação superior. Os autores revelam que a implementação do modelo EaD brasileiro por meio do programa UAB, apesar de ter como propósito prioritário ampliar a formação dos professores da educação básica, apresentou-se como resposta de, pelo menos, dois problemas nacionais: a falta de qualificação de professores e a dificuldade de acesso da população à educação superior.

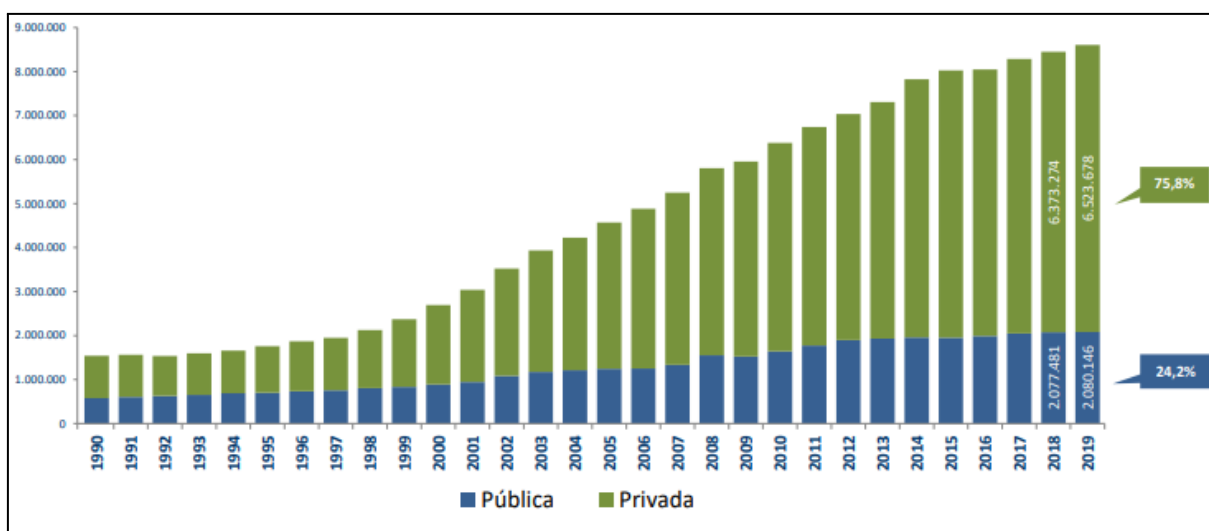
Em outra tentativa de ampliação do acesso ao ensino superior, foi criado o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES) instituído pela lei nº 10.260 de julho de 2001, no governo Fernando Henrique, mas que, apenas a partir da lei nº 12.202 de janeiro de 2010, no governo Lula, teve um crescimento consistente. O Fundo de Financiamento Estudantil é destinado à concessão de

financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério, de acordo com regulamentação própria (BRASIL, 2001).

Segundo Moura (2014), as mudanças implementadas no programa, a partir de 2010, tiveram a finalidade de impactar de maneira relevante as condições de acesso, viabilizando o aumento do número de beneficiários de baixa renda nas instituições privadas de ensino. Para o autor, a medida mais notável foi a possibilidade de financiar até 100% dos encargos devido pelos estudantes, o que ampliou o número de inscritos e permitiu afirmar que o “novo FIES” pode ser considerado uma política pública efetiva de acesso ao ensino superior.

As várias mudanças e incentivos à educação superior promovidas pelo governo federal, nos últimos anos, ampliaram, consideravelmente, os meios de acesso e permanência dos estudantes nas universidades. Esses estímulos impactaram positivamente o ensino superior brasileiro, o que refletiu em um crescimento da população matriculada nessas instituições. Essa evolução do número de discentes matriculados no ensino superior pode ser verificada na figura 5, disponibilizada na apresentação do censo da educação superior de 2019.

Figura 5: Total de matrículas nos cursos superiores



Fonte: Brasil (2020b, p.19) (Editada pela autora)

É possível observar, também pela análise da figura 5, que tanto instituições públicas como privadas tiveram um crescimento importante no número de matrículas. No entanto, as universidades privadas, que já representavam a maior

fatia do mercado, expandiram-se ainda mais, seja no número total de matrículas ou na sua participação percentual, chegando em 2019 com 75,8% contra 24,2% das instituições públicas.

2.2.3 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

Foi instituído através da lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, Brasil (2004a), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Segundo o roteiro de autoavaliação institucional⁶ Brasil (2004b), o sistema foi instituído pelo desejo e necessidade de ampliação da qualidade da educação superior, pela determinação em promover sua expansão, possibilitando crescimento da eficácia institucional e favorecendo a efetividade acadêmica e social, com o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das universidades. O SINAES está pautado nos seguintes fundamentos:

- a) responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- b) reconhecimento da diversidade do sistema;
- c) respeito à identidade, à missão e à história das instituições;
- d) globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada;
- e) continuidade do processo avaliativo (BRASIL, 2004b).

Além de seus fundamentos, o SINAES é baseado em três pilares de análises: avaliação das instituições de educação superior, avaliação dos cursos de graduação e o desempenho dos estudantes. O roteiro de autoavaliação institucional destaca

⁶ O Roteiro de Autoavaliação Institucional (BRASIL, 2004b, p. 5) estabelece que o documento é direcionado às Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) e à comunidade acadêmica envolvida no processo de avaliação institucional. Segundo o próprio documento, ele apresenta orientações e sugestões para o desenvolvimento da autoavaliação institucional, que é uma etapa integrante do processo de avaliação institucional, tendo sua centralidade nos processos que envolvem a implementação dessa importante ferramenta introduzida pelo SINAES. O roteiro apresenta as etapas de desenvolvimento da autoavaliação, oferecendo, “além de um núcleo de tópicos comuns, outras possibilidades e caminhos para a construção de processos próprios de autoavaliação institucional”. Além disso, o documento se intitula como um “guia para que cada CPA faça a seleção dos indicadores adequados à sua IES”. Complementando, o documento esclarece que são apresentadas orientações gerais e que cada instituição pode, e deve, basear seu processo autoavaliativo nas suas especificidades.

que cada modalidade definida pelo SINAES tem suas especificidades e são ferramentas que devem ser aplicadas em diferentes momentos:

- 1) Avaliação das Instituições de Educação Superior (Avalies) – é o centro de referência e articulação do sistema de avaliação que se desenvolve em duas etapas principais:
 - a) autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES, a partir de 1º de setembro de 2004;
 - b) avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo Inep, segundo diretrizes estabelecidas pela Conaes.
- 2) Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) – avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas in loco de comissões externas. A periodicidade desta avaliação depende diretamente do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento a que os cursos estão sujeitos.
- 3) Avaliação do Desempenho dos Estudantes (Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes – Enade) – aplica-se aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso, estando prevista a utilização de procedimentos amostrais. Anualmente, o Ministro da Educação, com base em indicação da Conaes, definirá as áreas que participarão do Exame.

A ideia central é a construção de um sistema de avaliação capaz de contemplar o compromisso e a responsabilidade social das instituições, os seus valores democráticos, a diversidade das IES, a autonomia e a promoção da identidade (GAVINO, 2017, p.33). De acordo com Brasil (2004a), a implementação desse mecanismo de avaliação tem o objetivo de modular um paradigma nacional de diagnóstico do desenvolvimento das universidades.

Segundo Brasil (2004b) a avaliação das instituições de ensino superior tem ação formativa para o desenvolvimento das universidades e deve contar com a participação de atores internos e externos da instituição, unindo a comunidade acadêmica e construindo uma cultura avaliativa capaz de promover consciência permanente das instituições sobre suas finalidades acadêmicas e sociais dentro da perspectiva de sua missão.

Para Botelho (2016) a instituição do SINAES oportunizou uma maior visibilidade da avaliação institucional, que passou a ser vista, por especialistas, como uma ferramenta de pesquisa e análise de diversas dimensões das instituições públicas de ensino superior, além de possibilitar aos gestores a utilização das informações obtidas na melhoria da qualidade educacional.

Polidori, Marinho-Araújo e Barreyro (2006) também destacam o papel essencial do SINAES no desenvolvimento da gestão universitária e a relevância das

informações provenientes do processo de avaliação institucional como meio para o aprimoramento de recursos de planejamento, subsidiando tanto ações internas voltadas a melhoria da qualidade entregue aos estudantes, como ações externas que instrumentalizem a construção de políticas públicas educativas promotoras da ampliação e democratização do acesso ao ensino superior.

O artigo 3º da lei de instituição do SINAES determina que o objetivo da avaliação da educação superior é identificar o papel e o significado das instituições através da análise de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores. Além disso, o artigo elenca dez as dimensões que devem, obrigatoriamente, ser analisadas nesse processo de avaliação das instituições.

Essas dimensões podem ser visualizadas no quadro 2, que apresenta todas as perspectivas que devem ser avaliadas, segundo determinação do SINAES. Além disso, a segunda coluna do quadro 2 pormenoriza cada dimensão elencando o núcleo comum estabelecido por Brasil (2004b), que deve ser observado na execução da avaliação das instituições de educação superior, dentro de cada dimensão analisada.

Quadro 2: Dimensões avaliativas estabelecidas pelo SINAES

Dimensão	Núcleo básico e comum (indicadores de cada dimensão)
a missão e o plano de desenvolvimento institucional	<ul style="list-style-type: none"> ● finalidades, objetivos e compromissos da IES, explicitados em documentos oficiais; ● concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades; ● características básicas do Plano de Desenvolvimento Institucional e suas relações com o contexto social e econômico em que a IES está inserida. ● articulação entre o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico Institucional no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa,

	<p>extensão, gestão acadêmica, gestão e avaliação institucional⁷.</p>
<p>a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades</p>	<p>Ensino:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área; ● práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e a utilização de processos participativos de construção do conhecimento; ● pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais; ● práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino. <p>Pesquisa:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, políticas de investigação e de difusão dessas produções; ● vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional;

⁷ Inserção regional, princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais, organização didático-pedagógica da instituição, políticas de ensino, políticas de extensão, políticas de pesquisa, políticas de gestão, responsabilidade social (SANT'ANA, 2017).

	<ul style="list-style-type: none"> ● políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores (inclusive iniciação científica); ● articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas; ● critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos. <p>Extensão:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no Plano de Desenvolvimento Institucional; ● articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social; ● participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação. <p>Pós-graduação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação lato e stricto sensu; ● política de melhoria da qualidade da pós-graduação; ● integração entre graduação e pós-graduação; ● formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior.
<p>a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional; ● natureza das relações com os setores público e produtivo, com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis; ● ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ações afirmativas, etc.

a comunicação com a sociedade	<ul style="list-style-type: none"> ● estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa; ● imagem pública da instituição nos meios de comunicação social.
as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> ● planos de carreira regulamentados para os corpos docente e técnico-administrativo, com critérios claros de admissão e de progressão; ● programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida para os corpos docente e técnico-administrativo; ● clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.
organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios	<ul style="list-style-type: none"> ● existência de plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real; ● funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados; ● uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas; ● uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções; ● modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática); ● investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos os níveis).
infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação	<ul style="list-style-type: none"> ● adequação da infra-estrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, hospitais, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

	<ul style="list-style-type: none"> ● políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins; ● utilização da infra-estrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.
planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional	<ul style="list-style-type: none"> ● adequação e efetividade do (plano estratégico) planejamento geral da instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos; ● procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.
políticas de atendimento aos estudantes	<p>Estudantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social; ● políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), iniciação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil; ● mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/ abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas. ● acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada. <p>Egressos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● inserção profissional dos egressos; ● participação dos egressos na vida da IES.
sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado	<ul style="list-style-type: none"> ● sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos.

social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior	<ul style="list-style-type: none"> • políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.
------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Lei nº 10.861 (BRASIL, 2004a); Roteiro de Autoavaliação Institucional (BRASIL, 2004b) (quadro elaborado pela autora)

Pela observação das dez dimensões instituídas pelo SINAES, apresentadas no quadro 2, é possível entender que há um olhar global sobre as atribuições das universidades, seja nas atividades fim ou nas atividades meio. Dessa forma, essa sistemática de avaliação oportuniza a criação de um bom panorama em uma organização da amplitude e complexidade quanto uma universidade pública.

Além das dimensões, o SINAES introduziu a perspectiva de eixos. A partir dessa orientação, a ferramenta de autoavaliação como metodologia obrigatória do sistema avaliativo que deve analisar as dez dimensões dentro de cinco eixos estabelecidas pela legislação conforme apresentado no quadro 3.

Quadro 3: Dimensões avaliativas do SINAES agrupadas por eixo

EIXO 1 – Planejamento e Avaliação Institucional	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação.
EIXO 2 – Desenvolvimento Institucional	Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional. Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição.
EIXO 3 – Políticas Acadêmicas	Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade. Dimensão 9: Políticas de Atendimento aos Discentes.
EIXO 4 – Políticas de Gestão	Dimensão 5: Políticas de Pessoal. Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição. Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira.
EIXO 5 – Infraestrutura	Dimensão 7: Infraestrutura Física

Fonte: INEP (2014) (quadro elaborado pela autora).

O agrupamento das dimensões avaliativas do SINAES em eixos, conforme o quadro 3, faz uma associação de conteúdos correlatos que, segundo a nota técnica da CONAES nº 65, INEP (2014), devem ser analisadas conjuntamente. O objetivo é que essa sistematização favoreça tanto o planejamento como a execução do processo de autoavaliação.

Brasil (2004b) destaca que as dimensões indicadas pelo SINAES não devem ser visualizadas como meros pontos de checagem, mas que devem favorecer o conhecimento do conjunto de atividades desenvolvidas pelas instituições de maneira ampla. O documento complementa que essas dimensões necessitam ser vistas como ponto de partida para a construção de um abrangente paradigma avaliativo voltado para o aprofundamento das particularidades da instituição, viabilizando um amplo processo de discussão e reflexão das ações executadas por cada universidade.

Nesse sentido, entende-se que ampliar o processo avaliativo nas instituições de ensino superior e incorporar as dimensões definidas pelo SINAES pode ser considerado um importante meio de oportunizar o autoconhecimento da universidade, possibilitando seu desenvolvimento através do entendimento dos resultados que suas ações estão revelando.

Outro ponto de destaque da lei de instituição do SINAES é a criação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), com o objetivo de coordenar e supervisionar o Sinaes, assegurando o adequado funcionamento da avaliação, o respeito aos princípios e orientações gerais, o cumprimento das exigências técnicas e políticas e as metas de consolidação do sistema avaliativo e de sua vinculação à política pública de educação superior (SINAES, 2007).

Segundo o SINAES (2007) a função coordenadora da comissão promove respaldo político, técnico e legitimidade ao Sinaes, garantindo sua função supervisora de todas as ações de melhoria do sistema. O documento ainda reconhece que é prerrogativa do poder público assegurar a qualidade do ensino superior, permitindo as intervenções da comissão no estabelecimento de diretrizes, metas, acompanhamentos e supervisão de todo o sistema de Educação Superior e nas instituições que oferecem esse serviço, além de avaliar os processos autoavaliativos, informar a sociedade sobre seus resultados e tomar medidas cabíveis, quando necessárias.

No que diz respeito ao órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES⁸, a CONAES, o artigo 6º da lei de instituição do SINAES estabelece as seguintes atribuições:

- I – propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;
- II – estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;
- III – formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;
- IV – articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior;
- V – submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE;
- VI – elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação;
- VII – realizar reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação (Brasil, 2004a).

Polidori, Marinho-Araújo e Barreyro (2006) consideram o SINAES como uma evolução nos modelos avaliativos da educação superior no Brasil, já que a autoavaliação das instituições oportuniza a construção de um paradigma de avaliação formativo em articulação com a regulação do sistema, o que apresenta uma perspectiva mais completa da qualidade educacional oferecida nas universidades. Para os autores, o modelo revelou muitos desafios na implantação de uma cultura de avaliação nas instituições, mas que devem ser contornados por ser uma legislação construída por um mecanismo de interação que ressignificou padrões anteriores, incorporando suas experiências consolidadas e buscando atender aos propósitos estipulados com a finalidade de favorecer uma metodologia de avaliação ampla e participativa. Essa ação incluiu o Brasil entre os países que utilizam a avaliação institucional e confiam na participação e no compromisso de sua comunidade educativa como elemento que irá aprimorar a qualidade da educação superior (POLIDORI, MARINHO-ARAÚJO e BARREYRO, 2006, p.435).

⁸ Definição apresentada na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Diante da amplitude da educação superior no Brasil⁹, pode-se verificar que a concepção do SINAES representa um importante avanço nos processos avaliativos dessas instituições que, além de estabelecer um modelo básico de construção de um modelo de análise, ensejou um paradigma de autoconhecimento capaz de promover o desenvolvimento das universidades através de uma reflexão promovida consideração da própria ação efetivada.

2.2.4 O processo de autoavaliação nas universidades

Tendo em vista o considerável crescimento recente do ensino superior brasileiro, seja em número total de estudantes ou em relação a ampliação do número de instituições educacionais e seus pólos, se faz necessária a implementação de ferramentas de aferição contínua da qualidade entregue por essas universidades aos seus beneficiários.

Nesse contexto, o recurso de autoavaliação, instituído pelo SINAES, pode ser um valioso instrumento de apreciação da ação pública, viabilizando o melhor entendimento sobre as metodologias adotadas e favorecendo o desenvolvimento dos serviços prestados, com adoção de melhores práticas e potencialização dos resultados na educação superior.

A autoavaliação das IES deve ser percebida como um processo contínuo de autoanálise das instituições, que pode ter como objeto de investigação qualquer dimensão universitária que se deseje conhecer melhor, independente dos procedimentos estarem vinculados às atividades fim ou às atividades meio.

Botelho (2016) acredita que a autoavaliação proposta pelo SINAES produz resultados relevantes sobre a instituição e que esse conhecimento deve ser utilizado de maneira concreta na gestão da IES, propiciando a construção de um mecanismo cultural de avaliação baseado na participação coletiva.

Brasil (2004b), esclarece que a ferramenta de autoavaliação tem como objetivo essencial:

⁹ Segundo a apresentação do censo da educação superior de 2019, Brasil(2020b), em 2019, o Brasil possuía 2.608 instituições de ensino superior, sendo 302 de categoria administrativa pública e 2.306 privadas .

Produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade (BRASIL, 2004B, p. 9).

Nesse sentido, o diagnóstico produzido por essa ferramenta avaliativa deve ser capaz de identificar possíveis limitações e suas nuances na execução da ação pública, oportunizando que seus resultados possam contribuir para o melhoramento da qualidade verificada pelos estudantes do ensino superior, beneficiários da política de educação pública a eles oferecida.

Para Gavino (2017), a autoavaliação é um mecanismo de um processo global que permite que a instituição seja capaz de entender sua realidade através da elaboração de um relatório abrangente e detalhado. A autora acredita que os dados coletados e analisados no processo de autoavaliação devem ser suficientes para propiciar subsídios à tomada de decisão nas universidades, favorecendo a superação das deficiências encontradas.

Polidori, Marinho-Araújo e Barreyro (2006) acreditam que a autoavaliação oportuniza a compreensão do modelo institucional, capacitando as IES para um melhor desempenho nas avaliações externas a que são submetidas, desenvolvendo uma cultura de autoanálise orientada para o amadurecimento da educação superior.

Botelho (2016) destaca que cada instituição deve ter seu paradigma próprio de autoavaliação, já que o estudo deve ser pautado na especificidade de cada contexto educacional. O que, para a autora, favorece a evidenciação das fragilidades de maneira mais concreta, possibilitando ações de resposta às limitações e a valorização das potencialidades universitárias.

Segundo Brasil (2004b), os temas e dimensões abordados no processo de autoavaliação, ou avaliação interna, são os mesmos utilizados pelas comissões de avaliações externas, que integram o contexto de avaliação institucional estabelecido pelo SINAES.

Nessa perspectiva, o aprimoramento dos processos autoavaliativos das universidades, além de desenvolver uma cultura de entendimento das ações executadas, favorece que a instituição seja melhor avaliada nos processos de

avaliação externa, oportunizando um reconhecimento mais adequado das atividades produzidas e lapidando seu avanço no contexto das instituições de ensino superior.

Segundo a nota técnica da CONAES nº 65, INEP (2014), a autoavaliação é um processo que induz a qualidade nas ações desempenhadas pela universidade, devendo ser aproveitadas tanto as informações dos resultados das avaliações externas, como os dados produzidos pelo PDI, incorporando a compreensão e o autoconhecimento no processo e favorecendo a participação e o entendimento dos atores envolvidos nessa construção.

Com a lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004a), todas as instituições públicas ou privadas de ensino superior ficaram incumbidas de criar uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), com atribuições de produzir suas devidas avaliações internas de maneira sistematizada e de prestar todas as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Por serem membros atuantes nas atividades dentro da IES, é imprescindível a responsabilidade e imparcialidade da equipe, para destacar pontos positivos e principalmente os pontos negativos da instituição, na avaliação e na elaboração do relatório (GAVINO, 2017, p. 35).

São diretrizes que norteadoras do trabalho da comissão:

- I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;
- II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior. (BRASIL, 2004a)

Em relação aos resultados produzidos pela CPA, Bernardes e Rothen (2016, p. 272) acreditam que o recurso da avaliação, na perspectiva emancipatória, vai além do diagnóstico e faz com que a comunidade acadêmica seja capaz de propor respostas às necessidades institucionais, favorecendo melhorias do planejamento e da gestão universitária. Para os autores, as comissões que buscam o viés emancipatório das autoavaliações têm um desafio a ser enfrentado, já que ele requer mais tempo e participação efetiva dos atores sociais na reflexão dos resultados obtidos, mas por outro lado ele “possibilita a melhoria e o avanço da

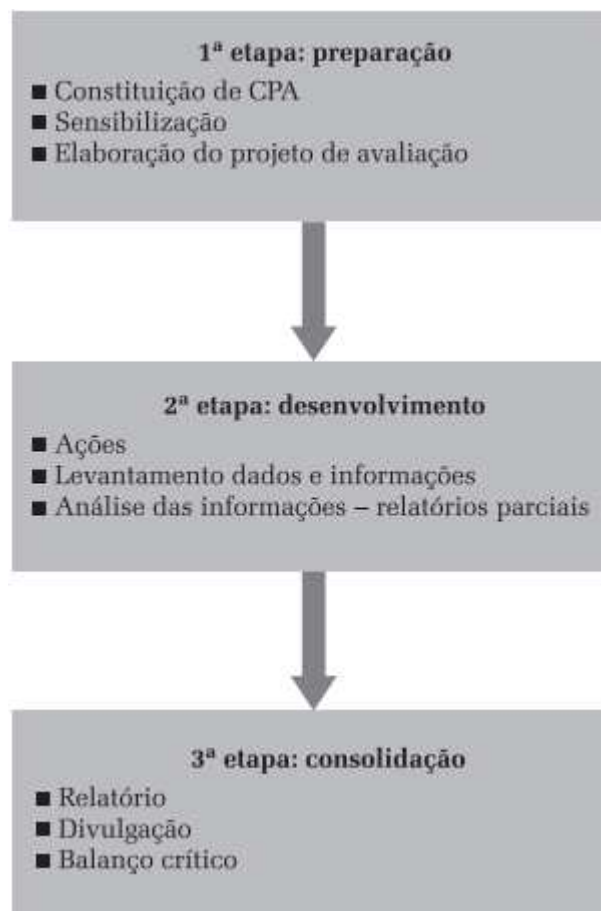
prática pedagógica, formativa, participativa, educativa e diagnóstica da realidade institucional”.

Para que a implementação dos processos avaliativos alcancem bons resultados o trabalho da CPA deve ser pautado em condições fundamentais estabelecidas no roteiro de autoavaliação institucional:

- a) equipe de coordenação, para planejar e organizar as atividades, manter o interesse pela avaliação, sensibilizando a comunidade e fornecendo assessoramento aos diferentes setores da IES, e refletir sobre o processo;
- b) participação dos integrantes da instituição, pois o envolvimento dos atores – por diferentes que sejam entre si – auxilia na construção do conhecimento gerado na avaliação;
- c) compromisso explícito dos dirigentes das IES em relação ao processo avaliativo. No entanto, isto não significa que os dirigentes devam ser os principais membros das comissões instaladas. O importante é ficar evidenciado que há um apoio institucional para que o processo ocorra com a profundidade e seriedade necessárias;
- d) informações válidas e confiáveis pois, sendo a informação fidedigna o elemento fundamental do processo avaliativo, a sua disponibilização pelos órgãos pertinentes da instituição é prioritária. Nesse sentido, a coleta, o processamento, a análise e a interpretação de informações são essenciais para alimentar as dimensões que a auto-avaliação quer indagar;
- e) uso efetivo dos resultados para planejar ações destinadas à superação das dificuldades e ao aprimoramento institucional. Para isso, é importante priorizar ações de curto, médio e longo prazos, planejar de modo compartilhado e estabelecer etapas para alcançar metas simples ou mais complexas (BRASIL, 2004b , p. 11-12).

A autoavaliação institucional pode ser dividida em três fases essenciais: a preparação, o desenvolvimento e a consolidação. Segundo Brasil (2004b), a etapa de preparação pode ser subdividida em três passos: constituição da CPA, planejamento e a sensibilização. O desenvolvimento é subdividido em: ações, levantamento dos dados e análise das informações. Já a fase de consolidação, é subdividida em: relatório, divulgação e balanço crítico. O processo de autoavaliação institucional pode ser melhor compreendido e ilustrado pela figura 6.

Figura 6: Etapas da autoavaliação institucional



Fonte: roteiro de autoavaliação institucional (BRASIL, 2004b)

Na fase de preparação, de acordo com Brasil (2004b), a constituição da CPA deve compreender um grupo de trabalho capaz de executar as ações propostas pela sistemática estabelecida pelo SINAES e contar com representantes de todos os segmentos da comunidade universitária, juntamente com a sociedade civil, oportunizando a participação dos atores institucionais e legitimando sua coordenação através das diversas formas de participação dessa comunidade.

O segundo passo crucial na fase de preparação é o planejamento. De acordo com Brasil (2004b), nesta etapa, são conduzidas discussões com a comunidade acadêmica, visando estabelecer objetivos claros, estratégias, metodologias e a alocação adequada de recursos. O objetivo é desenvolver uma autoavaliação alinhada às particularidades de cada instituição, respeitando os prazos e regulamentos estipulados pelo SINAES. Este processo busca não apenas atender às

exigências normativas, mas também proporcionar um ambiente que favoreça a utilização de experiências anteriores, fortalecendo assim as ações propostas.

Como última etapa da fase de preparação, a sensibilização busca, segundo Brasil (2004b), promover a participação de toda a comunidade acadêmica na construção e desenvolvimento da proposta avaliativa. O documento complementa que essa ação deve fazer parte tanto dos momentos de planejamento, como durante todo o processo de execução da avaliação, seja por meio de reuniões, palestras, seminários ou qualquer atividade engajadora de envolvimento.

O desenvolvimento é a segunda fase do processo de avaliativo estabelecido por Brasil (2004b), tendo seu foco na execução das ações e no levantamento e análise das informações. O documento esclarece que essa fase é o momento de execução das atividades planejadas, devendo garantir que as ações praticadas estejam alinhadas ao propósito estabelecido e que as metodologias adotadas propiciem uma correta articulação entre os participantes e efetivem suas atividades dentro dos prazos estipulados.

De acordo com a nota técnica da CONAES nº 65, INEP (2014), no processo de autoavaliação da instituição, o trabalho da CPA deve ser consolidado pelo Relatório de Autoavaliação Institucional. O documento acrescenta que o relatório deve ser orientado pelo Roteiro de Autoavaliação Institucional desenvolvido pela CONAES e tem como objetivo promover a prática de avaliação institucional e contribuir com os processos de avaliação externa.

Por fim, a consolidação, a terceira fase do processo de avaliativo estabelecido por Brasil (2004b), engloba as etapas de elaboração, divulgação e análise do relatório final. Conforme o documento, o relatório é destinado à comunidade acadêmica, aos avaliadores externos e à sociedade e deve incorporar o resultado do processo autoavaliativo da instituição apresentando uma análise e discussão dos dados. Esse relatório foi iniciado em modelo trienal a partir do ano de 2015, como referencial, observando que nos dois primeiros anos deve ser apresentado um relatório parcial até 31 de março do ano subsequente ao ano do documento relacionado.

A nota técnica da CONAES nº 65, INEP (2014), destaca a importância do processo de autoavaliação no planejamento de ações voltadas para a melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da instituição. Brasil (2004b), também indica que a autoavaliação contribui para a gestão universitária na medida que favorece o

autoconhecimento institucional, sendo um valioso balizador da avaliação externa prevista pelo SINAES.

Nesse sentido, é possível verificar que o conhecimento sobre sua própria realidade tem papel essencial no desenvolvimento das IES, oportunizando que as decisões sejam tomadas de maneira estratégica, favorecendo os meios de gestão institucional na busca pelos resultados desejados.

Em relação à gestão universitária, outro ponto apresentado por Brasil (2004b), é que a autoavaliação é uma ferramenta de tomada de decisão por identificar fragilidades e potencialidades de acordo com as dez dimensões previstas em lei e por ter como resultado um relatório abrangente e detalhado, contendo análises, críticas e sugestões.

Por estar destinada ao desenvolvimento constante da IES, a autoavaliação, de acordo com Brasil (2004b, p. 11), busca melhorar a qualidade educativa da universidade e alcançar maior relevância social. O documento esclarece que para lograr êxito nesse propósito, a autoavaliação deve ser entendida e executada como um “processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a IES”.

Nessa perspectiva, conhecer a realidade de uma IES e desenvolver processos de autoavaliação específicos à realidade da universidade é essencial para o progresso da instituição. Dessa forma, ter um autoconhecimento sobre suas ações e os resultados que elas entregam à sociedade é a base para que problemas possam ser superados e a instituição possa evoluir de maneira sólida na busca por atingir seus objetivos e concretizar sua função social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Uma estratégia adequada de investigação, relacionada à temática estudada, é a base para a construção de uma pesquisa de qualidade e para o desenvolvimento do conhecimento científico consistente. Nesse sentido, a metodologia de pesquisa, estabelecida pela pesquisadora, foi definida em consonância com o problema investigado, já que os dados foram coletados e analisados por mecanismos distintos, de acordo com o escopo da questão e do resultado que se esperava alcançar com a pesquisa.

Para uma condução satisfatória dos estudos, cabe ao pesquisador elaborar um plano de direcionamento das ações, na busca pela resposta de seu problema de investigação. Nesse sentido, Zanella (2009) entende que a metodologia de pesquisa é um conjunto de definições de percurso que o pesquisador estabelece na busca pela compreensão da realidade, do fato ou do fenômeno. Segundo a abordagem da autora, esse conjunto é formado pelo método, pelo tipo de pesquisa e por técnicas de coleta e análise dos dados.

Por não existir um padrão fixo, estabelecido especificamente para esse caso de pesquisa, foi realizada uma observação do paradigma autoavaliativo implantado em universidades que são reconhecidas por sua excelência na execução de políticas avaliativas. Buscou-se, com esse tipo de observação, estabelecer um modelo a ser utilizado pela UFJF que a aproxime das melhores práticas já implementadas. Nesse ponto, foi necessário considerar instituições de ensino superior que possuíam características compatíveis às da UFJF.

Sobre a luz deste modelo de investigação, esta pesquisa empenhou-se na utilização de ferramentas metodológicas próprias das ciências sociais, com o objetivo de promover clareza sobre os fatos estudados, sistematizando racionalmente as informações coletadas e proporcionando a concepção de conhecimento científico na temática proposta por essa dissertação.

3.1 NATUREZA DA PESQUISA

A pesquisa aplicada tenta resolver problemas específicos, baseada em resultados práticos, utilizáveis e reproduzíveis para o desenvolvimento de soluções. Nesse sentido, pode-se categorizar esse trabalho com uma pesquisa aplicada por

buscar uma solução para um problema especificamente prático relacionado ao processo de autoavaliação da UFJF, que necessita de constante adequação, como de qualquer outra universidade, e pode ser aprimorado.

Essa é uma questão concreta e de relevante interesse para a universidade que, assim como qualquer outra política pública, tem o dever de executar uma recorrente avaliação da qualidade dos serviços prestados à sociedade. Um meio possível para se executar esse diagnóstico é através de ferramentas de autoavaliação que consideram a percepção dos seus beneficiários, como foi proposto neste trabalho.

Na literatura, os estudos são comumente divididos em uma classificação ampla de definições para os paradigmas básicos da investigação denominados como pesquisas qualitativas ou pesquisas quantitativas. Segundo Mattar (1999), essa categorização mais abrangente diz respeito à natureza das variáveis utilizadas na elaboração do trabalho. Richardson (2012) complementa o conceito dessa classificação esclarecendo que a diferenciação entre essas duas categorias vai além da sistemática utilizada por cada uma dessas classes, interessando mais a diferenciação de abordagem do problema que é viabilizada.

Com base nessa diferenciação, essa pesquisa não teve o objetivo de elaborar nenhum tipo de análise quantitativa ou relacionamento de variáveis calculadas. A abordagem ao problema apresentado por esse estudo foi centrada na observação de artefatos que abrangem boas práticas metodológicas implementadas e de resultados comprovados em instituições de características semelhantes à UFJF.

Richardson (2012, p. 79) enfatiza que, ao se analisar um problema, a metodologia qualitativa ou quantitativa deve estar alinhada ao enfoque adotado pelo pesquisador e que a “abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”.

Nesse quesito, esta pesquisa apresentou uma abordagem qualitativa, no que diz respeito à busca pelo resultado proposto, com objetivo de apresentar um plano de ações ao processo de avaliação institucional para a UFJF baseado na autoavaliação que a universidade faz com seus estudantes. Este estudo é caracterizado como qualitativo por apresentar uma aplicação da análise não-quantificada dos objetos considerados, o que prioriza um diagnóstico subjetivo da situação estudada.

Kripka, Scheller e Bonotto (2015) acreditam que os estudos qualitativos têm como principal característica o fato de buscarem compreender um fenômeno no ambiente que ocorrem e que o paradigma permite que os dados e informações possam ser coletadas de variadas maneiras, contanto que estejam alinhadas aos objetivos desejados.

Ainda sobre a natureza da pesquisa, destaca-se que, segundo Gil (2017), pesquisas descritivas podem detalhar características de uma população ou fenômeno, sendo possível levantar as particularidades do objeto pesquisado. O autor complementa que, de acordo com seus objetivos, quando se propõe a oportunizar uma nova visão para o problema, a pesquisa descritiva se aproxima da pesquisa exploratória.

Na exploração por essas práticas mais qualificadas, esta pesquisa apresentou um viés de orientação descritivo, já que sua característica fundamental foi buscar detalhar as particularidades das instituições analisadas em relação às ferramentas utilizadas em seus processos sistemáticos de autoavaliação. Como em qualquer outro estudo científico, o processo descritivo é fundamental para observação do objeto pesquisado e permitiu que a pesquisadora pudesse averiguar detalhadamente o artefato.

3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE INFORMAÇÕES

Para atingir seu propósito, este estudo teve como mecanismo central a análise comparativa de instituições públicas federais de ensino superior que utilizam a percepção dos estudantes no seu processo de autoavaliação. Dentre todas as universidades brasileiras, foram selecionadas as mais bem avaliadas pelo Ministério da Educação (MEC), segundo seus instrumentos.

As CPAs das universidades têm a liberdade de utilizar quantos instrumentos de avaliação acharem necessários para alcançarem toda a comunidade acadêmica. Diante de tantos possíveis instrumentos, essa pesquisa teve o foco no estudo dos instrumentos aplicados aos estudantes da graduação presencial das instituições pesquisadas.

De acordo a UFJF (2021), no segundo período de 2021, estavam matriculados 18.157 discentes em cursos de graduação presencial, 854 discentes

em cursos de graduação à distância e 4771¹⁰ em cursos de pós-graduação. Nesse sentido, o recorte objetivou dar foco ao público de maior fator numérico da comunidade acadêmica da UFJF.

O critério de seleção das instituições analisadas foi o Índice Geral de Cursos (IGC) que, segundo Brasil (2021), é um indicador utilizado pelo INEP/MEC para avaliar a qualidade dos cursos através de uma média ponderada das notas dos cursos de graduação e pós-graduação de cada instituição e sintetiza em um único dado a qualidade de todos os cursos de graduação, mestrado e doutorado da instituição de ensino avaliada.

Partindo da suposição de que o IGC, de fato, retrata de maneira quantificada a qualidade das instituições pesquisadas, foi realizado um filtro e apenas as universidades que possuíam índice atual igual a 5 (índice máximo estabelecido pelos critérios do MEC) foram analisadas nesse trabalho. Além disso, só foram examinadas instituições de ensino superior federais, por se assemelharem em sua composição com a UFJF, já que a universidade é o objeto central desta pesquisa.

De acordo com o recorte proposto no estudo, ficou estabelecido que a investigação englobaria as 12 instituições elencadas no quadro 4.

Quadro 4: Instituições selecionadas para a pesquisa

Sigla	Instituição	Estado
UFABC	Universidade Federal do ABC	SP
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	PA
UFLA	Universidade Federal de Lavras	MG
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	MG
UFPR	Universidade Federal do Paraná	PR
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	RJ

¹⁰Neste total estão incluídos os alunos de pós graduação nas modalidades: lato sensu, stricto sensu e residência.

UFSE	Universidade Federal do Sul da Bahia ¹¹	BA
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	SC
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos	SP
UFV	Universidade Federal de Viçosa	MG
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo	SP

Fonte: Elaborado pela autora (2021) a partir de Brasil (2021).

Para critérios de análise, foram consideradas boas práticas a aplicação da percepção de todos os estudantes na avaliação da qualidade dos serviços prestados pela instituição, como política pública de ensino superior, e a observância das dimensões avaliativas estabelecidas pelo SINAES.

Kripka, Scheller e Bonotto (2015) destacam que, na pesquisa qualitativa, o pesquisador pode dispor de variados de procedimentos e instrumentos de constituição e análise de dados, sendo os mais comumente utilizados para a obtenção das informações: questionários, entrevistas, observação, grupos focais e análise documental. Percebeu-se que, no contexto dessa pesquisa, a análise documental se apresentou como o cerne de trabalho da pesquisadora, já que o relatório de autoavaliação é documento obrigatório de todas as instituições de ensino superior e deve retratar o processo autoavaliativo de cada universidade.

Antes de iniciar a fase de apreciação dos documentos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para incorporar um referencial teórico alinhado ao tema da dissertação. Esse estágio da pesquisa apresentou variados tópicos de discussão apontando o entendimento dos autores em relação às temáticas mencionadas. Neste trabalho, como em trabalhos científicos da mesma natureza, a fonte bibliográfica foi essencial para que fosse possível a realização de uma análise teórica sobre a legislação e a relevância desta pesquisa.

Vergara (2016) define a pesquisa documental, como o estudo elaborado mediante a análise de documentos de órgãos públicos e privados. A autora exemplifica que os arquivos podem ser: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes,

¹¹ Descartada do estudo: não foi possível localizar o relatório de autoavaliação institucional.

fotografias, videoteipe, dispositivos de armazenagem por meios ópticos, magnéticos e eletrônicos em geral, diários, cartas pessoais e outros de qualquer natureza.

Kripka, Scheller e Bonotto (2015) esclarecem que os documentos selecionados para serem analisados em uma pesquisa documental dependem do objeto de estudo e do problema sobre o qual se busca uma solução. Nesse propósito, as autoras destacam a importância do pesquisador na busca e análise dos documentos mais adequados ao trabalho, tendo a função de encontrar, selecionar e analisar os documentos que servirão de base aos seus estudos.

O relatório de autoavaliação é um documento essencial para a compreensão do funcionamento dos processos avaliativos de cada universidade e foi capaz de fornecer os subsídios para a análise crítica proposta por este trabalho.

Conforme Brasil (2014), todas as instituições de ensino superior, sejam públicas ou privadas, estão obrigadas a constituir uma Comissão Própria de Avaliação que atue de maneira recorrente e autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior e que seja responsável pela condução do processo de autoavaliação institucional. O resultado do trabalho dessa comissão é o relatório de autoavaliação, que apresenta um panorama geral das condições e das atividades desenvolvidas por cada instituição.

A base investigativa deste estudo foi a apreciação desses documentos elaborados a cada três anos pela Comissão Própria de Avaliação de cada instituição de ensino superior. Por utilizar os relatórios de autoavaliação produzidos pelas universidades selecionadas como instrumento fundamental de coleta de informações desta pesquisa, este trabalho é inserido no contexto de um estudo documental.

Para efetivar o diagnóstico comparativo proposto neste estudo, foi realizada uma análise documental nos relatórios de autoavaliação elaborados pelas universidades indicadas no quadro 4.

Segundo o INEP (2015), o relatório de autoavaliação institucional, elaborado pela Comissão Própria de Avaliação, deve englobar informações e elementos descritos no roteiro comum de base nacional, análises qualitativas e ações de caráter administrativo, político, pedagógico e técnico-científico. O INEP complementa que o conteúdo desse documento deve ser capaz de orientar o processo avaliativo, indicando sucessos e ajustes que devem ser corrigidos no próprio processo de avaliação, além de identificar meios e recursos que podem ser utilizados para a melhoria da instituição examinada.

Nesse sentido, entende-se que esses documentos foram capazes de fornecer as informações necessárias a esta pesquisa, indicando os procedimentos utilizados pelas instituições de ensino superior analisadas por este estudo. Dessa forma, foi possível realizar uma apreciação comparativa das universidades que utilizam boas práticas autoavaliativas, induzindo a criação de um plano de ações que seja adequado às peculiaridades da UFJF.

Como instrumento investigativo utilizado na coleta dos dados nos relatórios de autoavaliação das universidades, foi elaborado, pela autora, um Protocolo de Análise Documental¹² com perguntas relacionadas aos mecanismos avaliativos empregados nas instituições analisadas. O protocolo foi usado para documentar as informações coletadas e serve de base para uma categorização dos elementos encontrados em cada instituição.

O documento examinado por este estudo é o relatório de autoavaliação final (trienal) mais recente divulgado por cada instituição analisada, realizando a consulta através do site oficial de cada organização.

Não foram consideradas neste trabalho as informações relacionadas às especificidades avaliativas diretamente ligadas à pandemia da Covid-19¹³, uma vez que considerou-se a perspectiva de que algumas instituições possam ter incluído temporariamente em suas metodologias avaliativas questões inerentes a esse momento vivenciado pelo mundo e que impactou o relacionamento entre estudantes e universidades.

3.3 ANÁLISE DE INFORMAÇÕES

Para efetuar a análise de informações qualitativas pode-se empregar diversos meios de investigação. O método de análise temática, segundo Souza (2019), permite que o pesquisador realize a identificação, análise, interpretação e

¹² Apêndice B: Protocolo de análise documental

¹³ A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a Covid-19, causada pelo novo coronavírus, já é uma pandemia. Segundo a Organização, pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa (FIOCRUZ, 2021).

levantamento de padrões, sendo sua aplicação semelhante à outras técnicas comumente utilizadas em estudos qualitativos.

Nesse sentido, a técnica de análise temática se mostrou adequada a este estudo, já que favoreceu a apreciação dos dados levantados dentro de categorias de informações que puderam ser previamente definidas. No caso desta pesquisa, determinou-se como temas (ou padrões) de estudo as categorias avaliativas estabelecidas pelo SINAES, registradas no Quadro 2 deste projeto.

Após a fase da coleta de dados, é necessário que as informações auferidas sejam tratadas oportunizando uma manipulação que direcione o pesquisador na busca de uma solução para o problema definido. Nessa perspectiva, esta dissertação realizou uma análise temática nos relatórios autoavaliativos trienais elaborados pela CPAs de cada instituição de ensino superior estudada, com a finalidade de apresentar de maneira transparente os mecanismos adotados por cada universidade.

Através da utilização da técnica de análise temática, aplicada nos relatórios de autoavaliação, buscou-se enquadrar os mecanismos utilizados pelas instituições de ensino superior nas dimensões avaliativas estabelecidas pelo SINAES. Ações que não puderam ser classificadas dentro de nenhuma dimensão avaliativa do SINAES foram desconsideradas por não atenderem uma base avaliativa nacional regulamentada.

No processo de identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas) a partir de dados qualitativos, Souza (2019) salienta que o método de análise temática viabiliza a organização de um banco de dados rico em detalhes, pois esse modelo de investigação favorece o desenvolvimento de uma análise interpretativa das informações coletadas. A autora ainda acrescenta que a aplicação do método independe se a abordagem escolhida for indutiva (não parte de uma grade pronta de categorias ou temas para analisar os dados) ou dedutiva (parte de um conjunto preestabelecido de categorias ou temas bem definidos).

Kripka, Scheller e Bonotto (2015) destacam que a categorização integra um conjunto de práticas no processo analítico das informações encontradas em pesquisas qualitativas e que dependem do foco do pesquisador para indicar seu direcionamento, buscando agrupar conjuntos de elementos que possuem algo em comum dentro da cada unidade de sentido definida.

Como segunda fase da pesquisa, foram selecionados¹⁴ cinco pontos críticos mais evidenciados, como aspectos de sucesso ou fracasso, pelos relatórios de autoavaliação das universidades pesquisadas. Esses temas estão apresentados no capítulo de resultados da pesquisa, sendo comparados com a situação descrita, pertinente ao mesmo tema, no relatório de autoavaliação da UFJF.

Assim, foi realizada uma averiguação de maneira individual, pela pesquisadora, de cada questão apresentada nos relatórios autoavaliativos trienais divulgados pelas universidades apreciadas. Após a sistematização das informações, um painel de práticas foi construído. Dessa forma, a consistência, a recorrência e o caráter complementar das ações foi reconhecido pela pesquisadora, por categoria avaliativa do SINAES (por tema), para que o corpus pudesse fundamentar as proposições do plano de ações.

Por fim, com a definição de melhores práticas e levando em consideração as particularidades da UFJF, foi indicado um plano de ações à universidade, como uma política pública de ensino superior, que incorpore as dimensões estabelecidas pelo SINAES e que possa ser realizado de maneira sistemática.

¹⁴ Com a aplicação da Análise Temática.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PERCEPÇÃO DOS DISCENTES NO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

Com a finalidade de compreender de maneira mais ampla e profunda as necessidades e expectativas dos estudantes, a percepção dos discentes é elemento essencial na autoavaliação das instituições de ensino superior. Além de favorecer a identificação dos pontos fortes e fracos da instituição, oportuniza um maior envolvimento dos estudantes com a sua universidade, contribuindo para o desenvolvimento institucional e a qualidade da formação acadêmica ofertada.

Segundo a Universidade Federal do ABC (UFABC) (2021), os questionários desenvolvidos pela instituição para mapear as percepções da comunidade da UFABC têm o objetivo de proporcionar um diagnóstico inicial sobre situações críticas, existindo a possibilidade da pesquisa poder ser aprofundada por outros estudos e análises complementares ensejando soluções mais assertivas aos problemas identificados. Além disso, a universidade ressalta que o planejamento do instrumento de pesquisa busca aferir a percepção do respondente para cada aspecto questionado, por considerarem que tal percepção propicia informações relevantes para subsidiar os encaminhamentos de ações da gestão da UFABC.

A UFJF, em seu ciclo atual de autoavaliação (2021-2023), vem incorporando essa percepção de maneira sistemática. No ano de 2021, foi realizada a pesquisa para verificar a percepção dos discentes na Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição e Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira. Como resultado dessa pesquisa, foi elaborado o Relatório de Autoavaliação Institucional – Percepção da Comunidade Acadêmica: 1ª Etapa do Ciclo Avaliativo 2021.

Em 2022, a pesquisa de percepção dos discentes abordou a Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional, Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição, Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade e Dimensão e Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes. Como resultado dessa pesquisa, foi elaborado o Relatório de Autoavaliação Institucional – Percepção da Comunidade Acadêmica: 2ª Etapa do Ciclo Avaliativo 2022.

No ciclo avaliativo anterior (2018-2020), conforme ANEXO C e ANEXO D, a percepção dos discentes foi aferida apenas em relação às disciplinas cursadas no

período. Já no ciclo 2021-2023, as dimensões estabelecidas pelo SINAES foram incorporadas na pesquisa de percepção dos discentes e nos relatórios de autoavaliação institucional.

Observa-se que a UFJF promoveu um notável avanço, no quesito averiguação da percepção dos discentes, no ciclo avaliativo 2021-2023. Além de desenvolver essa avaliação, a instituição elaborou, para cada ciclo, um relatório¹⁵ específico para apresentar uma metodologia de construção dos questionários aplicados. Nesse sentido, a universidade se mostrou alinhada tanto com outras instituições públicas de ensino superior como com a legislação do SINAES que define o processo de autoavaliação dentro de dez dimensões.

4.2 CAPTAÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS DISCENTES SEGMENTADA EM DIMENSÕES/EIXOS

Apesar do SINAES definir que a autoavaliação realizada pelas universidades deve contemplar as dez dimensões estabelecidas, algumas universidades têm formulado os instrumentos de captação da percepção dos discentes de maneira segmentada. Essa definição pode favorecer a ampliação do número de respondentes dos instrumentos aplicados, beneficiando a qualidade dos dados levantados na pesquisa.

Segundo a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2022), desde 2019, a instituição realiza a autoavaliação institucional dos discentes semestralmente. No entanto, os cinco eixos são apreciados de maneira segregada em um ciclo de dois semestres. Assim, a cada semestre, além da avaliação das disciplinas cursadas, os discentes devem responder questionamentos sobre a percepção que têm da universidade. A universidade ainda indica que esse posicionamento foi um dos pontos importantes para a ampliação da participação nos processos avaliativos de todos os segmentos da instituição.

¹⁵ Relatório de Autoavaliação Institucional – Percepção da Comunidade Acadêmica: 1ª Etapa do Ciclo Avaliativo 2021.

A UFJF (2022a), propôs realizar seu ciclo atual de autoavaliação institucional (2021 - 2023) em três etapas. A primeira, em 2021, contemplando o Eixo 4: Políticas de Gestão (Dimensão 5: Políticas de pessoal; Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição e Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira). A segunda etapa, em 2022, contemplando a avaliação do Eixo 2: Desenvolvimento Institucional (Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição) e a avaliação do Eixo 3: Políticas Acadêmicas (Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade e Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes). Concluindo o ciclo, a terceira etapa, em 2023, avaliará o Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional (Dimensão 8: Planejamento e Avaliação) e o Eixo 5: Infraestrutura Física (Dimensão 7: Infraestrutura Física).

Com essa segmentação em eixos, observa-se que a UFJF está alinhada às práticas de fragmentação utilizadas em universidades que buscam favorecer a participação dos discentes, entre outros segmentos, no processo de sua autoavaliação institucional.

4.3 DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DE AUTOAVALIAÇÃO

BRASIL (2004b) destaca a importância da participação efetiva de toda a comunidade acadêmica e externa para a construção de uma cultura de avaliação.

Dentre os fatores que favorecem a criação da cultura de avaliação, pode-se destacar a mobilização das pessoas para a participação e a divulgação dos resultados. Para promover esse engajamento da comunidade acadêmica, as universidades públicas brasileiras vêm trabalhando em diferentes ações para cada segmento que faz parte dos seus processos de autoavaliação.

A sensibilização da comunidade acadêmica é essencial para que todos os segmentos pesquisados compreendam a importância da autoavaliação que, além de promover a democratização da discussão dos assuntos relevantes, objetiva o aprimoramento constante da instituição.

A Universidade Federal de Lavras (UFLA) (2022) desenvolveu diversas ações de sensibilização da comunidade acadêmica na busca de aumentar a participação dos segmentos pesquisados. A universidade considerou a participação como insatisfatória, em relação à população total, enfatizando o desafio que é envolver

todos os segmentos da comunidade acadêmica na autoavaliação e alcançar percentuais efetivos de participação e representatividade. No entanto, a instituição considera que as ações empreendidas favoreceram o envolvimento, já que foi observado um aumento considerável na participação em todos os segmentos, se comparado a anos anteriores. As ações definidas pela universidade são :

- Integração e articulação dos instrumentos da CPA com o programa de avaliação interna - AVALIE em relação às políticas de ensino que serão contempladas na avaliação da Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento de Ensino – DADE.
- Elaboração de uma campanha de conscientização informando a importância da Autoavaliação Institucional aplicada pela CPA.
- Mobilização de esforços para aumentar a participação de todos os segmentos, inclusive contando com a participação dos representantes discentes para articularem as ações, como por exemplo, a elaboração de vídeos institucionais e o uso de redes sociais.
- Compilação dos resultados do relatório integral do último ciclo avaliativo (2015-2017) por curso e apresentação dos principais resultados em reunião do conselho de graduação visando divulgar e mostrar para os coordenadores de curso os resultados com o intuito de que eles pudessem divulgar entre seus pares e planejar ações de melhorias dentro dos cursos.
- Estudo de relatórios de outras IES tendo como base as concepções, princípios e as dimensões propostas pelo SINAES visando propor uma nova sistemática de apresentação do relatório de autoavaliação Proposta de uma sistemática de divulgação dos resultados de forma mais dinâmica e eficaz dos resultados do processo. (UFLA, 2022, p.28)

A UFJF (2023a), também promoveu diversas ações buscando ampliar e democratizar a participação da comunidade em seu processo autoavaliativo. As desenvolvidas pela CPA foram as seguintes:

- Elaboração de vídeo sobre a CPA da UFJF (duração: 2:28min), que foi publicado nas páginas da CPA (<https://www2.ufjf.br/cpa/>) e da Diavi (<https://www2.ufjf.br/diavi/>).
- Envio de e-mail institucional aos servidores e estudantes da UFJF com o convite para responder à pesquisa institucional;
- Postagens nas mídias sociais oficiais da UFJF, com destaque para o Instagram;
- Fixação de avisos sobre a Avaliação Institucional na primeira página do SIGA;
- Envio de ofício aos Diretores de unidades acadêmicas com solicitação de divulgação ampla da pesquisa junto à unidade;
- Compartilhamento de mensagens via WhatsApp;
- Distribuição de cartazes em diferentes setores da UFJF com fluxo de pessoas da comunidade externa à instituição, incluindo o Centro de Ciências, Hospital Universitário, o Jardim Botânico, a Farmácia Universitária, entre outros (Figura 3.3);
- Veiculação de notícia no site da Prefeitura de Governador Valadares (disponível em: <https://www.valadares.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/avaliacao-uffj-2022-participe-da-autoavaliacao-institucional/170776>). (UFJF, 2023a, p.25-26)

Nesse sentido, observa-se que a UFJF, alinhada com o trabalho realizado em outras universidades, promove ações variadas na busca de atingir o maior número de participantes. Adicionalmente, segundo a UFJF (2023a), a CPA conta com o apoio da Diretoria de Avaliação Institucional¹⁶ (Diavi), um setor diretamente vinculado à Reitoria, responsável por acompanhar e apoiar os processos de avaliação externa e interna na universidade, além de participar de atividades de sensibilização da comunidade acadêmica para a importância da avaliação (UFJF, 2023a, p.22).

A divulgação dos resultados da autoavaliação é outro ponto de relevância apresentado nos RAAIs (relatórios de autoavaliação institucional) das universidades estudadas. Além de corroborar para a transparência da instituição, oportuniza o diálogo entre a gestão universitária e toda comunidade acadêmica, propiciando mais credibilidade nas ações realizadas por seus gestores.

A Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) (2021) indica que a divulgação dos resultados aumentou os acessos às páginas da CPA, elencando as sessões de difusão e esclarecimento sobre os resultados da consulta como estratégia para essa publicização, além do destaque para uma audiência pública que contou com a participação de estudantes, técnicos-administrativos em educação e outros servidores, docentes e não docentes, organizada por CPA e Reitoria, em 22 de setembro de 2017.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (2022) indica que o evento Semana de Avaliação promoveu uma maior integração entre a CPA e os núcleos responsáveis pelo processo de autoavaliação da universidade. Nesse contexto, a universidade destaca que a apresentação dos resultados anuais nesse evento de avaliação contribuiu para fortalecer a estrutura de avaliação da UFRGS e

¹⁶ Funções da DIAVI:

- Prover suporte operacional à CPA na realização da autoavaliação institucional;
- Implementar instrumentos para a autoavaliação de cursos;
- Orientar coordenações de curso e discentes quanto à participação no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes Enade;
- Apoiar e acompanhar todos os processos de avaliação externa - institucional e de cursos. (UFJF, 2023a, p.22)

a cultura de avaliação institucional. Além disso, a instituição complementa que a semana de avaliação representa uma devolutiva dos resultados da avaliação aos gestores, ensejando a efetividade da avaliação, através da apresentação das novas fragilidades encontradas no diagnóstico, favorecendo um processo contínuo de melhorias e qualificação da universidade.

Na UFJF, os resultados do trabalho da CPA, como os relatórios de autoavaliação institucional e os relatórios de percepção da comunidade acadêmica, são divulgados na página da CPA e da DIAVI. Como forma de difundir os resultados, foram publicadas notícias¹⁷ sobre a divulgação do relatório de autoavaliação institucional na página da universidade.

Segundo a UFJF (2023a), em 2022, a CPA realizou uma apresentação dos dados da autoavaliação em reunião ordinária do Comitê de Governança, Riscos e Controle (CGRC). Além disso, no mesmo ano, a CPA implantou estratégias para o levantamento de ações realizadas e/ou planejadas relacionadas à autoavaliação institucional.

Nessa primeira fase, de acordo a UFJF (2023a), a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE) e Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (PROPLAN) foram consultadas sobre o resultado da autoavaliação¹⁸. Em resposta, a PROGEPE indicou as ações que está implantando com base na autoavaliação e se mostrou interessada na oportunidade de poder contribuir na elaboração do instrumento de pesquisa nas próximas versões.

¹⁷

<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/05/09/cpa-divulga-resultado-do-relatorio-de-autoavaliacao-institucional/>

¹⁸ 1. Descreva a percepção quanto ao resultado da avaliação no que se refere ao setor onde atua;

2. Sobre os itens avaliados como pontos fracos do setor, existe alguma ação planejada e/ou executada no sentido de corrigi-los ou melhorá-los?;

3. Dentre as ações já planejadas e/ou executadas pelo setor, quais se destacam para fazer parte de campanha de divulgação junto à comunidade acadêmica?;

4. Considerando os questionários aplicados na primeira etapa do ciclo de autoavaliação, aponte os itens que poderiam ser revisados para aprimoramento do questionário aplicado no próximo ciclo avaliativo.

Nesse contexto, observa-se que a estratégia para levantamento de ações realizadas e/ou planejadas relacionadas à autoavaliação institucional da CPA, além de fazer um acompanhamento dos resultados da autoavaliação, oportuniza a ampliação da participação dos setores da UFJF.

4.4 ABORDAGEM QUALITATIVA NOS INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS DISCENTES

Os instrumentos de captação da percepção dos discentes nas universidades pesquisadas apresentaram questões abertas¹⁹ e questões fechadas²⁰. Questões fechadas podem ser boas quando a intenção da instituição é elaborar indicadores quantitativos. No entanto, para que se possa buscar uma resolução para os problemas, é necessário elucidar o fator que levou o respondente a optar por uma resposta. Por exemplo, indicar como “insatisfatória” uma questão relacionada à acessibilidade nos banheiros, não esclarece aos avaliadores as dificuldades que foram enfrentadas pelos discentes. Dessa forma, apesar de poderem ser mais complexas para serem analisadas, as questões abertas podem ser mais reveladoras para indicar os fatos geradores das respostas.

A UFLA (2022) desenvolveu um instrumento de percepção dos discentes com a maioria dos itens de resposta única e obrigatória, incluindo questões abertas ou discursivas na seção de elogios, críticas e sugestões. A intenção, ainda de acordo com o documento, foi permitir que os participantes pudessem expressar opiniões e sugestões de maneira mais qualitativa em relação ao questionário. A universidade acredita que essa conduta permite emergir questões que não foram contempladas na avaliação, mas que poderiam colaborar para uma análise dos resultados quantitativos.

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) (2022) indica que as questões abertas do seu instrumento possibilitaram o levantamento de problemas e sugestões

¹⁹ Questões que permitem que o participante selecione as respostas dentro de um conjunto pré definido. Por exemplo “sim” e “não” ou uma escala de satisfação (muito satisfeito, satisfeito, pouco satisfeito, insatisfeito)

²⁰ Questões que permitem que o participante apresente textualmente uma explicação ou opinião em relação ao assunto abordado.

que não foram expostos nas questões objetivas. Como resultado da autoavaliação, a CPA da universidade orientou que todas as instâncias de gestão da UFV observassem os dados qualitativos divulgados nos comentários do instrumento de avaliação institucional.

A figura 7 apresenta uma questão apresentada aos discentes da UFV em 2020. Neste tópico, além da instituição buscar uma avaliação da satisfação dos discentes em relação ao Portal da UFV, em uma escala de 0 a 5, foi disponibilizado para os respondentes a opção de fazer um comentário específico e relacionado ao quesito investigado.

Figura 7: Questão do questionário de percepção dos discentes da UFV

4.3. Avalie sua satisfação quanto ao Portal UFV em relação a:							
Itens	0 - totalmente insatisfeito 5 - totalmente satisfeito						Sem condições de responder
	0	1	2	3	4	5	
Facilidade de localizar informações	()	()	()	()	()	()	()
Atualização de informações	()	()	()	()	()	()	()
Visualização gráfica	()	()	()	()	()	()	()
Acessibilidade	()	()	()	()	()	()	()
Relevância do conteúdo	()	()	()	()	()	()	()
Ferramenta de busca	()	()	()	()	()	()	()
Comente o que considerar necessário.							

Fonte: Questionário de Avaliação Institucional UFV (2020)

A UFV (2020) apresenta quase todas as questões nos mesmos moldes. Sendo a primeira parte com a avaliação da percepção do respondente de maneira objetiva, dentro de uma escala gradativa de satisfação, acrescida de uma opção para o discente não responder o tópico, e a segunda parte com um espaço para comentários pertinentes ao tema abordado.

Desse modo, além de incorporar valor ao indicador quantitativo, as instâncias de gestão da UFV podem analisar oportunidades e fraquezas, como recomenda o Roteiro de Autoavaliação Institucional do SINAES, de modo qualitativo. Nesse sentido, observa-se que a inclusão da questão aberta agregada a questão fechada

pode favorecer a clareza e a interpretação dos dados levantados no diagnóstico institucional.

Segundo a UFJF (2022b) e apresentado no anexo E, o questionário aplicado nos discentes de graduação não disponibilizou nenhuma questão que pudesse captar a percepção dos estudantes, de maneira qualitativa, nas dimensões²¹ trabalhadas na primeira etapa do ciclo avaliativo 2021-2023.

Em contrapartida, o questionário aplicado nos discentes na segunda etapa²² do ciclo avaliativo 2021-2023, segundo a UFJF (2023b), disponibilizou uma questão para comentários. A figura 8, um recorte do citado documento, apresenta a questão qualitativa que foi aplicada aos discentes em 2022.

Figura 8: Questão aberta do questionário 2022 - UFJF

Comentário Opcional

Espaço destinado para contribuição referente às questões do formulário.

[]Comente o que considerar necessário acerca das dimensões avaliadas.

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Fonte: UFJF (2023b).

²¹ Eixo 4: Políticas de Gestão (Dimensão 5: Políticas de pessoal; Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição e Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira).

²² Eixo 2: Desenvolvimento Institucional (Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição)

Eixo 3: Políticas Acadêmicas (Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade e Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes).

A inclusão da questão na segunda etapa pode ser considerada uma evolução positiva na captação qualitativa da percepção dos discentes. No entanto, essa questão única pode apresentar uma maior dificuldade de análise e elaboração dos resultados do diagnóstico, já que não está relacionada a uma questão específica. Além disso, diante do número de questões que o discente tem que responder, pode dificultar a retomada de um ponto discutido anteriormente.

4.5 UTILIZAÇÃO DE INDICADORES PARA APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O uso de indicadores de qualidade no processo de autoavaliação pode ser útil para acompanhar a eficácia²³ das ações implementadas pela instituição. Além de favorecer a identificação de serviços prestados de maneira insuficiente, pode ajudar a elucidação de práticas mais adequadas à elaboração de planos estratégicos para aprimorar a qualidade destes serviços.

Na UFABC, (2021), as questões do questionário de percepção dos discentes são formuladas de modo que possibilitem a aplicação de conceitos a partir do uso de uma escala conceitual. A figura 8 indica os conceitos disponíveis para a seleção em cada item avaliado pelo questionário da universidade.

Figura 8: Escala conceitual do questionário da UFABC

Conceito	Crítérios
A	Item possui desempenho excepcional, atendendo plenamente às suas finalidades e às suas expectativas, eventualmente superando estas.
B	Item possui bom desempenho, atendendo de maneira adequada às suas finalidades e expectativas.
C	O item possui desempenho mínimo satisfatório, atendendo as necessidades e expectativas básicas, mas deixando a desejar em alguns aspectos.
D	O item possui desempenho mínimo não satisfatório, deixando de atender a necessidades e expectativas básicas.
F	O item é considerado reprovado, sendo incapaz de atender ao mínimo necessário do que se espera e eventualmente sendo contraproducente.
Em branco	Não sou capaz de responder; prefiro não responder.

Fonte: UFABC (2021).

²³ Medida do grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas (COSTA E CASTANHAR, 2003).

A UFABC considerou as respostas A e B como reflexo de uma percepção positiva do item avaliado. As respostas que indicaram o conceito C foram consideradas como evidenciadoras de itens que foram aprovados, mas com necessidade de melhoria para aumentar a satisfação da comunidade. Já os conceitos D e F refletiram insatisfação dos respondentes ao item avaliado, sinalizando tópicos que necessitam de mudanças e melhorias. Por fim, foram agrupadas no conceito “em branco” as respostas: “em branco”, “prefiro não responder” e conceito “O”²⁴. A universidade considerou esses apontamentos como marcadores de incapacidade de responder, acreditando que eles demonstram que o respondente tem pouca intimidade e/ou falta de interesse com relação ao tema abordado na questão.

A figura 9, por exemplo, apresenta um comparativo anual dos resultados de uma questão relacionada ao meio ambiente e sustentabilidade do questionário aplicado aos discentes de graduação da UFABC.

Os resultados desse diagnóstico estão apresentados no relatório a partir do somatório de porcentagem de cada conceito. Além disso, de acordo com a UFABC (2021), a instituição busca confrontar as respostas às questões avaliadas de cada dimensão com resultados obtidos em edições anteriores, objetivando evidenciar e interpretar padrões.

Como pode-se observar na figura 9, foi realizado um comparativo entre as respostas nos anos 2016, 2018 e 2019. Ao final do relatório, são sistematizadas as recomendações da Comissão em relação a diferentes âmbitos da Universidade, buscando-se potencializar o uso dos instrumentos de avaliação para a melhoria da qualidade do Ensino, Pesquisa e Extensão na UFABC (UFABC, 2021, p. 13).

²⁴ Não ficou muito evidente o significado do conceito “O”. A UFABC (2021) apenas informa que o conceito foi agrupado ao conceito “Em branco”.

Figura 9: Comparativo anual de resultados UFABC

As ações da UFABC em prol do meio ambiente e da sustentabilidade [2016]	Discentes graduação	Discentes pós	Docentes	TAs
A	11,65%	19,02%	8,93%	4,56%
B	31,63%	30,98%	32,50%	26,50%
C	29,30%	22,70%	31,07%	32,76%
D	11,99%	8,28%	9,64%	20,80%
F	3,22%	4,29%	4,29%	7,98%
Em branco	12,21%	14,72%	13,57%	7,41%
Total Geral	100%	100%	100%	100%
As ações da UFABC em prol do meio ambiente e da sustentabilidade [2018]	Discentes graduação	Discentes pós	Docentes	TAs
A	10,5%	15,2%	12,3%	7,1%
B	27,6%	36,4%	27,9%	18,7%
C	32,7%	23,2%	29,9%	39,7%
D	11,6%	8,1%	8,8%	17,6%
F	6,5%	4,0%	4,4%	6,7%
Em branco	10,9%	13,1%	16,7%	10,1%
Total Geral	100%	100%	100%	100%
As ações da UFABC em prol do meio ambiente e da sustentabilidade [2019]	Discentes graduação	Discentes pós	Docentes	TAs
A	23,8%	31,1%	17,3%	8,1%
B	25,2%	31,6%	29,5%	37,3%
C	15,2%	17,9%	24,6%	24,4%
D	3,4%	4,3%	7,3%	10,5%
F	1,4%	1,3%	4,4%	6,1%
Prefiro não responder / O	31,1%	13,9%	17,0%	13,6%
Total Geral	100%	100%	100%	100%

Fonte: UFABC (2021, p.25)

De acordo com a UFJF (2023a), além de computar o somatório percentual de respostas para cada conceito, emprega-se o indicador "Percentual de Satisfação" com base nos resultados dos questionários aplicados. A figura 10 ilustra o método pelo qual a universidade efetua esse cálculo.

Figura 10: Percentual de Satisfação da UFJF

$$\% \text{ satisfação} = \frac{(CF \times 1,0) + (C \times 0,66) + (D \times 0,33)}{TL} \times 100$$

Fonte: UFJF (2023a, p. 13).

A UFJF (2023a) ainda esclarece que:

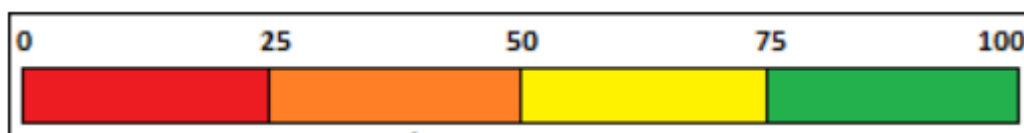
CF = o número de respostas "Concordo fortemente"; C = número de respostas "Mais concordo que discordo"; D = número de respostas "Mais

discordo que concordo”; TL = Total líquido (correspondente ao número total de respostas à questão, excluído o número de respostas consideradas neutras ou não que não opinaram: "Não concordo nem discordo" e "Não sei responder") (UFJF, 2023a, p. 13).

Adicionalmente, o documento demonstra que o resultado desse indicador é um número percentual que pode variar em uma escala de 0 a 100%, sendo 0 a situação em que todos os respondentes optaram pela resposta “discordam fortemente” e 100% aquela na qual todos selecionaram a opção “concordam fortemente” para o item avaliado na questão. Nesse sentido, fica definido que, quanto maior o índice alcançado pelo indicador “% satisfação”, maior a percepção de satisfação em relação ao item avaliado.

A partir dos resultados auferidos com a utilização do indicador "% satisfação" a UFJF (2023a) implantou uma escala de cores apresentada na figura 11. A UFJF explica que o objetivo foi criar uma gradação que facilitasse a visualização dos resultados no relatório.

Figura 11: Escala de cores do relatório de autoavaliação da UFJF



Fonte: UFJF (2023a, p. 13).

A partir dessa definição, as tabelas de apresentação dos resultados foram coloridas de acordo com a escala e os resultados obtidos em cada item avaliado. Essa categorização favoreceu a visualização dos resultados, especialmente destacando pontos que necessitam de uma atenção maior da gestão universitária, evidenciando pontos que demandam melhorias.

No entanto, apesar da utilização do índice “% satisfação” ter representado uma evolução positiva no relatório de autoavaliação da UFJF, até o momento ele não foi utilizado para criação de uma série histórica comparativa com os resultados de anos anteriores. Se esse tipo de acompanhamento estivesse disponível, poderia ser benéfico para elaboração e, especialmente, para o monitoramento de planos de melhorias e aprimoramentos institucionais.

4.6 POLÍTICA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

A dimensão 9²⁵ de BRASIL (2004) determina como indicador do núcleo básico e comum na avaliação todas as universidades a política de acompanhamento do egresso. Esse acompanhamento além fornecer dados essenciais para a análise da qualidade dos cursos oferecidos pela instituição, contribui para atualização e melhorias dos currículos dos cursos, através da experiência dos profissionais no mercado de trabalho para o qual foram preparados durante sua formação.

A UNIFESP (2021) destaca que, apesar das condições adversas em 2020, a instituição conseguiu criar um Portal de Egressos. O documento indica que essa ação só foi possível a partir de discussões desencadeadas pelos resultados do processo de autoavaliação institucional de 2017 que favoreceram iniciativas para mitigar essa lacuna histórica na universidade.

Adicionalmente, o relatório esclarece que a principal condição para o sucesso desse trabalho foi a priorização da demanda pela gestão universitária. O PDI da instituição definiu com clareza a necessidade de acompanhamento dos egressos como forma de aprimorar os processos de ensino e aprendizagem dentro da instituição (UNIFESP, 2021, p.23).

A UNIFESP (2021) considera que, de fato, o que oportunizou a consolidação desse projeto de criação do Portal do Egresso foram as etapas concretizadas no período 2018-2020, especialmente a concepção de um questionário, o suporte virtual, o trabalho de divulgação e o primeiro momento de coleta de dados pelo sistema de acompanhamento e integração de egressos.

A UFJF (2023a) informa a existência da meta de discutir, elaborar e implementar uma política de acompanhamento de egresso de graduação²⁶, cuja

²⁵ Políticas de Atendimento aos Estudantes.

²⁶Nos Programas de Pós-graduação estão implementados mecanismos de acompanhamento de egressos, haja vista que essa é uma exigência comum a todos os Programas de Pós-graduação - acadêmicos e profissionais - para fins de avaliação pela Capes. As informações são submetidas de forma anual pelas coordenações, via Plataforma Sucupira, e a avaliação ocorre a cada quatro anos.

essência deveria ser a promoção de ações de estímulo da produção e submissão de artigos, além do incentivo da produção acadêmica.

Além disso, a UFJF (2023a) destaca como ação já consolidada, na busca da implementação dessa política de acompanhamento dos egressos, a assinatura do termo de adesão ao Ecossistema de Gestão dos Dados da Graduação (ECOGRAD). A universidade espera que o sistema possa ser utilizado em diferentes ações de controle da graduação, especialmente, mapear as informações dos egressos.

A resolução da Diretoria Executiva da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) N° 04/2022 esclarece que o ECOGRAD permite organizar dados sobre “ocupação, evasão, diplomação, indicadores de qualidade da graduação, empregabilidade dos egressos, informações estruturadas e sistematizadas sobre as políticas públicas e mapa de boas práticas” (ANDIFES, 2022, p. 1). Além disso, essas informações podem ser compartilhadas com outras instituições no propósito de aperfeiçoar a gestão universitária pelo conhecimento de boas práticas.

Outro ponto elucidado pelo documento é a responsabilidade da ANDIFES em relação a manutenção, a sustentabilidade e a garantia de proteção de dados que foi imputada à própria ANDIFES.

Nesse sentido, observa-se que a UFJF avançou com a proposta de realizar o acompanhamento dos seus egressos. No entanto, esse avanço ainda pode ser considerado tímido quando comparado com o trabalho desenvolvido em outras instituições públicas de ensino superior. Ademais, mesmo com as definições dadas pelo PDI 2016-2020 e o PDI 2022-2026, a universidade ainda necessita de avanços na criação de sua política de acompanhamento de egressos.

Durante a autoavaliação que os programas de pós-graduação executam para atender aos critérios da Capes, o sucesso dos egressos é mapeado anualmente e essas informações merecem destaque nas avaliações. a partir destas, são traçadas novos direcionamentos para a formação dos alunos de forma atender as demandas sociais e do mercado de trabalho capaz de incorporar os estudantes (UFJF, 2023a, p. 58)

5 PLANO DE AÇÕES PARA A UFJF

No Capítulo 2 deste estudo, o processo de autoavaliação institucional nas universidades é apresentado como mecanismo essencial para que as instituições possam buscar a excelência acadêmica. Conforme foi apresentado no Capítulo 4, a UFJF promoveu muitas melhorias em seus últimos ciclos autoavaliativos. Outras soluções e ferramentas podem ser utilizadas para aperfeiçoar ainda mais as estratégias adotadas no processo de autoavaliação.

Esta parte da dissertação compromete-se com a proposição de ações, voltadas ao aprimoramento do processo de autoavaliação institucional da UFJF – especificamente no que diz respeito ao reconhecimento da percepção discente sobre atividades-fim e atividades-meio da universidade. As sugestões apresentadas irão integrar o produto técnico-tecnológico associado a esta dissertação, que pode ser consultado no apêndice A.

As ações propostas foram produzidas de acordo com o modelo 5W2H de gerenciamento de atividades. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (2022), a ferramenta pode ser utilizada para organizar de forma prática, simples, eficiente e clara as atividades que precisam ser realizadas em uma organização para solucionar problemas ou implantar melhorias.

O documento complementa que essa metodologia de planejamento tem como princípio básico formular resposta às perguntas apresentadas na Figura 12. Essas respostas devem ter como foco os objetivos que se deseja alcançar.

Figura 12: Questões da metodologia 5W2H



Fonte: Pires, 2019.

Como esse processo deve permanecer em constante atualização, esse capítulo apresentará algumas propostas de melhorias à dinâmica de autoavaliação da UFJF, tendo como referência os casos de sucesso em outras instituições públicas de ensino superior.

As ações propostas visam o desenvolvimento continuado da política de autoavaliação da UFJF. Com esse objetivo foram estruturadas 6 ações apresentadas nos Quadros a seguir (entre 5 e 10).

A UFJF (2021) não considerou as dimensões avaliativas do SINAES no levantamento da percepção dos discentes. A Ação 1 visa a manter os processos de autoavaliação implementados nos anos de 2021 e 2022 que foram ignorados em relatórios anteriores.

Quadro 5: Ação 1

What? O que?	Manter a percepção dos discentes no relatório de autoavaliação institucional
Who? Quem?	Comissão Própria de Avaliação
Where? Onde?	UFJF
When? Quando?	Durante os processos de captação da percepção dos estudantes
Why? Por quê?	Para manter os processo de autoavaliação da UFJF alinhados à legislação do SINAES
How? Como?	Através da inclusão de questões pertinentes às 10 dimensões avaliativas do SINAES
How much? Quanto?	Não acarreta custos

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Além de manter questões relacionadas às percepções dos estudantes, para que o processo de autoavaliação seja executado de maneira exitosa, é necessário uma adesão massiva dos estudantes a essa atividade. Nesse sentido, a Ação 2 apresenta um plano para mobilização dessa categoria nos processos de autoavaliação da UFJF.

Quadro 6: Ação 2

What? O que?	Aumentar a participação dos discentes na autoavaliação institucional
Who? Quem?	Comissão Própria de Avaliação e coordenações de curso
Where? Onde?	UFJF
When? Quando?	Nos meses que antecedem a aplicação dos questionários de captação da percepção dos estudantes
Why? Por quê?	Para valorizar e aprimorar a cultura de autoavaliação essencial ao sucesso da atividade

How? Como?	<p>A CPA além de promover campanhas de divulgação dos questionários e da importância da participação da comunidade acadêmica na autoavaliação, como já é feito, deve incluir mais discentes²⁷ na comissão de autoavaliação, envolvendo mais discentes no processo. Além disso, é fundamental incorporar a participação do Diretório Central dos Estudantes (DCE), por ser a representação estudantil oficial.</p> <p>As coordenações de curso, por serem unidades mais próximas aos discentes, além de dar coró nas campanhas promovidas pela CPA, devem desenvolver ações específicas aos seus públicos, implementando atividades de conscientização sobre a adesão ao processo.</p>
How much? Quanto?	Não acarreta custos

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Esse trabalho destacou, no seu capítulo 4, a importância da divulgação dos resultados de avaliações anteriores no engajamento da comunidade acadêmica para a participação nos processos de autoavaliação. Nesse sentido, a Ação 3 propõe avanços nas atividades e mecanismos de divulgação desses resultados.

Quadro 7: Ação 3

What? O que?	Ampliar a divulgação dos resultados da autoavaliação institucional
Who? Quem?	CPA e coordenações de curso
Where? Onde?	UFJF
When? Quando?	Sempre, ao fim de cada ação de avaliação da UFJF
Why? Por quê?	Para aprimorar a cultura de autoavaliação e favorecer o engajamento da comunidade acadêmica nas ações avaliativas posteriores

²⁷Atualmente, a CPC tem três discentes e um em cada Comissão Setorial Própria de Avaliação

How? Como?	<p>CPA: Promover mais eventos de divulgação dos resultados para a comunidade acadêmica envolvendo todos os participantes. Esses eventos podem ser palestras, workshop, entre outros. Ampliar a divulgação dos resultados nas redes sociais e no site oficial da UFJF. Fazer várias divulgações durante o ano pormenorizado situações de destaque nos resultados encontrados.</p> <p>Utilizar massivamente as redes sociais da universidade para que a divulgação dos resultados alcance ainda mais pessoas.</p> <p>Divulgar os resultados no SIGA de maneira gradativa durante o ano para que todos pudessem acompanhar sem a necessidade de consumir muito tempo para a consulta.</p> <p>Coordenações de curso: Ações de divulgação dos resultados das avaliações de acordo com as especificidades dos cursos</p>
How much? Quanto?	Não acarreta custos

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Para que a autoavaliação de uma instituição de ensino superior seja exitosa e apresente qualidade em seus resultados, é essencial que os questionários das pesquisas sejam bem elaborados e possam captar a percepção dos discentes de maneira clara e objetiva. Para isso, devem ser estruturados de modo que sejam capazes de particularizar cada posicionamento do respondente. Com esse objetivo, a Ação 4 indica a criação de questões abertas nos questionários da UFJF.

Quadro 8: Ação 4

What? O que?	Ampliar o número de questões abertas dos questionários de autoavaliação institucional e no questionário de avaliação das disciplinas do discente
Who? Quem?	CPA
Where? Onde?	UFJF
When? Quando?	Na elaboração dos questionários avaliativos
Why? Por quê?	A ação é necessária para compreender, de maneira particular, o motivo que levou o discente a avaliar uma proposição como

	<p>insatisfatória.</p> <p>Os questionários aplicados, até o momento, conforme anexo E e anexo F, possuem apenas uma questão para comentários ao final do formulário.</p> <p>O objetivo é aperfeiçoar a qualidade das informações captadas pelos questionários, com a viabilização de uma análise temática dos dados coletados, a fim de elucidar potencialidades e fragilidades de cada setor.</p>
How? Como?	Através da inclusão de uma questão discursiva para cada questão objetiva nos questionários. A questão deve ser um espaço para que o discente possa fazer elogios, críticas ou sugestões sobre a temática abordada na questão objetiva.
How much? Quanto?	Não acarreta custos

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

O indicador utilizado pela UFJF está alinhado aos de outras instituições públicas de ensino superior, mas a frequência da aplicação dos questionários não favorece a criação de um histórico iterado das temáticas abordadas. Como a aplicação do questionário é anual e só aborda parte das dimensões do SINAES, é necessário que se passem 3 anos para que uma temática seja novamente debatida. Nesse sentido, a Ação 5 propõe a alteração da frequência de aplicação dos questionários.

Quadro 9: Ação 5

What? O que?	Aplicar o questionário de autoavaliação duas vezes ao ano, dividindo, nessas duas ocorrências, as 10 dimensões do SINAES. Talvez: Aproveitando o acesso discente ao SIGA, para realização das matrículas
Who? Quem?	CPA
Where? Onde?	UFJF
When? Quando?	Semestralmente

Why? Por quê?	Para gerar indicador anual de qualidade das temáticas discutidas na autoavaliação institucional. O modelo atual produz um indicador trienal, o que pode tornar demorada a avaliação dos impactos de mudanças implementadas na universidade
How? Como?	Através da criação de dois questionário de autoavaliação que devem ser aplicados uma vez a cada semestre
How much? Quanto?	Não acarreta custos

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

A política de avaliação de acompanhamento de egresso se mostra essencial para que uma universidade conheça o perfil do profissional que se forma na instituição e se ele é adequado ao mercado de trabalho. Em vista disso, é notória a necessidade da UFJF criar mecanismos de acompanhamento do egresso. Por conseguinte, a Ação 6, apresentada no quadro 10, indica atividades para que a UFJF possa preencher essa lacuna em suas atribuições acadêmicas.

Quadro 10: Ação 6

What? O que?	Criar a Política de Acompanhamento de Egressos
Who? Quem?	CPA, PROGRAD, unidades acadêmicas e coordenações de curso
Where? Onde?	UFJF
When? Quando?	No momento atual
Why? Por quê?	Para fazer o acompanhamento dos discentes egressos da universidade objetivando conhecer a qualidade do ensino oferecido de acordo com a necessidade dos profissionais formados. Além disso, oportuniza a melhoria dos cursos através do monitoramento do mercado de trabalho.
How? Como?	Organizar um grupo de trabalho para a criação da política de acompanhamento de egressos formado pela PROGRAD, CPA, institutos, coordenações de curso e discentes. Promover um estudo do funcionamento dessa regulamentação em outras universidades e verificar a possibilidade de criação ou contratação

	de ferramenta que possa ser utilizada pela UFJF para a efetivar a implementação dessa política
How much? Quanto?	Possíveis custos de aquisição de software

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Assim, as ações propostas neste plano além de buscarem preencher ausências de pontos ainda não explorados, favorecem a construção de uma cultura sólida de autoavaliação, comprometida com o crescimento contínuo da UFJF. Reconhecer a autoavaliação como caminho eficaz para o desenvolvimento institucional e fundamental no processo de tomada de decisões da universidade é a base para o engajamento da comunidade acadêmica nas atividades avaliativas da universidade.

Com a implementação das ações propostas, espera-se que se desenvolva um senso de compromisso e responsabilidade nos setores e pessoas envolvidas com o processo avaliativo da UFJF, entendendo que com essas atividades a universidade estará caminhando para atingir seus objetivos e metas de maneira consistente e eficaz.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação institucional é um instrumento de grande importância para o constante aperfeiçoamento das políticas públicas. Através dessa ferramenta é possível verificar a qualidade das ações públicas desenvolvidas pelas instituições. Além disso, é através da utilização dos resultados das avaliações que os gestores públicos podem, constantemente, implementar as melhorias necessárias ao atendimento do cidadão.

Nesse contexto avaliativo, vale ressaltar que a percepção do beneficiário das políticas é essencial para promover esse diagnóstico. No caso desta pesquisa, apesar do variado grupo de beneficiários da UFJF, considerou-se como beneficiário principal da política pública de ensino superior o discente de graduação. Nesse sentido, suas críticas e sugestões podem ser bastante relevantes para o planejamento da gestão institucional.

Dessa forma, com as orientações do SINAES, as universidades podem promover um amplo processo de autoavaliação, capaz de identificar fraquezas e oportunidades, possibilitando identificar pontos que necessitam de aprimoramento para o melhor desempenho e promovendo uma metodologia de melhoria contínua na qualidade do serviço público prestado pela instituição.

Em 2020 e 2021 as universidades tiveram que enfrentar um grande desafio para manter o funcionamento e, conseqüentemente, empreender seu processo de autoavaliação. A pandemia da Covid-19 afetou o funcionamento de diversos setores de prestação de serviço público. As universidades tiveram que se adaptar rapidamente ao novo modelo de ensino. Assim, as aulas presenciais foram suspensas e foi implantado o ensino remoto.

Nesse período, a UFJF, apesar das condições adversas, promoveu uma melhoria considerável em relação ao seu processo autoavaliativo. Foram criados instrumentos de captação da percepção dos discentes alinhados às determinações do SINAES. Além disso, os relatórios elaborados promoveram maior clareza quanto ao funcionamento da universidade e seu processo de avaliação. A implementação de indicadores de qualidade irá oportunizar um acompanhamento da qualidade de cada item analisado nos setores.

Análises e propostas de melhorias para a UFJF deste trabalho buscaram responder o problema de estudo deste trabalho: “como é possível aprimorar os

meios de autoavaliação institucional da UFJF que se fundamentam na perspectiva discente?”. Assim, foram apresentadas recomendações quanto à participação dos discentes no processo de autoavaliação, ajustes na frequência de aplicação dos instrumentos, complemento de questões no instrumento de avaliação e a necessidade da criação da política de acompanhamento dos egressos.

Dessa forma, esta pesquisa, tendo em vista a importância da autoavaliação para as universidades, busca contribuir com o aprimoramento do processo avaliativo na UFJF como forma de compreender as lacunas existentes, favorecendo o desenvolvimento institucional e o cumprimento de sua missão de formar profissionais cada vez mais qualificados.

No campo de avaliação de políticas públicas e, em especial, na autoavaliação de instituições públicas de ensino superior, essa pesquisa não buscou esgotar os inúmeros tópicos de sucesso ou fracasso no processo de autoavaliação das universidades, mas promoveu considerações sobre os pontos de maior destaque nas instituições pesquisadas comparando-as com a situação vigente na UFJF.

Nesse ponto, é possível destacar que a limitação mais evidente deste trabalho é a grande quantidade de temáticas que ainda poderiam ser abordadas e pormenorizadas não só no âmbito da UFJF como também em outras universidades públicas.

Vale ressaltar que o processo de autoavaliação, assim como orienta o SINAES, deve ser continuamente revisto pela UFJF. Nesse sentido, estudos que possam ajudar as instituições a trilhar caminhos para o autoconhecimento podem ser considerados bastante valiosos.

Assim, trabalhos que explorem outras temáticas ou promovam uma análise mais aprofundada dos temas discutidos neste estudo desempenham um papel determinante no avanço do campo de avaliação de políticas públicas, especialmente no que se refere à autoavaliação de instituições públicas de ensino superior.

Ademais, observa-se a necessidade de ampliação da participação dos discentes no processo de autoavaliação institucional, já que os relatórios analisados mostram uma baixa adesão de respondentes na maioria das universidades. Por conseguinte, pesquisas que enfoquem esse tema são de grande relevância para que as instituições possam tornar seus processos amplos e participativos.

REFERÊNCIAS

ANDIFES, Resolução da Diretoria Executiva da Andifes Nº 04/2022. 2022. disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/wp-content/uploads/sites/2/2022/05/resoluo-diretori-a-executiva-04_2022-ecograd.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

AFONSO, A. J. Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional. *Educação e Sociedade*, XXII(75), p.15-32, ago. 2001.

ALEXANDRE, T.; OLIVEIRA, J. R. S; BERTONCELLO, A. G. Impacto da educação superior para a mobilidade social. *Colloquium Socialis*. ISSN: 2526-7035, [S. l.], v.1, n. 3, p. 10–20, 2018. Disponível em: <http://revistas.unoeste.br/index.php/cs/article/view/2232>. Acesso em: 15 jun. 2021.

ANDRIOLA, W. B. Propostas estatais voltadas à avaliação do ensino superior brasileiro: breve retrospectiva histórica do período 1983-2008. **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, Madrid, v. 6, n.4, p. 127-148, 2008.

ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de; Pinheiro, Helano Diógenes; Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional: um exame do REUNI. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362010000400002>. Acesso em: 24 jun. 2021.

BERNARDES, Joelma dos Santos; ROTHEN, José Carlos. O campo da Avaliação da Educação Superior: foco na Comissão Própria de Avaliação. **Revista Meta: Avaliação**, v.8, n.23, 2016.

BOTELHO, Arlete de Freitas. Intencionalidades e efeitos da autoavaliação institucional na gestão de uma universidade multicampi. 381f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Educação, Brasília, 2016.

BRASIL. Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920. Institui a Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1920.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, 2001.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004a.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Roteiro de Auto-Avaliação Institucional: Orientações**. Gerais. Brasília, 2004b. Disponível em: http://inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/487597. Acesso em: 04 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, 2005.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília, 2006.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, 2007.

BRASIL. Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010. Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Instrumento de Avaliação Institucional Externa. Brasília, 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_recredenciamento.pdf. Acesso em: 01 fev. 2023.

BRASIL. Casa Civil. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex-ante. Brasília: Ipea, 2018. v. 1. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-c-onteudo/downloads/guiaexpost.pdf/view>. Acesso em 07 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Censo da Educação Superior de 2019. Brasília, INEP, 2020a.

BRASIL. Ministério da Educação. Apresentação do Censo da Educação Superior de 2019. Brasília, INEP, 2020b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em 15 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Resultados IGC 2019: Indicadores de Qualidade da Educação Superior. Brasília, INEP. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/indicadores/resultados/2019/apresentacao_IGC_2019.pdf. Acesso em: 17 de ago. de 2021a

BRASIL. Ministério da Educação. IGC. Brasília, INEP. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/igc>. Acesso em: 16 de ago. de 2021b.

BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Os estudos das políticas públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. **Revista Política Hoje**, [S.l.], v. 25, n. 1, p. 71-90, mar. 2016.

CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. *Bib São Paulo*, n. 61, p. 25-52, 1º semestre de 2006.

CAPELLA, Ana Cláudia N. Formulação de políticas públicas. Brasília: Enap, 2018.

CATALANI, Afrânio; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato. "Prouni: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar**, n. 28, p. 125-140, 2006.

COSTA, Danilo de Melo; COSTA, Alexandre Marino; BARBOSA, Francisco Vidal. Financiamento público e expansão da educação superior federal no Brasil: O REUNI e as perspectivas para o Reuni 2. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 106-127, jan. 2013.

COSTA, F. L. DA; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 5, p. 969 a 992, 1 jan. 2003.

COTTA, T. C. Avaliação educacional e políticas públicas: a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 52, n. 4, p. 89-110, out./dez. 2001.

DAYCHOUM, Merhi. 40+ 20 Ferramentas e Técnicas de Gerenciamento. Rio de Janeiro: Brasport, 2016

ÉSTHER, A. B. Que universidade? Reflexões sobre a trajetória, identidade e perspectivas da universidade pública brasileira. **Espacio. Tiempo y Educación**. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477447182010>. Acesso em 17 jun. 2021.

FARIA, C. A. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p.21-30, 2003.

FELICETTI, Vera Lúcia; CABRERA, Alberto F.; MOROSINI, Marília Costa. Aluno ProUni: impacto na instituição de educação superior e na sociedade. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, v. 5, p. 21-39, 2014.

FIOCRUZ. O que é uma pandemia, 2021. Disponível em: <<https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia>>. Acesso em 08 set. 2021.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. Guide for monitoring and evaluation. New York: Unicef, 1990. Disponível em:http://library.cphs.chula.ac.th/Ebooks/ReproductiveHealth/A%20UNICEF%20Guide%20for%20Monitoring%20and%20Evaluation_Making%20a%20Difference.pdf. Acesso em 01 out. 2021.

GAVINO, Larissa Gomes Cordeiro. Efeitos da autoavaliação em universidades federais da região sul na perspectiva do Sinaes. Universidade de Brasília. Brasília. 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. Manual de Pesquisa Qualitativa. Belo Horizonte, 2014.

INEP. Instrumento de Avaliação institucional externa, 2014. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2014/instrumento_institucional.pdf>. Acesso em: 01 de fev. de 2023.

INEP. Processo de Avaliação. Tecnoblog, 2015. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/processo-de-avaliacao>>. Acesso em: 27 de ago. de 2021.

INEP. Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N° 65. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/nota_tecnica/2014/nota_tecnica_n65_roteiro_relatorio_de_autoavaliacao_institucional.pdf>. Acesso em: 18 de out. de 2021.

KINGDON, J. W. **Agendas, Alternatives and Public Policies**. 2. ed. New York: Longman, 2003.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de LARA. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones UNAD**, v. 14, n. 2, jul/dez, 2015.

LAISNER, R. C. Metodologias participativas em Avaliações de Políticas Públicas: tendências e possibilidades desde uma abordagem política. *Revista Aval*, Fortaleza, v. 1, n. 15, p. 80-97, jan./jun. 2019.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, Apr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 mai. 2021.

MATOS, Daniel Abud Seabra; JARDILINO, José Rubens Lima. Os conceitos de concepção, percepção representação e crenças no campo educacional: similaridades, diferenças e implicações para a pesquisa. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 1, n. 3, p. 20-31, set./dez. 2016

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MOURA, D. M. de. Políticas Públicas Educacionais PROUNI e FIES: democratização do acesso ao ensino Superior. In: VII Mostra de Trabalhos Jurídicos Científicos, 2014. **Anais do XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2014.

NANNI, Giovanni; SANTOS FILHO, José Camilo dos. Importância da avaliação das políticas públicas educacionais. **Instrumento: R. Est. Pesq. Educ.**, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, jan./jun. 2016

NUNES, João Batista Carvalho; SALES, Viviani Maria Barbosa Formação de professores de licenciatura a distância: o caso do curso de pedagogia da UAB/UECE. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 3, p. 757-773, 2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; AZEVEDO, Mário Luiz Neves. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. In: **Educação superior no Brasil - 10 anos pós-LDB**. 2008.

PEIXOTO, M. C. L. (Org.). Universidade e Democracia: experiências e alternativas para a ampliação de acesso à Universidade pública brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

PIERANTONI, Célia Regina e VIANNA, Ana Luiza. Avaliação de processo na implementação de políticas públicas: a Implantação do Sistema de Informação e Gestão de Recursos Humanos em Saúde (SIG-RHS) no contexto das reformas setoriais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. 2003, v. 13, n. 1. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312003000100004>>. Acesso em 02 jun. 2021.

PIRES, Raphael. O que é 5w2h. Rock Content, 2019. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/o-que-e-5w2h/>. Acesso em: 10 out. 2023

POLIDORI, Marlis Morosini; MARINHO-ARAUJO, Claisy Maria; BARREYRO, Gladys Beatriz. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. ENSAIO: Avaliação de políticas públicas em educação. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio. Rio de Janeiro, v.14, n.53, p. 425-436, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2012.

RISTOFF, D.; GIOLO, J. O Sinaes como Sistema. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 3, n. 6, 11. 2006.

ROSA, C. de M. Limites da democratização da educação superior: entraves na permanência e a evasão na Universidade Federal de de Goiás. **Póiesis Pedagógica**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 240–257, 2014. DOI: 10.5216/rpp.v12i1.31219. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/31219>. Acesso em: 14 jun. 2021.

RUA, Maria das Graças. Políticas públicas Maria das Graças Rua. 3. ed. **revista atua**. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, Brasília: CAPES: UAB, 2014.

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES, 1997. Disponível em: <https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/processo-seletivo/SiteAssets/Paginas/default/RUA.pdf>. Acesso em 13 mai. 2021.

SANT'ANA, T. D. et al. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: um guia de conhecimentos para as Instituições Federais de Ensino. Alfenas: FORPDI, 2017.

SANTOS, José Raimundo de J. Reflexões sobre uma política pública para o ensino superior no Brasil: um olhar sobre o REUNI. **Revista Olhares Sociais**, vl. 3, n. 2, p. 116. 2014

SANTOS, R. S. et al. Administração política e políticas públicas: em busca de uma nova abordagem teórico-metodológica para a (re)interpretação das relações sociais de produção, circulação e distribuição. **Cad. EBAPE.BR**, v. 15, n. 4, p. 939-959, 2017.

SEBRAE. 5W2H: o que é, para que serve e por que usar na sua empresa. Disponível em: <<https://www.sebrae-sc.com.br/blog/5w2h-o-que-e-para-que-serve-e-por-que-usar-na-sua-empresa>>. Acesso em: 10 out. 2023.

SILVA, Linaldo da; VALE, Maria Páscoa do; ALBUQUERQUE, Terezinha. Avaliação participativa nas políticas públicas. Carpe Diem: Revista Cultural e Científica do UNIFACEX, Natal, v. 9, n. 1. 2001.

SILVA, M. R. et. al. Usos e possibilidades metodológicas para os estudos qualitativos em Administração: explorando a análise temática. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração Saúde Pública**. 2020, vol. 14, n. 1.

SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: Da concepção à regulamentação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. 4ª ed., p.103, 2007.

SOARES, Catharina Leite Matos; PAIM, Jairnilson Silva. Aspectos críticos para a implementação da política de saúde bucal no Município de Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública** [on-line]. 2011, vol. 27, n. 5, p. 966-974.

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 04 jun. 2022.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul-dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas. Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães. Dezembro, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020. 2015. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/diavi/wp-content/uploads/sites/31/2011/10/11-PDI-2016-2020-UFJF.pdf>>. Acesso em 02 fev. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Relatório de Autoavaliação Institucional Trienal 2018-2019-2020. Março, 2021. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/cpa/wp-content/uploads/sites/37/2021/04/RAAI2020_michele-8.pdf>. Acesso em 22 jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional 2021. Março, 2022a. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/cpa/wp-content/uploads/sites/37/2022/03/RAAI2021.pdf.pdf>>. Acesso em 01 mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional 2021: Percepção da comunidade acadêmica. Março, 2022b. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/cpa/wp-content/uploads/sites/37/2022/03/RAAI2021.pdf.pdf>>. Acesso em 01 mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2027. 2022c. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/pdi/wp-content/uploads/sites/249/2022/05/PDI-UFJF-2022a2027.pdf>>. Acesso em 02 fev. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional 2022. Março, 2023a. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/cpa/wp-content/uploads/sites/37/2023/03/RAAI2022.pdf>>. Acesso em 01 abr. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional 2022: Percepção da comunidade acadêmica. Março, 2023b. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/cpa/wp-content/uploads/sites/37/2023/03/Relatorio_parcial_segunda_etapa_2023-1.pdf>. Acesso em 01 abr. 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Relatório de Autoavaliação Institucional. RELATÓRIO REFERENTE AO TRIÊNIO 2018-2020. Março, 2022. Disponível em: <http://www.cpa.ufla.br/wp-content/uploads/2022/04/RelatorioCPA_Trienio-2018-2020.pdf>. Acesso em 15 mai. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Relatório de Autoavaliação Institucional. Disponível em: <<https://arquivos.ufsc.br/f/d6d5a89ce43c4991accb/?dl=>2022>>. Acesso em 15 abr. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Relatório de Autoavaliação Institucional 2018-2020. Março, 2021. Disponível em: <https://www.google.com/url?s=a&t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewiQx9Gz8Or9AhUEA9QKHSzED3wQFnoECAUQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.unifesp.br%2FFreitoria%2Fcpa%2Fcomponent%2Fphocadownload%2Fcategory%2F1-relatorios-da-cpa%3Fdownload%3D188%3A2020-relatorio-final-ciclo-2018-a-2020&usg=AOvVaw0XyKmQujsw031IEPNC__0>. Acesso em 15 mai. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Questionário da Autoavaliação Institucional. Disponível em: <<https://www.cpa.ufv.br/wp-content/uploads/2021/05/QUESTIONARIO-VI-CICLO-II-ETAPA-AUTOAVALIACAO-INSTITUCIONAL-Escala-0-a-5-site.pdf>> 2020. Acesso em 15 abr. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Relatório de Autoavaliação Institucional. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/19C_7g4I20HptTJV9LP2wqk2Zi_UMzP2x/view> 2022. Acesso em 15 abr. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Relatório de Autoavaliação Institucional. Março, 2021. Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br/images/comissoes/cpa/relatorio_cpa_2021_final_31_03_2021_entregue.pdf>. Acesso em 15 mai. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório de Autoavaliação Institucional 2022. Março, 2021. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/avaliacao/wp-content/uploads/2022/03/RAAI-2021-ADM-CENTRAL-VOLUME-1-capa.pdf>>. Acesso em 15 mai. 2023.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de estudo e de pesquisa em administração. Departamento de Ciências da Administração / UFSC, Florianópolis, 2009.

APÊNDICE A - Produto técnico-tecnológico




O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

RECOMENDAÇÕES PARA O LEVANTAMENTO DA
PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES NO PROCESSO DE
AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE JUIZ DE FORA



O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Relatório técnico apresentado pela mestranda Maria Rosângela de Almeida ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação do Prof. Dr. Denis Alves Perdigão e do Prof. Dr. Virgílio César da Silva e Oliveira, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



Resumo	03
Contexto	04
Público-alvo da proposta	05
Descrição da situação-problema	05
Objetivos da proposta	07
Diagnóstico e análise	07
Proposta de intervenção	09
Responsáveis pela proposta de intervenção	16
Referências	17

RESUMO

A autoavaliação é um processo essencial para que a universidade possa se desenvolver através da identificação de suas fraquezas e potencialidades. No empreendimento dessa atividade, a percepção dos discentes, como beneficiários da política pública de educação superior, é indispensável para oportunizar a análise da qualidade e das possibilidades de aprimoramentos.

No entanto, cada instituição tem suas particularidades, o que faz com que essa obrigação não seja uma tarefa fácil. Nesse sentido, este trabalho realiza um levantamento dos principais pontos críticos no processo de autoavaliação de universidades públicas, indicados em seus relatórios de autoavaliação institucional.

Foram discutidos cinco assuntos indicados como pontos de sucesso ou fracasso na autoavaliação. Após a indicação dos temas, foi realizada uma comparação entre as ações empreendidas pelas universidades que apresentaram boas práticas, na temática explorada, e a situação atual da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Essa verificação buscou, especialmente, evidenciar os pontos de possíveis melhorias no processo autoavaliativo da UFJF.

Como resultado, percebeu-se que a UFJF, alinhada com o SINAES, avançou de maneira significativa na qualidade de seu processo avaliativo e na clareza do relatório de autoavaliação resultante desse trabalho, mas pode implantar melhorias no seu processo.



... é uma proposta que se justifica pela necessidade de avaliar a instituição de maneira apropriada, com a finalidade de viabilizar a transparência sobre o resultado das ações da UFJF para toda sociedade.

CONTEXTO

Nos últimos anos, especialmente a partir da década de 1990, a educação superior brasileira passou por diversas transformações. Além do crescimento no número de instituições de ensino, segundo o Censo da Educação Superior de 2019 (BRASIL, 2020), ocorreu um aumento significativo do número de estudantes, passando de menos de 2 milhões em 1990 para um total de mais de 8 milhões de matriculados em 2019.

Na busca pelo estabelecimento de uma legislação mais adequada e padronizada para o processo de avaliação das universidades brasileiras, foi criado, em 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Segundo a UFJF (2021), a universidade possuía 18.967 alunos de graduação presencial e 1.135 alunos de graduação à distância matriculados no último período letivo de 2020. Esses discentes regularmente matriculados em um amplo conjunto de cursos oferecidos pela instituição, sendo 53 cursos de graduação presencial no campus Juiz de Fora, 10 cursos de graduação no campus Governador Valadares e 7 cursos de graduação na modalidade à distância. Além disso, a instituição indica que são 1.341 docentes atuando no campus Juiz de fora e 296 no campus Governador Valadares, sendo apoiados por 1.324 técnicos administrativos em educação no campus Juiz de Fora e 197 no campus Governador Valadares.

Diante dessa abrangente instituição de ensino superior, que conta com o trabalho de muitos servidores e que atende mais de 20 mil beneficiários matriculados em seus cursos de graduação, pode-se perceber que a política de formação de profissionais é relevante, ampla e onerosa demais para não ser avaliada de forma sistemática e completa, incorporando a perspectiva de seus múltiplos atores.



PÚBLICO-ALVO DA PROPOSTA

Este estudo é direcionado à comunidade acadêmica da UFJF, focando especialmente na Comissão Própria de Avaliação (CPA). Reconhecendo a relevância da CPA no contexto universitário, dado seu papel fundamental na avaliação institucional, espera-se contribuir para aprimorar os processos de avaliação interna, fortalecendo a qualidade e eficácia das práticas acadêmicas e administrativas da instituição.

Além disso, outras instituições de ensino superior também poderão se beneficiar dessa proposta.

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

Na UFJF, a CPA, como determina a legislação e deve ser praticada por todas as instituições de ensino superior, tem autonomia de planejamento e execução de suas ações na realização do processo de Autoavaliação Institucional. Para isso, possui em seu grupo de trabalho representantes de técnicos administrativos em educação, de docentes, de discentes, da administração universitária e das comissões setoriais próprias de avaliação.

Nos últimos anos, a UFJF está atualizando seu processo de autoavaliação institucional. A UFJF (2022a) apresenta o panorama da instituição juntamente com a metodologia de autoavaliação definida para o triênio do ciclo avaliativo. Além disso, a UFJF (2022b), exhibe os resultados da pesquisa de satisfação aplicada pela universidade no período entre 17 de janeiro e 13 de fevereiro de 2022. A pesquisa contou com a participação de servidores e alunos da instituição tendo um formulário específico para cada público.

Segundo a UFJF (2022a), o foco da pesquisa foram as 3 dimensões que englobam o eixo de Políticas de Gestão (Políticas de Pessoal, Organização e Gestão Institucional e Sustentabilidade Financeira). No caso dos estudantes, a pesquisa abordou a dimensão Organização e Gestão da Instituição e a dimensão de Sustentabilidade Financeira.

Pode-se verificar que, até o momento, não foi realizado um processo avaliativo completo, na UFJF, que contemple uma reflexão universal de seus estudantes sobre todas as dimensões do SINAES pertinentes a esse público. Isso está ocorrendo pelo fato da UFJF estar dentro do ciclo avaliativo 2021-2023, que ainda não foi finalizado.

Além disso, entendendo a UFJF como promotora da política pública de ensino superior, como qualquer outra política pública, é necessário que seja realizada uma permanente rotina de avaliação, que tenha como foco a melhoria da qualidade oferecida aos seus beneficiários. Dessa forma, a instituição pode evoluir na qualidade e aperfeiçoar seus mecanismos de gestão através do aprimoramento de seus meios de diagnóstico, oportunizando a participação dos estudantes na análise global de suas ações educacionais.

Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2020, como principal ferramenta planejamento estratégico utilizada pela instituição, determina a criação de “instrumento de avaliação a ser aplicado a todos os professores e estudantes da UFJF com o objetivo de avaliar o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão” (UFJF, 2015, p. 121). Além disso, o documento enfatiza que as atividades exercidas pelos responsáveis pela avaliação institucional devem estar em consonância com as diretrizes gerais da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e da UFJF, sendo capazes de “tornar a atividade de Avaliação da UFJF não só um instrumento de melhoria da qualidade, mas também um instrumento norteador da implementação de projetos e de estratégias de gestão”.

Diante dessa abrangente instituição de ensino superior, que conta com o trabalho de muitos servidores e que atende mais de 20 mil beneficiários matriculados em seus cursos de graduação, pode-se perceber que a política de formação de profissionais é relevante, ampla e onerosa demais para não ser avaliada de forma sistemática e completa, incorporando a perspectiva de seus múltiplos atores.

OBJETIVO DA PROPOSTA

Indicar ações de aprimoramento dos meios de autoavaliação institucional da UFJF, em perspectiva discente, a partir do diagnóstico e análise de relatórios de autoavaliação institucional em universidades públicas brasileiras. diagnóstico e análise de relatórios de autoavaliação institucional em universidades públicas brasileiras.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DA SITUAÇÃO PROBLEMA

1 - PERCEPÇÃO DOS DISCENTES NO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

Com a finalidade de compreender de maneira mais ampla e profunda as necessidades e expectativas dos estudantes, a percepção dos discentes é elemento essencial na autoavaliação das instituições de ensino superior. Além de favorecer a identificação dos pontos fortes e fracos da instituição, oportuniza um maior envolvimento dos alunos com a sua universidade, contribuindo para o desenvolvimento institucional e a qualidade da formação acadêmica ofertada.

No ciclo avaliativo anterior (2018-2020) a percepção dos discentes foi aferida apenas em relação às disciplinas cursadas no período. Já no ciclo 2021-2023, as dimensões estabelecidas pelo SINAES foram incorporadas na pesquisa de percepção dos discentes e nos relatórios de autoavaliação institucional.

2 - CAPTAÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS DISCENTES SEGMENTADA EM DIMENSÕES/EIXOS

Apesar do SINAES definir que a autoavaliação realizada pelas universidades deve contemplar as dez dimensões estabelecidas, algumas universidades têm formulado os instrumentos de captação da percepção dos discentes de maneira segmentada. Essa definição pode favorecer a ampliação do número de respondentes dos instrumentos aplicados, beneficiando a qualidade dos dados levantados na pesquisa.

Com essa segmentação em eixos, observa-se que a UFJF está alinhada às práticas de fragmentação utilizadas em universidades que buscam favorecer a participação dos discentes, entre outros segmentos, no processo de sua autoavaliação institucional.

3 - DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DE AUTOAVALIAÇÃO

Dentre os fatores que favorecem a criação da cultura de avaliação, pode-se destacar a mobilização das pessoas para a participação e a divulgação dos resultados. Para promover esse engajamento da comunidade acadêmica, as universidades públicas brasileiras vêm trabalhando em diferentes ações para cada segmento que faz parte dos seus processos de autoavaliação.

A sensibilização da comunidade acadêmica é essencial para que todos os segmentos pesquisados compreendam a importância da autoavaliação que, além de promover a democratização da discussão dos assuntos relevantes, objetiva o aprimoramento constante da instituição.

A divulgação dos resultados da autoavaliação é outro ponto de relevância apresentado nos RAAIs (relatórios de autoavaliação institucional) das universidades estudadas. Além de corroborar para a transparência da instituição, oportuniza o diálogo entre a gestão universitária e toda comunidade acadêmica, propiciando mais credibilidade nas ações realizadas por seus gestores.

4 - ABORDAGEM QUALITATIVA NOS INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS DISCENTES

Os instrumentos de captação da percepção dos discentes nas universidades apresentaram questões abertas e questões fechadas. Questões fechadas podem ser boas quando a intenção da instituição é elaborar indicadores quantitativos. No entanto, para que se possa buscar uma resolução para os problemas, é necessário elucidar o fator que levou o respondente a optar por uma resposta. Por exemplo, indicar como “insatisfatória” uma questão relacionada à acessibilidade nos banheiros, não esclarece aos avaliadores as dificuldades que foram enfrentadas pelos discentes. Dessa forma, apesar de poderem ser mais complexas para serem analisadas, as questões abertas podem ser mais reveladoras para indicar os fatos geradores das respostas.

5 - UTILIZAÇÃO DE INDICADORES PARA APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O uso de indicadores de qualidade no processo de autoavaliação pode ser útil para acompanhar a eficácia das ações implementadas pela instituição. Além de favorecer a identificação de serviços prestados de maneira insuficiente, pode ajudar a elucidar práticas mais adequadas à elaboração de planos estratégicos para aprimorar a qualidade destes serviços.

A utilização do índice “% satisfação” é uma evolução positiva no relatório de autoavaliação da UFJF, mas até o momento ele não foi utilizado para criação de uma série histórica comparativa com os resultados de anos anteriores. Se esse tipo de acompanhamento estivesse disponível, poderia ser benéfico para elaboração e, especialmente, para o monitoramento de planos de melhorias e aprimoramentos institucionais

6 - POLÍTICA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

A dimensão 9 de BRASIL (2004) determina como indicador do núcleo básico e comum na avaliação todas as universidades a política de acompanhamento do egresso. Esse acompanhamento além fornecer dados essenciais para a análise da qualidade dos cursos oferecidos pela instituição, contribui para atualização e melhorias dos currículos dos cursos, através da experiência dos profissionais no mercado de trabalho para o qual foram preparados durante sua formação.

A UFJF (2023) informa a existência da meta de discutir, elaborar e implementar uma política de acompanhamento de egresso de graduação, cuja essência deveria ser a promoção de ações de estímulo da produção e submissão de artigos, além do incentivo da produção acadêmica.

Observa-se que a UFJF avançou com a proposta de realizar o acompanhamento dos seus egressos. No entanto, esse avanço ainda pode ser considerado tímido quando comparado com o trabalho desenvolvido em outras instituições públicas de ensino superior. Ademais, mesmo com as definições dadas pelo PDI 2016-2020 e o PDI 2022-2026, a universidade ainda necessita de avanços na criação de sua política de acompanhamento de egressos.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

As ações propostas foram produzidas de acordo com o modelo 5W2H de gerenciamento de atividades. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (2022), a ferramenta pode ser utilizada para organizar de forma prática, simples, eficiente e clara as atividades que precisam ser realizadas em uma organização para solucionar problemas ou implantar melhorias.

O método consiste em responder às seguintes perguntas:

- what (o que será feito?)
- who (por quem será feito?)
- where (onde será feito?)
- when (quando será feito?)
- why (por que será feito?)
- how (como será feito?)
- how much (quanto irá custar?)

Ação 1

A UFJF (2021) não considerou as dimensões avaliativas do SINAES no levantamento da percepção dos discentes. A Ação 1 visa a manter os processos de autoavaliação implementados nos anos de 2021 e 2022 que foram ignorados em relatórios anteriores.

What? O que?	Manter a percepção dos discentes no relatório de autoavaliação institucional
Who? Quem?	Comissão Própria de Avaliação
Where? Onde?	UFJF
When? Quando?	Durante os processos de captação da percepção dos estudantes
Why? Por quê?	Para manter os processo de autoavaliação da UFJF alinhados à legislação do SINAES
How? Como?	Através da inclusão de questões pertinentes às 10 dimensões avaliativas do SINAES
How much? Quanto?	Não acarreta custos

Ação 2

Além de manter questões relacionadas às percepções dos estudantes, para que o processo de autoavaliação seja executado de maneira exitosa, é necessário uma adesão massiva dos estudantes a essa atividade. Nesse sentido, a Ação 2 apresenta um plano para mobilização dessa categoria nos processos de autoavaliação da UFJF.

What? O que?	Aumentar a participação dos discentes na autoavaliação institucional
Who? Quem?	Comissão Própria de Avaliação e coordenações de curso
Where? Onde?	UFJF
When? Quando?	Nos meses que antecedem a aplicação dos questionários de captação da percepção dos estudantes
Why? Por quê?	Para valorizar e aprimorar a cultura de autoavaliação essencial ao sucesso da atividade
How? Como?	<p>A CPA além de promover campanhas de divulgação dos questionários e da importância da participação da comunidade acadêmica na autoavaliação, como já é feito, deve incluir mais discentes na comissão de autoavaliação, envolvendo mais alunos no processo. Além disso, é fundamental incorporar a participação do Diretório Central dos Estudantes (DCE), por ser a representação estudantil oficial.</p> <p>As coordenações de curso, por serem unidades mais próximas aos alunos, além de dar coró nas campanhas promovidas pela CPA, devem desenvolver ações específicas aos seus públicos, implementando atividades de conscientização sobre a adesão ao processo</p>
How much? Quanto?	Não acarreta custos

Ação 3

A divulgação dos resultados de avaliações anteriores é essencial no engajamento da comunidade acadêmica para a participação nos processos de autoavaliação. Nesse sentido, a Ação 3 propõe avanços nas atividades e mecanismos de divulgação desses resultados.

What? O que?	Ampliar a divulgação dos resultados da autoavaliação institucional
Who? Quem?	CPA e coordenações de curso
Where? Onde?	UFJF
When? Quando?	Sempre, ao fim de cada ação de avaliação da UFJF
Why? Por quê?	Para aprimorar a cultura de autoavaliação e favorecer o engajamento da comunidade acadêmica nas ações avaliativas posteriores
How? Como?	<p>CPA: Promover mais eventos de divulgação dos resultados para a comunidade acadêmica envolvendo todos os participantes. Esses eventos podem ser palestras, workshop, entre outros. Ampliar a divulgação dos resultados nas redes sociais e no site oficial da UFJF. Fazer várias divulgações durante o ano pormenorizado situações de destaque nos resultados encontrados. Utilizar massivamente as redes sociais da universidade para que a divulgação dos resultados alcance ainda mais pessoas. Divulgar os resultados no SIGA de maneira gradativa durante o ano para que todos pudessem acompanhar sem a necessidade de consumir muito tempo para a consulta.</p> <p>Coordenações de curso: Ações de divulgação dos resultados das avaliações de acordo com as especificidades dos cursos</p>
How much? Quanto?	Não acarreta custos

Ação 4

Para que a autoavaliação de uma instituição de ensino superior seja exitosa e apresente qualidade em seus resultados, é essencial que os questionários das pesquisas sejam bem elaborados e possam captar a percepção dos discentes de maneira clara e objetiva. Para isso, devem ser estruturados de modo que sejam capazes de particularizar cada posicionamento do respondente. Com esse objetivo, a Ação 4 indica a criação de questões abertas nos questionários da UFJF.

What? O que?	Ampliar o número de questões abertas dos questionários de autoavaliação institucional e no questionário de avaliação das disciplinas do discente
Who? Quem?	CPA
Where? Onde?	UFJF
When? Quando?	Na elaboração dos questionários avaliativos
Why? Por quê?	<p>A ação é necessária para compreender, de maneira particular, o motivo que levou o discente a avaliar uma proposição como insatisfatória. Os questionários aplicados, até o momento, possuem apenas uma questão para comentários ao final do formulário.</p> <p>O objetivo é aperfeiçoar a qualidade das informações captadas pelos questionários, com a viabilização de uma análise temática dos dados coletados, a fim de elucidar potencialidades e fragilidades de cada setor.</p>
How? Como?	Através da inclusão de uma questão discursiva para cada questão objetiva nos questionários. A questão deve ser um espaço para que o aluno possa fazer elogios, críticas ou sugestões sobre a temática abordada na questão objetiva.
How much? Quanto?	Não acarreta custos

Ação 5

O indicador utilizado pela UFJF está alinhado aos de outras instituições públicas de ensino superior, mas a frequência da aplicação dos questionários não favorece a criação de um histórico iterado das temáticas abordadas. Como a aplicação do questionário é anual e só aborda parte das dimensões do SINAES, é necessário que se passem 3 anos para que uma temática seja novamente debatida. Nesse sentido, a Ação 5 propõe a alteração da frequência de aplicação dos questionários.

What? O que?	Aplicar o questionário de autoavaliação duas vezes ao ano, dividindo, nessas duas ocorrências, as 10 dimensões do SINAES. Talvez: Aproveitando o acesso discente ao SIGA, para realização das matrículas
Who? Quem?	CPA
Where? Onde?	UFJF
When? Quando?	Semestralmente
Why? Por quê?	Para gerar indicador anual de qualidade das temáticas discutidas na autoavaliação institucional. O modelo atual produz um indicador trienal, o que pode tornar demorada a avaliação dos impactos de mudanças implementadas na universidade
How? Como?	Através da criação de dois questionário de autoavaliação que devem ser aplicados uma vez a cada semestre
How much? Quanto?	Não acarreta custos

Ação 6

A política de avaliação de acompanhamento de egresso se mostra essencial para que uma universidade conheça o perfil do profissional que se forma na instituição e se ele é adequado ao mercado de trabalho.

Em vista disso, é notória a necessidade da UFJF criar mecanismos de acompanhamento do egresso. Por conseguinte, a Ação 6 indica atividades para que a UFJF possa preencher essa lacuna em suas atribuições acadêmicas.

What? O que?	Criar a Política de Acompanhamento de Egressos
Who? Quem?	PROGRAD, CPA, unidades acadêmicas e coordenações de curso
Where? Onde?	UFJF
When? Quando?	No momento atual
Why? Por quê?	Para fazer o acompanhamento dos discentes egressos da universidade objetivando conhecer a qualidade do ensino oferecido de acordo com a necessidade dos profissionais formados. Além disso, oportuniza a melhoria dos cursos através do monitoramento do mercado de trabalho.
How? Como?	Organizar um grupo de trabalho para a criação da política de acompanhamento de egressos formado pela PROGRAD, CPA, institutos, coordenações de curso e discentes. Promover um estudo do funcionamento dessa regulamentação em outras universidades e verificar a possibilidade de criação ou contratação de ferramenta que possa ser utilizada pela UFJF para a efetivar a implementação dessa política
How much? Quanto?	Possíveis custos de aquisição de software

RESPONSÁVEIS PELA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Maria Rosângela de Almeida

Mestranda PROFIAP – UFJF
(rosangela.almeida@ufjf.br)

Prof. Dr. Denis Alves Perdigão

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais
Bacharel em Administração pela Universidade Católica de Minas Gerais
Docente da Universidade Federal de Juiz de Fora
(denis.perdigao@ufjf.br)

Prof. Dr. Virgílio César da Silva e Oliveira

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras
Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Juiz de Fora
Docente da Universidade Federal de Juiz de Fora
(virgilio.oliveira@ufjf.br)

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Roteiro de Auto-Avaliação Institucional**: Orientações. Gerais. Brasília, 2004b. Disponível em: http://inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/487597. Acesso em: 04 out. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Censo da Educação Superior de 2019. Brasília, INEP, 2020.
- SEBRAE. 5W2H: o que é, para que serve e por que usar na sua empresa. Disponível em: <https://www.sebrae-sc.com.br/blog/5w2h-o-que-e-para-que-serve-e-por-que-usar-na-sua-empresa>. Acesso em: 10 out. 2023.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020. 2015. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/diavi/wp-content/uploads/sites/31/2011/10/11-PDI-2016-2020-UFJF.pdf>. Acesso em 02 fev. 2022.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Relatório de Autoavaliação Institucional Trienal 2018-2019-2020. Março, 2021. Disponível em: https://www2.ufjf.br/cpa/wp-content/uploads/sites/37/2021/04/RAAI2020_michele-8.pdf. Acesso em 22 jul. 2021.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional 2021. Março, 2022a. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/cpa/wp-content/uploads/sites/37/2022/03/RAAI2021.pdf.pdf>. Acesso em 01 mar. 2021.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional 2021: Percepção da comunidade acadêmica. Março, 2022b. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/cpa/wp-content/uploads/sites/37/2022/03/RAAI2021.pdf.pdf>. Acesso em 01 mar. 2023.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional 2022. Março, 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/cpa/wp-content/uploads/sites/37/2023/03/RAAI2022.pdf>. Acesso em 01 abr. 2023.

Discente: Maria Rosângela de Almeida

Orientador: Prof. Dr. Denis Alves Perdigão

Coorientador: Prof. Dr. Virgílio César da Silva e Oliveira

Universidade Federal de Juiz de Fora

dezembro/2023



APÊNDICE B - Protocolo de análise documental

Protocolo de análise documental		
Instituição:		
Documentos analisados:		
Disponibiliza relatório no site? 1 - Sim 2 - Não	Ano de referência (ciclo avaliativo) ²⁸ :	Data consulta ²⁹ :
Quais mecanismos de aplicação dos questionários? 1 - Questionário impresso 2 - Sistema próprio ³⁰ 3 - Sistema terceirizado ³¹ 4 - Outro: _____	Tipo de avaliação: 1 - Espontânea ³² 2 - Obrigatória ³³	
Se espontânea, como é realizada a mobilização para a participação? ³⁴		
Frequência de aplicação da avaliação? 1 - Semestral 2 - Anual 3 - Trienal 3 - Outro _____	Ferramentas levantamento da percepção dos estudantes no processo avaliativo:	
Formato das questões do formulário: 1 - Objetiva 2 - Aberta 3 - Mista	Como foi realizada a apresentação dos resultados para a comunidade acadêmica? (eventos, divulgação dos relatórios)	
Padronização das escalas de	Como se deu a apresentação dos dados?	

²⁸ Ano de referência do relatório. Esta pesquisa utiliza o último relatório divulgado pela instituição.

²⁹ Data de acesso ao site da instituição e coleta do relatório.

³⁰ Desenvolvido pela própria instituição.

³¹ Desenvolvido por outra instituição, empresa contratada ou outro tipo de terceirização.

³² A participação no processo de avaliação é facultativo aos estudantes.

³³ A participação no processo de avaliação é obrigatório aos estudantes.

³⁴ Mecanismos de incentivos para os estudantes participarem do processo.

questão: 1 - Concordância 2 - Escala Likert 3 - Satisfação 4 - Numérica 5 - Outras	Utilizou indicadores?
---------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------

Dimensões avaliadas ³⁵	Questões no Instrumento	Pontos Críticos ³⁶ da Autoavaliação na Instituição
Missão e PDI		
Política para ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão		
Responsabilidade social da IES		
Comunicação com a sociedade		
As políticas de pessoal, carreiras do corpo docente e de técnico-administrativo		
Organização de gestão da IES		

³⁵ Como cada dimensão é avaliada pela instituição.

³⁶ Pontos elencados pela instituição como sucesso ou fracasso no processo da autoavaliação institucional (foco nos instrumentos de captação da percepção dos discentes). Os tópicos foram observados de acordo com as recomendações do Roteiro de Autoavaliação do SINAES.

Infraestrutura física		
Planejamento de avaliação		
Políticas de atendimento aos estudantes		
Sustentabilidade financeira		

ANEXO A - Questionário Docentes - Presencial³⁷.

Questionário Docentes - Presencial	
<input type="checkbox"/>	Pergunta
<input type="checkbox"/>	A turma se mostrou motivada para estudar a disciplina.
<input type="checkbox"/>	A turma teve facilidade para acompanhar as atividades da disciplina
<input type="checkbox"/>	A turma se empenhou em acompanhar as atividades da disciplina.
<input type="checkbox"/>	Você apresentou plano de ensino contendo: ementa, objetivos, metodologias de ensino, critérios de avaliação, conteúdos e bibliografia da disciplina.
<input type="checkbox"/>	Os conteúdos trabalhados na disciplina foram coerentes com os que foram apresentados no plano de ensino.
<input type="checkbox"/>	Você deu retorno sobre todas as avaliações realizadas: correções, discussão dos pontos principais, esclarecimentos sobre os erros cometidos.
<input type="checkbox"/>	Os recursos didáticos, audiovisuais, tecnológicos empregados pelo(a) docente contribuíram para que a aula fosse mais produtiva.
<input type="checkbox"/>	Você cumpriu a carga horária prevista no semestre para a disciplina.
<input type="checkbox"/>	O grau de dificuldade das avaliações foi compatível com as aulas ministradas.
<input type="checkbox"/>	A disciplina contribuiu na preparação para o exercício profissional.
<input type="checkbox"/>	A disciplina contribuiu para a aquisição de formação teórica/prática na área.
<input type="checkbox"/>	A disciplina contribuiu para a aquisição de cultura geral.
<input type="checkbox"/>	Você dispôs de horário de atendimento extra-classe.
<input type="checkbox"/>	As notas de todas as avaliações parciais foram divulgadas no SIGA até 3 (três) dias antes da data da avaliação subsequente, conforme determina o RAG.
<input type="checkbox"/>	Você manteve um comportamento respeitoso e cortês em relação aos discentes.

³⁷ A participação é voluntária e as respostas confirmadas por seleção em escala Likert com as seguintes opções:

- 0 - Não se aplica
- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo parcialmente
- 3 - Não concordo e nem discordo
- 4 - Concordo parcialmente
- 5 - Concordo totalmente.

ANEXO B - Questionário Docentes - EAD³⁸

Questionário Docentes - EAD	
<input type="checkbox"/>	Pergunta
<input type="checkbox"/>	O plano de ensino apresentado pelo(a) docente contém: ementa, objetivos, metodologias de ensino, critérios de avaliação, cronograma, conteúdos e bibliografia da disciplina.
<input type="checkbox"/>	Você cumpriu o plano de ensino apresentado.
<input type="checkbox"/>	Os conteúdos foram ministrados de forma clara.
<input type="checkbox"/>	As atividades pedagógicas (aulas, atividades online e presenciais e etc) estimularam a participação discente.
<input type="checkbox"/>	Os recursos didáticos, audiovisuais e tecnológicos disponíveis contribuíram para o processo de ensino e aprendizagem.
<input type="checkbox"/>	Os critérios de avaliação foram compatíveis com os conteúdos ministrados.
<input type="checkbox"/>	Você deu retorno aos discentes sobre as atividades realizadas.
<input type="checkbox"/>	A sua atuação e disponibilidade foram satisfatórias.
<input type="checkbox"/>	Você manteve um comportamento respeitoso e cortês em relação aos discentes.
<input type="checkbox"/>	A atuação e disponibilidade do(a) tutor(a) à distância foram satisfatórias.
<input type="checkbox"/>	O(A) tutor(a) à distância manteve um comportamento respeitoso e cortês em relação aos discentes e ao docente..
<input type="checkbox"/>	As atividades propostas contribuíram para a aprendizagem dos conteúdos.
<input type="checkbox"/>	A disciplina contribuiu na preparação para o exercício profissional dos discentes
<input type="checkbox"/>	A disciplina contribuiu para a aquisição de cultura geral dos discentes.
<input type="checkbox"/>	A motivação da turma para estudar essa disciplina foi alta.
<input type="checkbox"/>	A turma teve facilidade para acompanhar acompanhar as atividades da disciplina
<input type="checkbox"/>	O empenho da turma durante a disciplina foi elevado.
<input type="checkbox"/>	A atuação do(a) tutor(a) presencial foi satisfatória.
<input type="checkbox"/>	A atuação do(a) assistente à docência foi satisfatória.
<input type="checkbox"/>	As estruturas física e tecnológica dos polos foram compatíveis e atenderam ao desenvolvimento das atividades.
<input type="checkbox"/>	A coordenação dos polos e as secretarias deram o apoio necessário para a realização das atividades.
<input type="checkbox"/>	A atuação do(a) coordenador(a) do curso foi satisfatória.
<input type="checkbox"/>	O trabalho da secretaria do curso na UFJF foi satisfatório.

³⁸ A participação é voluntária e as respostas confirmadas por seleção em escala Likert com as seguintes opções:

- 0 - Não se aplica
- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo parcialmente
- 3 - Não concordo e nem discordo
- 4 - Concordo parcialmente
- 5 - Concordo totalmente.

ANEXO C - Questionário Discentes - Presencial³⁹

Questionário Discentes - Presencial	
<input type="checkbox"/>	Pergunta
<input type="checkbox"/>	Sua motivação para estudar esta disciplina foi alta.
<input type="checkbox"/>	Você teve facilidade para acompanhar as atividades da disciplina.
<input type="checkbox"/>	Seu empenho durante a disciplina foi elevado.
<input type="checkbox"/>	O plano de ensino apresentado pelo(a) docente contém: ementa, objetivos, metodologias de ensino, critérios de avaliação, conteúdos e bibliografia da disciplina.
<input type="checkbox"/>	Os conteúdos trabalhados na disciplina foram coerentes com os que foram apresentados no plano de ensino.
<input type="checkbox"/>	O(A) docente deu retorno sobre todas as avaliações realizadas: correções, discussão dos pontos principais, esclarecimentos sobre os erros cometidos.
<input type="checkbox"/>	Os recursos didáticos, audiovisuais, tecnológicos empregados pelo(a) docente contribuíram para que a aula fosse mais produtiva.
<input type="checkbox"/>	O(A) docente cumpriu a carga horária prevista no semestre para a disciplina.
<input type="checkbox"/>	O grau de dificuldade das avaliações foi compatível com as aulas ministradas.
<input type="checkbox"/>	A disciplina contribuiu na preparação para o exercício profissional.
<input type="checkbox"/>	A disciplina contribuiu para a aquisição de formação teórica/prática na área.
<input type="checkbox"/>	A disciplina contribuiu para a aquisição de cultura geral.
<input type="checkbox"/>	O(A) docente dispôs de horários de atendimento extra-classe.
<input type="checkbox"/>	As notas de todas as avaliações parciais foram divulgadas no SIGA até 3 (três) dias antes da data da avaliação subsequente, conforme determina o RAG.
<input type="checkbox"/>	O(A) docente manteve um comportamento respeitoso e cortês em relação aos discentes.

³⁹ A participação é voluntária e as respostas confirmadas por seleção em escala Likert com as seguintes opções:

- 0 - Não se aplica
- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo parcialmente
- 3 - Não concordo e nem discordo
- 4 - Concordo parcialmente
- 5 - Concordo totalmente.

ANEXO D - Questionário Discentes - EAD⁴⁰

Questionário Discentes - EAD	
<input type="checkbox"/>	Pergunta
<input type="checkbox"/>	O plano de ensino apresentado pelo(a) docente contém: ementa, objetivos, metodologias de ensino, critérios de avaliação, cronograma, conteúdos e bibliografia da disciplina.
<input type="checkbox"/>	O(A) docente cumpriu o plano de ensino apresentado.
<input type="checkbox"/>	Os conteúdos foram ministrados de forma clara.
<input type="checkbox"/>	As atividades pedagógicas (aulas, atividades online e presenciais e etc) estimularam a sua participação.
<input type="checkbox"/>	Os recursos didáticos, audiovisuais e tecnológicos disponíveis contribuíram para o processo de ensino e aprendizagem.
<input type="checkbox"/>	Os critérios de avaliação foram compatíveis com os conteúdos ministrados.
<input type="checkbox"/>	O(A) docente deu retorno sobre todas as atividades realizadas.
<input type="checkbox"/>	A atuação e disponibilidade do(a) docente foram satisfatórias.
<input type="checkbox"/>	O(A) docente manteve um comportamento respeitoso e cortês em relação aos discentes.
<input type="checkbox"/>	A atuação e disponibilidade do(a) tutor(a) à distância foram satisfatórias.
<input type="checkbox"/>	O(A) tutor(a) à distância manteve um comportamento respeitoso e cortês em relação aos discentes.
<input type="checkbox"/>	As atividades propostas contribuíram para a aprendizagem dos conteúdos.
<input type="checkbox"/>	A disciplina contribuiu na preparação para o exercício profissional.
<input type="checkbox"/>	A disciplina contribuiu para a aquisição de cultura geral.
<input type="checkbox"/>	Sua motivação para estudar esta disciplina foi alta.
<input type="checkbox"/>	Você teve facilidade para acompanhar as atividades da disciplina.
<input type="checkbox"/>	Seu empenho durante a disciplina foi elevado.
<input type="checkbox"/>	A atuação do(a) tutor(a) presencial foi satisfatória.
<input type="checkbox"/>	A atuação do(a) assistente à docência foi satisfatória.
<input type="checkbox"/>	As estruturas física e tecnológica do polo foram compatíveis e atenderam ao desenvolvimento das atividades.
<input type="checkbox"/>	A atuação do(a) coordenador(a) de curso foi satisfatória.
<input type="checkbox"/>	O trabalho da secretaria do curso na UFJF foi satisfatório.
<input type="checkbox"/>	A atuação da UFJF em relação aos alunos e polo-UAB é satisfatória.

⁴⁰ A participação é voluntária e as respostas confirmadas por seleção em escala Likert com as seguintes opções:

- 0 - Não se aplica
- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo parcialmente
- 3 - Não concordo e nem discordo
- 4 - Concordo parcialmente
- 5 - Concordo totalmente.

ANEXO E - Questionário Discentes - 2022

Organização e Gestão da Instituição

LEIA AS ORIENTAÇÕES GERAIS ANTES DE INICIAR O PREENCHIMENTO: (i) Considere exclusivamente o ano de 2021; (ii) Em cada uma das questões, indique seu grau de concordância com as afirmativas apresentadas, em que sua percepção irá variar de "discordo totalmente" a "concordo totalmente". Caso não se enquadre na situação perguntada ou não saiba responder, marque a opção "Não sei/Não se aplica"; (iii) Se estiver respondendo pelo celular, deixe a tela na HORIZONTAL para que possa visualizar todas as opções de resposta.

[] A organização e a gestão dos seguintes setores da UFJF são satisfatórias (aqui você deverá dar uma resposta por linha): *

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente	Não sei / Não se aplica
Pró-Reitoria de Assistência Estudantil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pró-Reitoria de Cultura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pró-Reitoria de Extensão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pró-Reitoria de Graduação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Diretoria de Ações Afirmativas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Diretoria de Relações Internacionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Coordenação de curso de graduação ou de programa de pós-graduação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ouvidoria Geral	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Central de Atendimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

[] Considero que o Estatuto e o Regimento Geral da UFJF regulamentam o funcionamento da instituição de forma apropriada. *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente
- Não sei / Não se aplica

[] Conheço o teor do Regulamento Acadêmico da Graduação (RAG) - ou, no caso de estudante da pós-graduação, o Regimento Geral do Programa no qual estou matriculado - e o considero adequado. *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Discordo totalmente
- Discordo

- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente
- Não sei / Não se aplica

[] Os órgãos colegiados da UFJF funcionam adequadamente no que se refere à (aqui você deverá dar uma resposta por item avaliado): *

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente	Não sei / Não se aplica
Divulgação das decisões dos órgãos colegiados (Consu, Congrad, Congregações, Colegiado de curso, etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Implementação das decisões dos órgãos colegiados.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Representatividade dos diferentes segmentos nos órgãos colegiados.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

[] Tenho conhecimento das atividades desenvolvidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) - no caso de estudante do campus avançado de GV, da Comissão Setorial Própria de Avaliação (CSPA). *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

Sustentabilidade Financeira

A aplicação dos recursos financeiros da UFJF é satisfatória quanto ao (aqui você deverá dar uma resposta por item avaliado): *

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente	Não sei / Não se aplica
Desenvolvimento das atividades de ensino	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desenvolvimento das atividades de pesquisa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desenvolvimento das atividades de extensão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desenvolvimento de ações de inovação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aquisição de equipamentos e insumos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Manutenção, ampliação e reformas do espaço físico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Bolsas para projetos de pesquisa e extensão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Bolsas para monitoria, tutoria e treinamento profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Concessão de auxílios para estudantes em vulnerabilidade social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há transparência nos investimentos dos recursos financeiros na UFJF. *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente
- Não sei / Não se aplica

Comunicação com a Sociedade

Em cada um dos itens abaixo, indique seu grau de concordância com as afirmativas apresentadas, referentes à Comunicação com a Sociedade.

Os diversos canais de comunicação da UFJF divulgam de forma satisfatória as atividades desenvolvidas pela Instituição nos âmbitos: *

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Discordo fortemente	Mais discordo que concordo	Não concordo nem discordo	Mais concordo que discordo	Concordo fortemente	Não sei responder
administrativo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
do ensino.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
da pesquisa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
da extensão.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
da cultura.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
da inovação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A Ouvidoria Geral promove a interlocução entre a UFJF e a comunidade, no sentido de acolher manifestações públicas e gerar insumos para aprimoramento da Instituição de forma satisfatória. *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Discordo fortemente
- Mais discordo que concordo
- Não concordo nem discordo
- Mais concordo que discordo
- Concordo fortemente
- Não sei responder

A Central de Atendimento da UFJF esclarece dúvidas e promove o vínculo entre as demandas acadêmicas da comunidade com os setores da Instituição encarregados pela efetivação do serviço de forma satisfatória. *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Discordo fortemente
- Mais discordo que concordo
- Não concordo nem discordo
- Mais concordo que discordo
- Concordo fortemente
- Não sei responder

Política de Atendimento aos Discentes

Em cada um dos itens abaixo, indique seu grau de concordância com as afirmativas apresentadas referentes à Política de Atendimento aos Discentes.

Sobre as ações voltadas aos discentes da UFJF, avalie: *

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Discordo fortemente	Mais discordo que concordo	Não concordo nem discordo	Mais concordo que discordo	Concordo fortemente	Não sei responder
A qualidade do atendimento nos setores pedagógico-administrativos é satisfatória.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As ações de assistência ao acesso dos discentes são satisfatórias.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As ações de acolhimento dos discentes são satisfatórias.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As ações de acompanhamento dos discentes são satisfatórias.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As ações de assistência à permanência dos discentes são satisfatórias.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O oferecimento das ações de apoio pedagógico é satisfatório.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O oferecimento de ações de apoio psicológico é satisfatório.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Comentário Opcional

Espaço destinado para contribuição referente às questões do formulário.

Comente o que considerar necessário acerca das dimensões avaliadas.

Por favor, coloque sua resposta aqui: